

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ SR(09)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

03/2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno, **Portaria CGU nº 2546/2010**.

Curitiba – PR/2012

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	13
<u>PARTE A – CONTEÚDO GERAL</u>	15
<u>1 Identificação de Relatório de Gestão Individual</u>	15
<u>2 Objetivos e metas institucionais</u>	16
<u>2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas</u>	16
<u>2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais</u>	20
<u>2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária</u>	20
<u>2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento</u>	21
<u>2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento</u>	21
<u>2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa</u>	22
<u>2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade</u>	24
<u>2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais</u>	24
<u>2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária</u>	25
<u>2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais</u>	28
<u>2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária</u>	31
<u>2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária</u>	36
<u>2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</u>	39
<u>2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária</u>	41
<u>2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento</u>	42
<u>2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento</u>	47
<u>2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol</u>	50
<u>2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento</u>	53
<u>2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária</u>	57
<u>2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária</u>	61
<u>2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas</u>	64
<u>2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</u>	68
<u>2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas</u>	71
<u>2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural</u>	72
<u>2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional</u>	76
<u>2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais</u>	81
<u>2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas</u>	87
<u>2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas</u>	88
<u>2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</u>	89
<u>2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário</u>	91
<u>2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</u>	92

<u>2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo</u>	95
<u>2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas</u>	96
<u>2.3.5.2 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários</u>	99
<u>2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola</u>	100
<u>2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos</u>	101
<u>2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos</u>	106
<u>2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo</u>	107
<u>2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo</u>	108
<u>2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social</u>	110
<u>2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária</u>	112
<u>2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa</u>	117
<u>2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura</u>	120
<u>2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados</u>	121
<u>2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo</u>	131
<u>2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade</u>	132
<u>2.3.10 Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres</u>	134
<u>2.3.10.1 Ação 8402 - Documentação da Trabalhadora Rural</u>	135
<u>2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro</u>	139
<u>2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa</u>	139
<u>2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes</u>	140
<u>2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital</u>	141
<u>2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência</u>	142
<u>2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</u>	143
<u>2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa</u>	147
<u>2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação</u>	147
<u>2.4.2.2 Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</u>	148
<u>2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</u>	149
<u>2.4.2.4 Análise Crítica</u>	150
<u>2.4.3 Indicadores Institucionais</u>	151
<u>3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos</u>	163
<u>4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</u>	164
<u>5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade</u>	166
<u>5.1 Composição do quadro de servidores ativos</u>	166

<u>5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas</u>	169
<u>5.3 Composição do Quadro de Estagiários</u>	170
<u>5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada</u>	171
<u>5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada</u>	172
<u>5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços</u>	173
<u>5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos</u>	176
<u>6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência</u>	177
<u>6.1 Transferências efetuadas no exercício</u>	177
<u>6.2 Análise Crítica</u>	185
<u>7 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV</u>	187
<u>8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.</u>	192
<u>9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ</u>	193
<u>10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)</u>	195
<u>11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)</u>	197
<u>11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</u>	197
<u>12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ</u>	203
<u>13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal</u>	205
<u>14 Informações sobre Renúncia Tributária</u>	208
<u>15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)</u>	209
<u>15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</u>	214
<u>15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (CGU)</u>	215
<u>16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno</u>	221
<u>Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)</u>	228
<u>17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)</u>	229
<u>Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA</u>	235
<u>18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:</u>	235
<u>23 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no §3º do artigo 4º da DN/TCU/Nº 108/2010.</u>	236
<u>19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.</u>	239
<u>ANEXOS</u>	240

Índice de tabelas

Tabela 1: Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em 2011, acertos e complementação e na retomada de lotes em projetos criados anteriormente:	34
Tabela 2: Vistorias Preliminares, de Avaliação e de estudo de viabilidade com fins de obtenção de imóveis	37
Tabela 3: Vistorias para perícias judiciais.....	38
Tabela 4: Quadro resumo da situação dos licenciamentos dos PAs no Estado do Paraná.....	42
Tabela 5: Convênios celebrados em 2011.....	51
Tabela 6: Convênios iniciados em exercícios anteriores e encerrados em 2011.....	52
Tabela 7: Convênios iniciados em exercícios anteriores e em execução.....	53
Tabela 8: Demarcação Topográfica Definitiva	56
Tabela 9: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco I.....	56
Tabela 10: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco II.....	56
Tabela 11: Projetos de Assentamento atendidas com levantamento topográfico visando a elaboração de anteprojeto de parcelamento.....	57
Tabela 12: Atividades Desenvolvidas no Serviço de Cadastro Rural em 2011.....	82
Tabela 13: Famílias acampadas assistidas com cestas de alimentos.....	105
Tabela 14: Famílias acampadas assistidas com lona plástica	105
Tabela 15: Comunidades remanescentes quilombolas trabalhas no ano de 2011, por município.....	110
Tabela 16: Cursos de Nível Médio e Superior em execução no exercício de 2011.....	121
Tabela 17: Projetos de Assentamento com PDAs em execução (primeira fase concluída / segunda fase iniciada).....	134
Tabela 18: Projetos de Assentamento com PDAs iniciados (primeira e segunda fases iniciadas).....	134
Tabela 19: Relação de Projetos de Assentamento com PRAs em execução.....	135

Índice de ilustrações

Ilustração 1: PA Celso Furtado.....	52
Ilustração 2: PA 10 de Maio.....	53
Ilustração 3: PA 8 de Abril.....	75
Ilustração 4: Procedimentos Administrativos da Regularização de Quilombos.....	113
Ilustração 5: Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.....	123
Ilustração 6: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, despesa corrente.....	152
Ilustração 7: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, despesa de capital.....	153
Ilustração 8: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, inversão financeira.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	23
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado.....	145
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias.....	147
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	148
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	149
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	150
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	151
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	155
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	156
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	157
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	171
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	172
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	174
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011.....	175
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	176
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	176
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	177
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	177
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011	178
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	178
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	179
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....	180
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....	180
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	181
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	181
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	185
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	187
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	188
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	189

Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	191
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	195
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	200
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	201
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	203
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	205
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	206
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	207
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	211
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	213
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	214
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	216
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	227
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	228
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	234
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	235

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SR – Superintendência Regional
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108/2010, o **Relatório de Gestão 2011 Individual do Incra/PR** é composto por três partes: **Parte A – Conteúdo Geral**, composta dos itens 1 a 16; **Parte B – Informações Contábeis da Gestão**, composta dos itens 17, e **Parte C - Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas**, composta dos itens 18 e 19. O item 20 agrega o conjunto de **Anexos**.

No Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ, as metas físicas realizadas foram consideradas de acordo com os conceitos e marcos de conclusão das ações, conforme o Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação (edição de junho/2011) do Sistema de Informações Rurais – SIR do Incra.

Os itens 2.4.1.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias; 2.4.1.2 - Programação de Despesas Correntes; 2.4.1.3 - Programação de Despesas de Capital; e 14 - Informações sobre Renúncias Tributárias, não se aplicam a esta UJ (Unidade Jurisdicionada). Conforme instruções da Portaria TCU nº 123/2011, pelo fato de esta UJ não ser UO (Unidade Orçamentária) e não ter UGO consolidada ou agregada, dispensa-se o preenchimento dos respectivos quadros.

Dentre as principais realizações da gestão no exercício, citamos a qualificação dos assentamentos da reforma agrária, com o atendimento das famílias assentadas dando acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural, através da Ação 4470. Essa atividade faz parte da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A agroindustrialização também foi um dos focos da Superintendência Regional, através do Programa Terra Sol, para a construção de uma indústria de laticínio orgânico. A aplicação de R\$ 20 milhões pela Ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, beneficiando 1.530,00 famílias. Neste exercício foi concluída a implantação de 214,63 km de estradas vicinais no PA Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, beneficiando 1.087 famílias, além da construção e seis pontes e 91,81 km de estradas. Dois novos convênios foram firmados com Prefeituras Municipais para a implantação de 86,74 km, com investimento de R\$2,1 milhões, pela ação de 8396 – Infraestrutura Básica de Projetos de Assentamento.

A criação do Projeto de Assentamento Nango Vive, no município de Centenário do Sul, com capacidade de assentamento de 68 famílias. Os PAs no Paraná também passam por um amplo e contínuo processo de recuperação dos passivos ambientais herdados de imóveis degradados, principalmente através da ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Projeto de Assentamento, com a elaboração de Projetos Básicos Ambientais.

Neste ano, vinte assentados do Paraná que atuam na gestão e administração de cooperativas, agroindústrias e empresas sociais receberam diploma de graduação em nível superior como tecnólogos em Gestão de Cooperativas. O curso, financiado pelo Incra por meio do programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), foi realizado em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro) e a Universidade de Mondragón (Fundação Mundukide e Instituto de Estudos Cooperativos Lanki) - entidade do País Basco que possui grande experiência na área de gestão e cooperativismo. Durante o ano de 2011 o Incra investiu no Paraná cerca de R\$ 2,6 milhões em cursos de níveis médio (técnico) e superior. Este investimento permitiu a formação de 320 alunos nos cursos de tecnologia em Agroecologia, Pedagogia do Campo e Técnicas de Gestão em Cooperativismo em parceria com o IFPR e Unioeste. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) terá um campus dentro do próprio assentamento Oito de Junho.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de 2011, foram:

a) o Decreto 7.446/2011, que limitou as despesas empenhadas em diárias, passagens e locomoção, considerando que o Incra é um órgão executor, esta limitação teve os seus reflexos das atividades em campo. Além da suspensão da aquisição de veículos, locação de veículos, que impactou na operacionalização das atividades em campo, com o adiamento de viagens, até mesmo a suspensão, por falta de viaturas e/ou motoristas.

b) a disponibilização do Caderno de Metas, com os limites orçamentários e metas físicas, que ocorreu em junho para as Superintendências Regionais - SR.

c) A falta de recurso financeiro tem sido recorrente, mas este é um problema nacional.

d) A aposentadoria voluntária de servidores, diminui ainda mais a capacidade operacional da SR, sendo que as demandas ao Órgão tem aumentado.

Com relação às **Metas Físicas a serem realizadas em 2012**, o quantitativo informado nos quadros das Execuções Físicas das Ações realizadas pela UJ refere-se ao saldo remanescente ainda em execução.

Mantivemos a numeração dos quadros, conforme anexo da Portaria/TCU nº123/2011, para facilitar a consulta dos mesmos.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional do Paraná SR(09)		
Denominação abreviada: INCRA/PR		
Código SIORG: 1799	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 373067
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: 110-4 – Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(41) 3360-6536	(41) 3360-6537
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Endereço Postal: R. Dr. Faivre, 1220, CEP: 80.060-140, Curitiba, PR		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília – DF. Estrutura organizacional aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27/03/06 e alterada pelo decreto nº 5.928, de 13/10/06. Publicação da Portaria nº 69, em 20/10/2006. (Nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009)		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU de 03/04/2009.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Vide Legislação no site www.incra.gov.br .		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373067	37201	

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como finalidades:

- promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- gerenciar a estrutura fundiária do país.

II. Objetivos estratégicos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como diretrizes:

- A democratização do acesso à terra, não limitando-a na geração de projetos de assentamento, mas ampliando-a pela regularização fundiária e pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas;
- O aumento da qualidade de vida nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, através da implantação de obras de infraestrutura básica e serviços de desenvolvimento social, produtivo e a inserção na cadeia produtiva da região;
- O cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária, através da fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos Projetos de Assentamento;
- O reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

b) Em 2011, os esforços desta Superintendência Regional se direcionaram para:

A) Obtenção de terras, através da fiscalização da função social da terra, com vistas ao assentamento de famílias, assim como, a implantação do projeto de assentamento com o cadastro, a seleção e a homologação das famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (PDA).

B) Prevenir e mediar conflitos agrários, garantindo os direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas nos mesmos.

C) Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, com ênfase na implantação de infraestrutura básica, como saneamento, estradas e pontes; e na aplicação de Concessão de Crédito Individual às famílias beneficiárias do PNRA, para a construção e recuperação de unidades habitacionais.

E) Propiciar às famílias assentadas condições sócio-econômicas para promover o desenvolvimento sustentável, particularmente com a disponibilização de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e do fomento à agroindustrialização e comercialização, visando a criação/consolidação de condições de autossustentabilidade e de inserção em cadeias produtivas, contribuindo para a implantação de uma nova matriz tecnológica baseada na produção sustentável de alimentos e

matérias primas.

F) Dar continuidade às ações de cadastro da malha fundiária e georreferenciamento de imóveis rurais, assim como, as ações de regularização fundiária dos imóveis rurais localizados tanto dentro como fora da faixa de Fronteira Internacional do Paraná;

G) Promover a demarcação definitiva dos lotes dos Projetos Assentamento, condição necessária para viabilizar o processo produtivo e o desenvolvimento sustentável.

H) Assegurar a conservação do meio ambiente, através do manejo dos recursos naturais e do licenciamento ambiental, como instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados;

I) Garantir o acesso à educação formal, ampliando o nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - PRONERA, possibilitando aos assentados escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento, valorizando e promovendo a integração de saberes novos e tradicionais adequados às características da produção familiar, visando à construção de uma matriz produtiva baseada na agroecologia;

Para o cumprimento da missão do INCRA, foram formatados sete programas finalísticos (ver tabela a seguir) que norteiam todo o processo de acesso à terra, ao desenvolvimento de assentamentos auto-sustentáveis, à educação voltada à realidade do campo, à solução e combate dos conflitos existentes na disputa pela terra e seus recursos naturais, à devolução aos remanescentes de quilombos do direito à propriedade, e ao gerenciamento da malha fundiária do Brasil. Estes programas são:

PROGRAMAS E AÇÕES FINALÍSTICAS DO INCRA	
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO
(0135) ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	8384 CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
	8387 VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
	8374 LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTEMENTO DA REFORMA AGRÁRIA
	4460 OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA
	2272 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0137) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	8396 IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA EM P.A.
	8398 DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	4320 FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL
	4358 TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	10YN CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

	2B06	MANEJO DE RECUSROS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
	0427	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0138) GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	2105	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL
	4426	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA NACIONAL
	2110	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS
	8380	RETOMADA DE TERRAS PÚBLICAS
	8378	ACÕES PREPARATÓRIAS PARA DESTINACÃO DE TERRAS PÚBLICA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1120) PAZ NO CAMPO	2109	ASSITÊNCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURÍDICA A FAMILIAS ACAMPADAS
	4288	CAPACITAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS
(1336) BRASIL QUILOMBOLA	1642	RECONHECIMENTO, DEMARCACÃO E TITULACÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
	0859	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS E TITULADAS AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
(1350) EDUCACAO DO CAMPO - PRONERA	4474	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO
	6952	CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL
	8370	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRÁRIA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1427) ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMÍLIA	4470	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - ATES
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Existem também dois programas meio, sendo um de gestão de políticas públicas, e outro de apoio administrativo, conforme a tabela a seguir:

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
(0139) GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACÃO E REQUALIFICACÃO
(0750) APOIO ADMINISTRATIVO	2000	ADMINISTRACÃO DA UNIDADE

Apesar da programação da Delegacia Regional do MDA, a ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural, em que o Incra atua em conjunto com o MDA nos Mutirões Itinerantes de Documentação, neste exercício não pode ser viabilizada, principalmente devido ao Decreto 7.446/2011.

Para o exercício de 2011, as metas físicas foram sugeridas pela Superintendência Regional do Paraná, considerando:

- as diretrizes do Incra/Sede;
- levantamento das demandas em cada ação, a capacidade operacional da Superintendência Regional, os custos para viabilizar as atividades e a conjuntura nacional;
- as atividades continuadas, como a manutenção dos serviços à sociedade, como o cadastro de imóveis rurais, e a respectiva emissão do CCIR – Certificado de Cadastro Rural, emissão de certidões de cadastro rural, para fins de aposentadoria rural, certificação dos imóveis rurais, a regularização de imóveis tanto na faixa de fronteira, quanto fora;
- Convênios e Termos de Parceria em andamento;
- as prioridades estabelecidas pelo Gabinete da Superintendência Regional, com ênfase na o desenvolvimento dos projetos de assentamento já existentes, com atendimento das famílias com a disponibilização de crédito instalação, educação no campo, assistência técnica e capacitação dos assentados, projetos de agroindústrias e implantação de infra-estrutura básica.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária compete coordenar e supervisionar a execução das atividades de Cadastro Rural, de Cartografia, de Regularização Fundiária e de Regularização dos Territórios Quilombolas.

As orientações instituídas pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, foram as seguintes:

- Atualização do SNCR e I3GEO com todas as informações literais e gráficas obtidas nas ações de regularização fundiária;
- Enfrentar o passivo de processos de Certificação de Imóveis Rurais protocolados nas Superintendências;
- Priorização dos Serviços de Georreferenciamento vinculados a Regularização Fundiária e Quilombola;
- Digitalização do Acervo Fundiário nos Estados;
- Garantir a continuidade da Emissão de CCIR, via Web;
- Projeto de Reforma Cadastral e Estruturação do CNIR;
 - Apresentação do projeto para os Demais Parceiros;
 - Finalização do sistema de operacionalização do CNIR (Módulo Físico);
- Capacitação do Manual de Cadastro Rural das Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs;
 - Ampliação das Parcerias com as Prefeituras para Instalação das UMCs;
 - Consolidar a Utilização do Programa Gerador de Dados – PGD/SNCR.
- Avaliação e Pagamento das Áreas Decretadas em 2009 de Regularização de Territórios Quilombolas;
 - Publicação dos Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTIDs, cujos laudos antropológicos já estão concluídos nas Superintendências;
 - Consolidação dos Termos do Cooperação Técnica com 6 Universidades Federais (Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco).

Em 2011, na SR(09), foram dados continuidade aos cursos para os representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, conforme Termo de Cooperação Técnica entre INCRA/PR e as Prefeituras Municipais e a sua supervisão “*in loco*”. Além da recepção, análise e atualização cadastral dos formulários de Atualização Cadastral de Imóveis Rurais recepcionados na Sala da Cidadania e na Rede de UMC’s, no final do exercício, instituímos a força tarefa para a análise cadastral dos Processos de Certificação de Imóveis Rurais, Lei N° 10.267/01. O diferencial nesta área foi de que a partir de dezembro de 2009, é possível emitir o CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, através da rede mundial de computadores, pelo proprietário ou representante legal, no site do INCRA, consolidando ainda mais o atendimento aos detentores de imóveis rurais. Também foram efetuados deslocamentos em áreas nas quais o INCRA expediu autorizações com relação à Lei N° 62.504/68 (desmembramento abaixo da fração mínima de parcelamento para fins não agrícolas) e pela Instrução Normativa/INCRA/N° 17B (loteamento rural), para verificação da situação destas áreas.

Na Cartografia, cuja principal função é atender a demanda das demais divisões, no setor de Geomensura, foram dadas prioridades para a fiscalização dos contratos de Demarcação Topográfica (0137-8398) pelos topógrafos desta Superintendência Regional e fiscalização de obras de infra-estrutura (0137-8396), dar suporte ao Ambiental (0135-8374), para levantamento das feições para

elaboração de mapas temáticos, a participação de servidores em forças tarefas de análise de Processos de Certificação de Imóveis Rurais na Superintendência Regional do Mato Grosso. Considerando o número escasso de servidores para análise de processos da própria SR, foi necessário no final do exercício uma força tarefa com servidores da Superintendência e das Unidades Avançadas. Além dos trabalhos de topografia para os processos de vistoria de imóveis rurais (0135-8387) e Cessão de Uso de áreas em Projetos de Assentamento para bibliotecas comunitárias entre outros, pela ação 0137-4358. Na área de geoprocessamento, cuja principal atividade é de elaborar plantas, memoriais descritivos de acordo com as demandas de outras divisões para atender as ações 8387, 8398, 4358 e de mapas de uso do solo, de declividade ou mapas temáticos, para atendimento às ações de Licenciamento Ambiental (8387, 8374, Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos e Projetos de Recuperação de Assentamentos (1427-4470)) e a finalização do processo de georreferenciamento da Fazenda Modelo, com a entrega do Relatório Técnico.

Na Regularização Fundiária, podemos dividir em regularização de imóveis dentro da faixa de fronteira internacional e fora da faixa. Na faixa de fronteira internacional, havia a necessidade de publicação de nova Instrução Normativa - IN, sem o qual os trabalhos não puderam ser concluídos. Porém, mesmo sem a IN, os trabalhos de cartografia, de atualização cadastral dos imóveis e a análise dos processos já protocolados foram realizados, conforme detalhado na descrição da ação 2110.

Na Regularização dos Territórios Quilombolas, o Processo de Regularização da Comunidade Paiol de Telha, que teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no final de 2009, foi encaminhado para a Publicação do Decreto de reconhecimento da área, porém, ainda está em fase de análise de recursos, os esforços se concentraram também para a publicação do RTID da Comunidade João Surá. No final do exercício, foram contratados dois Relatórios Antropológicos, através de procedimento licitatório, minimizando o problema da falta de antropólogos na autarquia.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras, tem as atribuições de coordenar e supervisionar a execução das atividades dos Serviços de Obtenção de Terras, Implantação de Assentamentos e de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Em 2011, o Serviço de Obtenção de Terras, concentrou esforços nos trabalhos de elaboração de laudos das vistorias a campo, realizadas em 2010.

Na Implantação de Assentamentos, cuja principal atividade é a de cadastrar, selecionar e homologar as famílias candidatas a beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, os esforços se concentraram em cadastrar, selecionar e homologar as famílias beneficiárias nos Projetos de Assentamento novos e antigos, com o objetivo de diminuir o número de trabalhadores rurais acampados.

No Serviço de Meio Ambiente, em que duas ações são geridas nesta Superintendência, o Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária (0135-8374) e o Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (0137-2B06), os trabalhos foram concentrados no protocolo de licenças prévias – LP e de instalação e operação LIO de Projetos de Assentamento, na fiscalização do contrato de elaboração de Projeto Básico Ambiental – PBA e nas atividades recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal e demarcação topográfica de reserva legal.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das atividades de infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos, de Educação e Cidadania.

As orientações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento para o exercício de 2011 foram:

- Os novos projetos de Assistência Técnica, o PRONATER, a partir da aprovação da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.
- A Ação de infraestrutura, considerada prioritária na LDO 2011, teve a definição do montante repassado para as SR, de acordo com o número de famílias assentadas entre 2003 a 2009, por SR, a média de execução no período de 2008 a 2009 e o montante da demanda orçamentária apresentada pelas SR
- Priorizar a aplicação dos recursos já depositados em conta corrente, referente ao Crédito Instalação (0137-0427).

A Divisão de Desenvolvimento da SR(09) priorizou o acompanhamento, a supervisão e aplicação dos Créditos Instalação já depositados nas Contas Correntes.

O acompanhamento das obras de infraestrutura iniciadas em exercícios anteriores e a análise para novos convênios propostos no SICONV.

Na demarcação definitiva dos lotes dos Projetos de Assentamento, a fiscalização do contrato que previa o atendimento a 404 famílias foram priorizada pelo Serviço de Cartografia da SR(09), além do processo licitatório para a demarcação de outros lotes de PAs. Os trabalhos de levantamento topográfico para os trabalhos de PDA dos PAs criados em 2010 também foram priorizados.

No Programa de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, através da continuidade do convênio com a EMATER foram atendidas 11.837 famílias em 215 Projetos de Assentamento do Paraná, além de duas chamadas públicas realizadas, com atendimento a 2.248 famílias em 10 PAs.

Uma ação com muito potencial para o desenvolvimento dos projetos de assentamento é o Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – TERRA SOL (4320).

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração tem como atribuições coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Serviços de Desenvolvimento Humano, de Contabilidade, de Administração e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças.

Para o exercício de 2011, a Diretoria de Gestão Administrativa (DA) do INCRA/SEDE instituiu as seguintes diretrizes no âmbito da:

- Racionalização dos gastos e controle de despesas.
- Investimentos (equipamentos, material permanente e obras), sendo que os Recursos ficam centralizados em Brasília e a Programação deve ser encaminhada ao INCRA/SEDE, com critérios propostos pela DA e mediante disponibilidade orçamentária.
- As Contratações de serviços não previstas na PO – 2011: Somente poderão ser celebradas com prévia anuência da Diretoria de Gestão Administrativa – compatibilizadas com a disponibilidade orçamentária.
- Despesas contratuais: Deverão ser programadas no exercício por natureza de despesa, estimando, inclusive, os reajustes e possíveis re-equilíbrios econômicos, via cronograma e

deverá ser encaminhada à DAF (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças no INCRA/SEDE).

- Patrimônio – Inventário Especial: Promover a compatibilização entre os bens registrados e os bens existentes, considerando as inconsistências apresentadas nos balanços patrimoniais, no INCRA/Sede, em Brasília e em todas as Superintendências Regionais, com Equipes compostas por técnicos requisitados das Superintendências Regionais.
- Fórum de Pregoeiros: Intensificar e estimular a utilização do Fórum de Pregoeiros existente no INCRA (criado a partir de 2008).

Na Superintendência Regional seguimos a orientação da Diretoria, encaminhando para o INCRA/SEDE a programação anual dos gastos mensais, tanto de pagamento de contratos de serviços e de materiais, sendo a descentralização de crédito orçamentário realizada de acordo com esta programação. Buscamos a contenção de despesas, com a continuidade dos trabalhos do Comissão de Coleta Seletiva Solidária, visando à conscientização dos servidores e demais funcionários terceirizados, para o uso racional dos materiais recicláveis, do consumo de luz e de água. Um grande impacto foi o Decreto nº 7.446/2011, que suspendeu a realização de novas contratações relacionadas a: locação de imóveis; aquisição de imóveis; reformas de bens imóveis; aquisição de veículos; locação de veículos; e locação de máquinas e equipamentos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada	820	637	N/A	637	77,68	-

Fonte: PPA 2008-2011, SIPRA - Relatório 229

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Número de famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária oriundos de áreas obtidas (Informação extraída diretamente do Relatório SIPRA)

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Empenhada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
51.015,00	70.484,59	61.465,51	87,20	61.465,61	87,20	61.465,64	87,20

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

² Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

Esta ação visa principalmente cadastrar as famílias candidatas a beneficiárias ao Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, sendo que no ano de 2011 foram cadastradas 216 famílias, distribuídas em 2 acampamentos e 3 Projetos de Assentamento no Estado. Após o cadastramento das famílias, é efetuada a inclusão das mesmas no Módulo Candidato do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA. Na sequência, os nomes das famílias digitadas são enviados para a Secretaria de Segurança do Paraná, para a pesquisa de antecedentes criminais e depois para o Incra/Sede em Brasília para realização dos batimentos com o Cadastro Nacional de Informação Social - CNIS.

Do cadastro dos candidatos que não possuem restrições, é feita a seleção e a classificação, para posterior homologação dos aprovados no SIPRA, levando-se em conta a capacidade de vagas no assentamento, passando os mesmos à categoria de beneficiários. Este trabalho implica no deslocamento de equipes técnicas a campo, para realizar o cadastro das famílias por inscrições, a coleta da informação, a legitimação das famílias selecionadas, e inclusive, quando necessário, o transporte das famílias beneficiárias para os assentamentos definitivos, assim como para viabilizar a documentação das famílias.

Considera-se família assentada aquela que passou pelo processo de cadastramento, seleção, legitimação e homologação, estando inserida SIPRA. O assentamento das famílias também é realizado em imóveis já obtidos pelo INCRA, assim quando há ocorrência de vagas em projetos de assentamento anteriormente criados.

Em 2011 foram homologadas 637 famílias, das quais 58 foram assentadas em um Projeto de Assentamento criado neste exercício, o PA Nango Vive, no município de Centenário do Sul. Mais 377 famílias foram assentadas em complemento e/ou adequações em projetos criados em exercícios anteriores e 202 em substituição às famílias desistentes conforme quadro a seguir:

Tabela 1: Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em 2011, acertos e complementação e na retomada de lotes em projetos criados anteriormente:

Projeto de Assentamento	Município	Forma de Obtenção	Nº de Famílias Assentadas
PA Nango Vive	Ribeirão do Pinhal	Onerosa	58
PA Milton Santos	Planaltina do Paraná	(*)	44
PA Valmir Mota de Oliveira	Cascavel	(*)	53
PA Sebastião da Maia	Querência do Norte	(*)	16
PA Maria Lara	Centenário do Sul	(*)	30
PA Companheiro Keno	Jacarezinho	(*)	19
PA Nova Geração	Guarapuava	(*)	29
PA Eli vive I	Londrina	(*)	108
PA Eli Vive II	Londrina	(*)	78
Diversos	Diversos	Não onerosa (**)	202
TOTAL			637

(*) complemento e/ou adequações em projetos criados em exercícios anteriores

(**) retomada de lotes e substituição de beneficiários desistentes

As 202 famílias assentadas foram homologadas em 65 projetos de assentamento já existentes, em substituição às famílias desistentes. O demonstrativo do total de famílias assentadas nos respectivos Projetos de Assentamentos, neste exercício, encontra-se no Anexo I.

A Programação Orçamentária 2011 previa para a SR(09) o assentamento de 820 famílias, que foi cumprida em 77,68 %. A meta poderia ter sido cumprida caso tivessem sido declaradas de interesse social imóveis classificados como grandes propriedades improdutivas e que se encontravam na Administração Central, mas que retornaram após quase um ano para análise da conveniência, conforme acordo entre a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, consubstanciado no MEMO/CIRCULAR/INCRA/DT/N.º 22/11. A seguir apresentamos os imóveis que retornaram para apreciação da conveniência:

1) Fazenda Laranjeiras, processo 54200.001226/11-18, com 1.685 ha, capacidade para 124 famílias, com avaliação concluída, ocupada desde 1998.

2) Fazenda Pompéia, processo 54200.000794/99-33, localizada em Congonhinhas, com área de 744,70 ha, com avaliação concluída e capacidade para 50 famílias.

Nos dois imóveis acima estamos iniciando os trabalhos de anteprojeto de assentamento, o qual agora se faz necessário antes da edição do decreto de desapropriação, trabalho este que era realizado após a criação do respectivo projeto.

Outro imóvel no qual poderíamos ter assentado 40 famílias é a Fazenda Catanduvas/parte, com área de 642,90 ha, pertencente a União Federal e que devido a consulta que fez necessária ao Conselho de Defesa Nacional, seu repasse final para o INCRA só ocorreu em fevereiro de 2012.

Além desta atividade, neste exercício foi concluído o trabalho da Ordem de Serviço/INCRA/SR(09) N° 31/2009, referente à Norma de Execução/INCRA/DT N.º 70, publicada em 12/05/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do PNRA, dos processos que constavam para análise, conforme já apresentado no Relatório de Gestão 2010.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Priorida de	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e $=d*100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8387	A	3	Área vistoriada (ha)	65.000	36.430,0398	0,00	36.430,0398	36	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: área dos imóveis que passaram por vistoria para levantamento de dados e informações (preliminar para desapropriação e aquisição), de avaliação e de viabilidade para implantação de Projeto de Assentamento, com o retorno da equipe de vistoria e término do serviço de campo.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Despesa Empenhada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
148.790,00	196.929,63	179.860,48	91,33	176.964,50	89,86	176.964,50	89,86

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
2.895,98	2.895,98	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O principal propósito das vistorias para levantamento de dados e de avaliação é o de identificar e obter imóveis rurais com viabilidade para implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

São realizadas, ainda, outras avaliações com outros propósitos, que não o de obter área para a Reforma Agrária, como será apresentado em quadro adiante.

O Serviço de Obtenção - SR(09)T1 conta com 11 Engenheiros Agrônomos e um servidor responsável pela confecção de cadeias dominiais de imóveis até a origem do destaque do patrimônio público para o privado.

Para permitir uma análise mais adequada da ação, as vistorias foram subdivididas neste relatório em dois grupos conforme a finalidade:

- Vistorias de avaliação com fins de obtenção de imóveis rurais para assentamento;
- Vistorias de avaliação sem fins de obtenção de terras.

a) Vistorias de avaliação com fins de obtenção de imóveis rurais para assentamento

Para os fins de obtenção de terras, principal propósito do Serviço, as vistorias convencionais são as preliminares e as de avaliação, ou ambas em um mesmo procedimento, chamada de vistoria conjunta.

No ano de 2011 foram executadas vistorias em 28 imóveis rurais (14 vistorias preliminares, 02 vistorias de viabilidade e 12 vistorias avaliações) totalizando uma área de 36.430,0398.

Nas *vistorias preliminares*, também chamadas de vistorias para levantamento de dados e informações ou vistoria de fiscalização, objetiva-se aferir o cumprimento da função social da propriedade, destinando os imóveis improdutivos para os procedimentos preparatórios de desapropriação.

Nas *vistorias de avaliação* identificam-se principalmente o valor de mercado do imóvel, para fins de empenho orçamentário, para a aquisição do imóvel pela modalidade de desapropriação, oferta ou outras formas de obtenção.

Os *estudos de viabilidade* tem por objetivo verificar as condições ambientais, de solo, de área aproveitável para a agricultura, para a criação de Projetos de Assentamento, geralmente de imóveis que poderão vir a ser doados ou adjudicados ao INCRA.

O INCRA Paraná avaliou vários imóveis por solicitação da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional - PSFN, cujo objetivo é que os referidos imóveis sejam adjudicados em nome da União Federal, para repasse posterior ao órgão. Estes imóveis provêm de proprietários com débitos junto a Fazenda Nacional.

Tabela 2: Vistorias Preliminares, de Avaliação e de estudo de viabilidade com fins de obtenção de imóveis

1. VISTORIAS COM FINS DE OBTENÇÃO DE IMÓVEIS			
Tipo de vistoria	Nº de imóveis	Área medida (ha)	Observações
Vistorias executadas			
Vistorias preliminares	6	2.932,2480	Dos quais 4 foram decorrentes de processos administrativos abertos no ano de 2011 com objetivo de desapropriação, e 2 decorrentes de ofertas realizadas pelos proprietários, com objetivo de classificar os imóveis para possível aquisição.
Vistorias de avaliação	4	8.757,6634	Todas as avaliações foram decorrentes de ofertas realizadas pelos proprietários, sendo 4 imóveis avaliados na totalidade.
Outros tipos de vistoria	2	749,32	Vistorias executadas com viabilidade constatada.
Total executado	12		24.434,6356
Vistorias em execução			
Vistorias preliminares	6	5.415,2255	Dos quais 5 foram decorrentes de processos administrativos abertos no ano de 2011 com objetivo de desapropriação, e 1 decorrente de oferta realizada pelos proprietários, com objetivo de classificar o imóvel para possível aquisição.

Vistorias de Avaliação	10	6.580,1787	Deste total temos 8 avaliações decorrentes de ofertas realizadas pelos proprietários, sendo avaliados na totalidade e 2 tendo somente suas benfeitorias avaliadas em imóveis pertencente ao INCRA.
Outros tipos de vistoria	0	0	Nenhuma vistoria nesta modalidade
Total em execução	16		11.995, 4042
TOTAL (executados + em execução)	28		36.430,0398

Obs: As vistorias consideradas executadas nesta tabela foram as que se iniciaram em 2011 com o laudo técnico finalizado e em execução, cujas vistorias em campo foram finalizadas, mas o laudo ainda não foi entregue.

b) Vistorias de perícias judiciais

Foram realizadas além das vistorias para obtenção de imóveis, 3 perícias judiciais, sendo uma de imóvel vistoriado e considerado como grande propriedade improdutiva (Lupus 1, 2 e 3), localizada em Alto Paraíso, uma referente a indeferimento de pedido de ratificação e consequente propositura de nulidade dos títulos dominiais (Princesa do Ivaí), localizada em Icaraíma e uma de imóvel já pertencente a União Federal sem cumprimento da Carta de Ordem que foi repassado ao INCRA pela União Federal em fevereiro de 2012, esta localizada em Espigão Alto do Iguaçu.

Tabela 3: Vistorias para perícias judiciais

Processo	Imóvel	Município	Área
(Vara Federal de Umuarama) 2009.70.04.000593-2/PR 2005.70.05.002191-6/PR 2005.70.05.002173-4/PR	São Francisco (Lupus 1, 2 e 3)	Alto Paraíso	2,875,5608
2005.70.05.002210-4/PR (Vara Federal de Cascavel)	Solidor	Espigão Alto do Iguaçu	642,9000
2006.70.04.003204-1 (Vara Federal de Umuarama)	Princesa do Ivaí	Icaraíma	1.593,0000
TOTAL			5.111,4608

Vários processos foram iniciados no ano de 2011, com previsão de conclusão em 2012. Estes tiveram atrasos na apresentação do Laudo de Avaliação e Fiscalização - LAF, devido a falta de peças técnicas e mapas em geral, que dão base para a conclusão dos trabalhos, ou simplesmente porque alguns dos processos foram iniciados no final do ano, sem tempo hábil para a conclusão no mesmo exercício.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e=d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	18	0	15	15	83,33	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Solicitação de Licença Prévia (LP) ou similar, Licença de Instalação e Operação (LIO) ou similar, suas renovações devidamente protocoladas no órgão responsável pela expedição do licenciamento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Despesa Empenhada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
572.958,00	1.775.919,28	1.690.236,11	95,18	165.791,92	9,34	165.791,92	9,34

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar ³ R\$
1.623.669,19	-265.129,64	353.522,96	1.005.016,59

³Obs: RP se refere ao pagamento da contratação para elaboração dos Projetos Básicos Ambientais, que serão concluídos em 2012.

Fonte: SIAFI.

A ação tem como objetivo o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, como forma de assegurar a sustentabilidade destes espaços, mediante o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental, devendo ser observada, para tanto, principalmente a Resolução CONAMA nº 387/2006.

Neste sentido, devem ser cumpridos todos os requisitos com vistas à obtenção de dois tipos de licença: Licença Prévia (LP) e Licença Instalação e Operação (LIO).

A LP deve ser solicitada e concedida na fase preliminar do planejamento dos PAs, aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento.

A LIO, por sua vez, autoriza a implantação e operação dos PAs, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação.

De acordo com o art. 2º, IV, e *a contrario sensu* do art. 6º a Resolução do CONAMA nº 387/2006, bem como conforme os acórdãos nº 2.633/2007 e nº 1.684/2008, os PAs sem licenciamento não devem ser efetivamente implantados, o que impede, por exemplo, o parcelamento e a aplicação de Créditos Instalação nos mesmos.

Dado que em anos anteriores os PAs foram implantados sem a existência da LIO, tem sido necessária a regularização dos mesmos, os quais são diferenciados em dois grupos:

a) criados até dezembro de 2003, para os quais deverá ser promovida a regularização ambiental através da obtenção da LIO, sendo que o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) ou o Projeto Básico Ambiental (PBA) é o estudo que instrui este pedido;

b) criados a partir de dezembro de 2003, para os quais as atividades relacionadas com o efetivo funcionamento do PA pressupõem a prévia obtenção da LIO, cuja solicitação exige o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Desta forma, os trabalhos do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais foram divididos quanto a estas três situações:

- a) Tramitação de LP para áreas em obtenção;
- b) Elaboração de PRA ou PBA para solicitação de LIO para os PAs criados até dezembro de 2003;
- c) Elaboração de PDA para solicitação de LIO para os PAs criados a partir de dezembro de 2003.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação de Licenças Prévias

No exercício de 2011, foram encaminhadas para licenciamento prévio dez áreas, sendo que quatro delas tiveram a licença prévia expedida.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação das Licenças de Instalação e Operação e a Elaboração de PDAs, para os assentamentos criados a partir de Dezembro de 2003 e 2009

Em relação aos resultados alcançados relativos aos PAs criados a partir de dezembro de 2003, que até o final de 2009 totalizavam 29 áreas, estes podem ser divididos da seguinte maneira:

a) 7 PAs com PDA concluído, mas com necessidade de reajustes. Estes PDAs foram elaborados pela COTRARA e são de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Destes, três foram adequados e encaminhados para LIO, sendo dois em 2008 e um em 2009. Dois deles, encaminhados em 2008, foram aprovados pelo IAP, que emitiu a LIO correspondente em 2009 e 2010;

b) 3 PAs com PDA concluído, mas com necessidades de reajustes. Estes PDAs foram elaborados pela Ambiens Cooperativa e são de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Para um destes PAs foi contratado PBA, em 2009, o qual deverá ser concluído em 2012;

c) 10 PAs com PDA foram concluídos pela Fundação Rondon, sendo também de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento do INCRA/PR. Dois destes foram encaminhados para LIO em 2009;

d) 10 PAs com PDA realizados por servidores do INCRA/PR. Para estes PAs foi desenvolvida uma sequência de ações que compatibilizasse a agenda do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais, assim como de outros serviços de outras Divisões do INCRA/PR, tais como, o Serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e o Serviço de Cartografia. Cabe mencionar que a elaboração destes PDAs se destaca pela maior qualidade dos mesmos, tanto em relação ao licenciamento ambiental, assim como em relação à elaboração de propostas produtivas sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Porém, em razão da demanda de trabalho, esses estudos não foram concluídos em 2010. Para um assentamento pequeno, com apenas três famílias, foi elaborado Relatório Ambiental Simplificado (RAS), o qual serviu para solicitação de LIO, conforme autoriza a Resolução CONAMA nº 387/2006;

As ações do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais durante a elaboração dos últimos PDAs citados concentraram-se na realização de reunião com as famílias ainda acampadas ou já selecionadas e assentadas, com o objetivo de conscientização das mesmas acerca das questões ambientais referentes aos PAs. Estas atividades envolveram o reconhecimento do imóvel, com indicação para aspectos do solo, do relevo, da fauna e da flora, bem como discussões sobre a necessidade de observância da legislação ambiental, especialmente aquela relativa à reserva legal, às áreas de preservação permanente e ao licenciamento do PA.

Quanto às LIOs protocoladas, foram cinco ao longo do ano e 38 expedidas, as quais foram protocoladas em exercício anterior.

Trabalhos Relacionados com a Tramitação das Licenças de Instalação e Operação e a Elaboração de PRAs E PBAs, para os Projetos de Assentamento criados até Dezembro de 2003

Em relação aos PAs criados até dezembro de 2003, foi firmado em março de 2009 Termo de Compromisso com o IAP para a definição de uma agenda visando a regularização dos mesmos, conforme o previsto no art. 8º da Resolução CONAMA nº 387/2006. Essa agenda prevê o seguinte cronograma de pedidos de LIOs:

- 50 em 2010;
- 50 em 2009;
- 52 em 2011;
- 52 em 2012;
- 52 em 2013.

O INCRA/PR rescindiu o contrato com a empresa vencedora do Pregão Eletrônico de 2009, considerando os atrasos no cronograma de entrega, descumprimento das especificações estipuladas e erros dos materiais apresentados na versão prévia, impediram a continuidade desse contrato.

Após a rescisão contratual citada acima, o INCRA oficiou o IAP solicitando alteração no cronograma do Termo de Compromisso firmado em março de 2009, o que foi deferido ficando estabelecido o protocolo de 74 LIOs em 2011 e 80 em 2012.

Em 2010 uma nova contratação com o objetivo de elaborar 75 estudos (Projeto Básico Ambiental – PBA), foram acrescidos mais 2 assentamentos ($73+2 = 75$), foi firmado, e ainda está em execução.

Em 2012, foi realizada a licitação de 97 PBAs, divididos em três blocos, afim de atender ao disposto no Termo de Compromisso, além dos PBAs que não foram encerrados devido à rescisão contratual já mencionada.

O convênio para prestação do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, celebrado entre o INCRA e o Instituto Emater/PR, sob responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, previu a elaboração de 84 PRAs até 2011, sendo que 23 (vinte três) destes deveriam ter sido iniciados em 2008, com a entrega de seis destes até o fim daquele ano. Entretanto, em razão de problemas no convênio⁴, nenhum PRA foi iniciado, prejudicando o alcance da meta e o atendimento de outros acordos firmados.

Em 2009 a situação persistiu. O convênio foi revisto, o plano de trabalho refeito, pelo qual o Emater deveria elaborar somente 18 PRAs, sendo nove em 2010 e igual número em 2011. A Emater entregou os 18 PRAs que foram entregues em 2011 e estão sendo analisados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Em 2010 e 2011 foram criados ao todo oito novos Projetos de Assentamentos, sendo que a elaboração ou contratação dos PDAs caberá à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – SR(09)D, com a participação ou orientação da Seção de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SR(09)T-3.

Existem dois PAs que são contemplados pelo Plano de Consolidação de Assentamentos, Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos, o qual prevê o licenciamento dos mesmos através da descentralização de recursos diretamente às associações dos assentados.

Finalmente, os assentamentos titulados, que outrora foram considerados como áreas que não deveriam ser atendidas pelo Incra, foram novamente incluídos na programação.

Tabela 4: Quadro resumo da situação dos licenciamentos dos PAs no Estado do Paraná

PAs criados até dezembro de 2003	113 estudos para licenciamento contratados	18 PRAs conveniados com a EMATER	2 PAs atendidos pelo Plano de Consolidação de Assentamento	123 PAs sem estudo ambiental contratado	Total 256 PAs
PAs criados a partir de dezembro de 2003	7 PDAs contratados junto à Cotrara	3 PDAs contratados junto à Ambiens, sendo que um deles teve PBA contratado	9 PDAs contratados junto à Fundação Rondon	18 PDAs em elaboração ou contratação pelo INCRA	Total 37 PAs

Análise da Ação em Relação à Meta Proposta

Com relação ao atendimento da meta proposta, a mesma teve como base a programação elaborada sobre uma situação ideal, em que todos os trabalhos planejados seriam concluídos. Entretanto, nem todos os estudos previstos fossem finalizados, totalizando 15 licenças protocoladas, 10 LPs e 05 LIOs, atingindo 83,33%.

Considerando que os trabalhos dos 75 projetos ainda estão em execução e mais 97 projetos que foram contratos no final de 2011, a perspectiva para 2012 é de oportunizar a realização de um número bastante extenso de pedido de licenças em 2012.

Considerando as atividades descritas, pode-se entender como razoável e adequada a utilização dos recursos disponibilizados, vez que o montante utilizado superou a meta estabelecida.

⁴ Para maiores informações referentes ao convênio ATES, consultar a Ação 4470.

Apesar de que neste momento a formalidade de protocolo/licenciamento para licenciar os PAs não tenha ocorrido a contento, acredita-se que efetivamente houve um salto de qualidade nos aspectos exigidos para que, em campo, exista realmente a regularização ambiental destes espaços.

Ainda, deve ser ressaltada o trabalho mais próximo entre o INCRA e o IAP, o qual culminou com a assinatura do Termo de Compromisso já descrito. Com isso, conseguiu-se a definição de uma agenda de regularização ambiental dos assentamentos que respeita a capacidade operacional da autarquia e permite o atendimento das demandas dos assentados.

Também, serão adotadas medidas para que seja reduzido o tempo entre a criação do PA e a sua efetiva implantação, com a elaboração do anteprojeto do PDA, evitando-se, assim, que as famílias cometam infrações ambientais com vista à geração de renda, o que igualmente deverá ser minimizado através da realização e intensificação dos trabalhos de educação ambiental. Por fim, deverão ser adotadas providências para o atendimento das condicionantes ambientais estabelecidas pelo IAP quando da expedição da LIO.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	4.100	0	804,36	804,36	19,62	849,13

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: imóveis obtidos para a Reforma Agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
37.264.000	964.300,15	964.186,87	99,99	568.405,95	58,94	568.405,95	58,94

Fonte: SIAFI, PO2011

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
71.818,30	71.754,62	0,00	63,68

Fonte: SIAFI.

Em 2011 foram obtidos os seguintes imóveis rurais para fins de assentamento de famílias:

- **Fazenda Pau D'Alho**, localizada em Jundiaí do Sul e Ribeirão do Pinhal, com área de 804,36 ha e capacidade para 68 famílias, foi obtida pelo procedimento de compra e venda, conforme prevê o Decreto N° 433/92, alterado pelos Decretos N° 2.614/98 e 2.680/98. A indenização da Terra Nua se deu com Títulos da Dívida Agrária - TDA emitidos em 2004. Houve necessidade de pagamento complementar das benfeitorias em espécie. A Portaria N° 23, de 15 de setembro de 2011, criou o Projeto de Assentamento Nango Vive.

- **Fazenda Bom Retiro**, localizada em Mangueirinha, com área de 435,60 ha, capacidade para assentar 25 famílias, imóvel este repassado pelo Governo do Estado do Paraná ao INCRA, sem ônus. A Portaria de criação do PA Esperança Viva, foi encaminhada ainda em 2011 para a Sede.

Como esta ação contabiliza apenas as obtenções onerosas, no ano de 2011 foi cumprido 19,62 % da meta física prevista. Esta meta consiste na obtenção de 804,36 há, referente ao imóvel Fazenda Pau D'Alho.

As formas de obtenção de imóveis no Paraná são provenientes de:

- **forma onerosa:**

- a) Vistorias de Fiscalização do Cumprimento da Função Social da Propriedade;
- b) Oferta de imóveis por proprietários de imóveis rurais;

- **forma não onerosa:**

- c) Imóveis provenientes de adjudicação pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional – PSFN;
- d) Repasse ao INCRA de Terras Estaduais;
- e) Terra públicas federais.

A fiscalização do Cumprimento da Função Social da Propriedade é a principal prerrogativa do INCRA, executado através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Os imóveis fiscalizados passam por vistoria, emissão de Laudo de Fiscalização - LAF e devidamente classificados. Sendo “improdutivos” e viáveis para assentamento, os imóveis em questão são propostos para desapropriação e destinados para a Reforma Agrária.

Há imóveis produtivos que são ofertados ao INCRA para venda de conformidade com o Decreto N°433/92. Estas ofertas, após análise cadastral e dominial, são objeto de vistoria preliminar e de avaliação. Havendo a concordância do proprietário com o valor avaliado pelo INCRA, esta autarquia encaminha para aquisição o referido imóvel e, após sua aquisição, é implantado o Projeto de Assentamento.

Classificamos os imóveis conforme o pagamento em “onerosos”, aqueles em que o INCRA faz os pagamentos conforme os normativos e leis que regem este tema e “não onerosos”, aqueles que o INCRA recebe de outros órgãos do Governo Federal e Estadual para implantar Projetos de Assentamento de famílias de trabalhadores rurais, mas sem o desembolso de recursos financeiros.

Os imóveis obtidos de forma não onerosa oriundos da PSFN, provêm de proprietários com débitos junto a Fazenda Nacional. Após transitado em julgado na justiça e adjudicados em troca de dívidas, são repassados ao Incra pela União Federal. Tal procedimento foi normatizado no final de 2011 através da Portaria/AGU/N° 514/11.

Tramitam ainda na Superintendência Regional diversos processos de obtenção de imóveis, que estão em fase bastante adiantada. Há, ainda, a expectativa de adquirirmos imóveis por adjudicação pela PSFN nos municípios de Guarapuava e Pinhão. Estes imóveis já foram medidos e avaliados pelo INCRA, por solicitação da própria PSFN. Temos, ainda, o imóvel Morro Verde, com área de 849,1300 ha, localizado em Mangueirinha e pertencente ao Governo do Estado do Paraná, cujo processo está em fase final de repasse ao INCRA.

Além dos processos em fase adiantada, constam muitos outros já abertos, em fase inicial, em que o INCRA dará encaminhamento nas fases dos processos com a finalidade da obtenção durante o ano de 2012.

A obtenção de imóveis normalmente é afetada por situação fora da governança da Superintendência Regional, como processos judiciais, onde algumas propostas de desapropriação levam até anos para serem concretizadas. Outros imóveis não podem ser obtidos por problemas de ordem dominial. As ofertas de imóveis acima de 500,0000 hectares devem ser georreferenciados pelos proprietário, de acordo com a Lei N° 10.267/2001. Outro ponto relevante é que há vários processos em que não houve concordância do preço por parte dos proprietários. Atualmente está ocorrendo a diminuição dos recursos financeiros destinados na Programação Orçamentária, para emissão de TDAs e pagamento indenização de benfeitorias.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0135.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
30.760	225.500,40	217.601,84	96,5	130.474,09	57,86	130.474,09	57,86

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
80.310,80	496,76	79.814,04	0,00

Fonte: SIAFI.

Parte dos recursos desta ação foram destinadas para os pagamentos dos contratos relativos a serviços e aquisição de materiais de Tecnologia da Informação, no montante de R\$ 15.626,86, a Ouvidoria Agrária Regional, para a entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas, no montante de R\$ 47.315,29 e o restante na Gestão do Programa 0135 na regional.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.839 6	A	3	Família atendida (unidade e)	481	0	1.087	1.087	225,99	1.967

PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: famílias atendidas com obras de infraestrutura básica, quando as mesmas forem efetivamente concluídas (com Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo)

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
2.446.677	2.137.294,56	2.137.294,56	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar ⁶ R\$
2.794.769,79	0,00	2.794.769,79	0,00

Fonte: SIAFI.

⁶RP referente aos Convênios 763164/2011 e 760467/2011.

Esta Ação é operacionalizada na Superintendência Regional pelo Serviço de Infraestrutura – SR(09)D-1, vinculado à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos – SR(09)D.

Entre os objetivos alcançados ao longo do ano destacamos a viabilização de dois novos empreendimentos para atendimento de 479 (quatrocentos e setenta e nove) famílias integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, além da finalização de uma obra, que trouxe benefícios diretos para mais 1.087 (mil e oitenta e sete) famílias.

Estes empreendimentos englobam ações de infraestrutura básica com intuito de fornecer condições mínimas de acesso e locomoção junto às famílias que residem nos Projetos de Assentamento Nova Itaúna e Eduardo Raduan. Os benefícios decorrentes de tais investimentos estão ligados diretamente à sustentabilidade e qualidade de vida da agricultura familiar desenvolvida naquela área, propiciando: o escoamento de safras e produções, o acesso à saúde, ao comércio, a centros sociais, de lazer, transporte escolar, etc.

O instrumento utilizado foi a celebração de convênios, firmados com as esferas públicas municipais de jurisdição dos respectivos projetos de assentamento, conforme informações disponibilizadas no quadro abaixo:

Tabela 5: Convênios celebrados em 2011.

Convenente	Número do Convênio no Siconv	Projeto de Assentamento	Obra de infraestrutura básica	Valor Global (R\$)	Valor Repasse (R\$)	Valor Contra-partida (R\$)	Família beneficiada
Município de Manoel Ribas/PR	763164/2011	Nova Itaúna	Implantação de 42,19 km de estradas vicinais	1.296.833,85	1.270.897,17	25.936,68	120
Sub-Total Estradas Implantadas			42,19 km	1.296.833,85	1.270.897,17	25.936,68	120
Município de Marmeleiro/PR	760467/2011	Eduardo Raduan	Recuperação de 44,55 km de estradas vicinais	884.078,97	866.397,39	17.681,58	359
Sub-Total Estradas Recuperadas			44,55 km	884.078,97	866.397,39	17.681,58	359
TOTAL GERAL			Estradas vicinais: 86,74 km	2.180.912,82	2.137.294,56	43.618,26	479

Os valores de repasse listados no quadro acima ficaram inscritos em restos a pagar, uma vez que, apesar de empenhados, não houve a disponibilidade financeira para depósito nas respectivas contas dos municípios.

Além dos convênios celebrados, trabalhou-se em uma licitação que teve como objeto a contratação de empresa especializada na elaboração de projetos básicos de engenharia para adequação de estradas vicinais não pavimentadas no interior de 27 projetos de assentamento, distribuídos em quatro lotes. Entretanto, todas as empresas que participaram do certame foram desabilitadas ou desclassificadas por não cumprirem com as exigências legais. A licitação ocorreu ao final do exercício financeiro, motivo pelo qual não foi possível reabrir novo processo licitatório, o que será realizado novamente tão logo haja disponibilidade orçamentária no exercício de 2012.

Foi também desenvolvido um projeto básico para implantação de estradas vicinais no interior do Projeto de Assentamento Padre Josino. Buscou-se uma parceria com o município de Ortigueira/PR para viabilização desta obra, onde o município seria responsável pela elaboração de um projeto da ponte que faria a ligação de um trecho de estrada para atendimento de três famílias.

Entretanto, o município não finalizou o projeto nem tampouco manifestou-se, desta forma inviabilizando a execução do projeto.

Levando em consideração que todas as obras acompanhadas pelo órgão são trabalhadas em cidades distantes da Sede e pelas características intrínsecas do próprio trabalho desenvolvido pelo INCRA, houve um incremento significativo de burocracias, como a necessidade de solicitação de autorização do Presidente do Incra para deslocamentos acima de 10 dias consecutivos e 40 diárias intercaladas, assim como restrições orçamentárias para diárias e deslocamentos, conforme o Decreto nº 7.446/2011 e Portaria/MDA nº 65/2011, nas ações de fiscalização, o que prejudicou sobremaneira a execução de outras parcerias, pela impossibilidade nos acompanhamentos a campo.

Das obras que estavam em andamento, uma foi concluída e entregue no decorrer do exercício, trazendo benefícios a 1.087 (mil e oitenta e sete) famílias, conforme quadro abaixo:

Tabela 6: Convênios iniciados em exercícios anteriores e encerrados em 2011.

Convenente	Número do Convênio no Siconv	Projeto de Assentamento	Obra de infraestrutura básica	Valor Global (R\$)	Valor Repasse (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)	Família beneficiada
Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB	CRT/PR/Nº 30.000/2007	Celso Furtado	Implantação de 214,63 km de estradas vicinais	4.355.769,80	3.484.615,84	871.153,96	1.087
TOTAL				4.355.769,80	3.484.615,84	871.153,96	1.087



Ilustração 1: PA Celso Furtado

Outras quatro obras, que tiveram início de vigência anterior a 2010, continuam em andamento, conforme quadro abaixo:

Tabela 7: Convênios iniciados em exercícios anteriores e em execução

Convenente	Número do Convênio no Siconv	Projeto de Assentamento	Obra de infraestrutura básica	Valor Global (R\$)	Valor Repasse (R\$)	Valor Contra-partida (R\$)	Família beneficiada
Município de Pitanga/PR	747898/2010	Vale da Serra	Implantação de 34,06 km de estradas vicinais	1.083.362,46	1.061.695,21	21.667,25	70
Município de Renascença/PR	748006/2010	João de Paula	Implantação de 36,79 km de estradas vicinais	985.382,22	965.674,58	19.707,64	96
Sub-Total Estradas Implantadas			70,85 km	2.068.744,68	2.027.369,79	41.374,89	166
Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR	751396/2010	10 de Maio	Recuperação de 20,96 km de estradas vicinais	434.153,85	425.400,00	8.753,85	69
Sub-Total Estradas Recuperadas			20,96 km	434.153,85	425.400,00	8.753,85	69
Município de Quedas do Iguaçu/PR	747886/2010	Celso Furtado	Construção de 06 pontes em concreto armado	349.107,85	342.000,00	7.107,85	1.087
Sub-Total Pontes			06	349.107,85	342.000,00	7.107,85	1.087
TOTAL GERAL			Estradas vicinais: 91,81 km	2.852.006,38	2.794.769,79	57.236,59	1.322
			Pontes: 06 unidades				

As obras listadas no quadro acima receberam repasse financeiro apenas no segundo semestre do ano, devido a falta de descentralização de recurso financeiro.



Ilustração 2: PA 10 de Maio

A principal dificuldade para o desenvolvimento da ação 8396 é a falta de pessoal frente à demanda e atribuições da área. Atualmente, há apenas um engenheiro civil trabalhando diretamente nesta ação, com desenvolvimento de diversas atividades multifocais que englobam: análise, elaboração e aprovação projetos; fiscalização de obras em campo; promover articulações com outros órgãos e entidades para viabilização de obras diversas; emitir pareceres e relatórios técnicos sobre diversos temas com enfoque na engenharia; preparar minutas e editais; gerenciar convênios; planejar e monitorar ações; participar de reuniões que envolvam obras de infraestrutura; responder diretamente todo e qualquer assunto relativo a obras de infraestrutura; atender entidades governamentais; identificar demandas; controlar execuções, etc. Mesmo com a busca de parcerias, a falta de pessoal é o principal limitante para desenvolvimento desta ação, pois, dada a grandeza do alcance da reforma agrária no Estado, as atividades exigidas para cumprimento das metas pressupõe o trabalho de uma equipe e não de uma pessoa. Para se ter uma referência, estima-se que a demanda interna do Estado para implantação ou recuperação de estradas vicinais ultrapasse os 1.000 km de estradas vicinais, além da necessidade de sistemas de abastecimento de água para atendimento em mais de 50 % dos assentamentos não consolidados. Importante destacar que existem outras atividades não vinculadas a esta ação que também demandam da atuação do engenheiro civil lotado na área, como é o caso da Ação 10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária, que prevê implantação de estradas e construção de barracões, da ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e Comercialização Terra Sol, e das demandas administrativas da Superintendência em avaliações de imóveis urbanos.

Com a realização de concurso público, foram aprovados dois engenheiros civis para a Superintendência Regional do Paraná. Entretanto, apesar de já ter ocorrido a nomeação dos candidatos, nenhum tomou posse. Percebe-se que a tabela salarial da Autarquia não tem sido atrativa para os profissionais, notadamente na área de engenharia, razão pela qual estima-se que os aprovados não venham a tomar posse, o que certamente dificultará o desenvolvimento das atividades da forma que se pretendia para o próximo exercício.

A celebração de convênios novamente foi tratada como o melhor instrumento para implantação de obras em assentamentos. Os convênios são parcerias estabelecidas com outros entes públicos que conhecem de perto a realidade e as melhores soluções para resolução dos problemas regionais e que estão sujeitos a ampla fiscalização e controle externo de diversas entidades, como Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado e União, conforme o caso. Como desvantagem, porém, temos o fato que poucos municípios possuem equipe técnica qualificada e eficaz, com capacidade para elaborar projetos e apresentar propostas de convênio que cumpram com os requisitos legais. Em 2011 foram cadastradas 30 (trinta) propostas de convênios no SICONV, sendo que só puderam ser analisadas aquelas definidas como prioritárias pela Superintendência, em virtude da capacidade operacional da Divisão.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.83 98	A	3	Família atendida (unidade e)	542	0	404	404	75,28	1.341

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Serviços topográficos que abrangem as ações relativas à medição e demarcação de perímetro, parcelas e/ou áreas de exploração comunitária, de reserva legal e de preservação permanente, inclusive uso urbano dos projetos de assentamento, quando da emissão do Termo de Aceitação Provisória ou Definitiva dos Serviços contratados. No caso de execução direta, considera-se executado após apresentação de relatório técnico de conclusão dos serviços.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
655.458,07	675.181,95	649.116,46	99,03	40.434,51	5,99	40.434,51	5,99

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
178.944,00	145,00	178.799,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A ação de demarcação topográfica definitiva tem correlação com a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, mais especificamente com o Serviço de Cartografia, que atua na contratação

de empresas especializadas para a atividade, a partir de demanda apresentada pela Divisão de Desenvolvimento.

As atividades abrangem ações relativas à medição e demarcação de perímetro, lotes e áreas comunitárias, de reserva legal e de preservação permanente, objetivando a delimitação das divisas internas dos projetos de assentamento. Trata-se da materialização da organização espacial, prevista no PDA.

Considerando a implantação e desenvolvimento dos assentamentos e ainda, levando em conta a capacidade operacional para fiscalização das empresas, optou-se pela licitação dos projetos de assentamentos listados a seguir, que tiveram a sua conclusão em 2011.

Tabela 8: Demarcação Topográfica Definitiva

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)	Famílias atendidas (und)
1	Marcos Freire	Rio Bonito do Iguaçu	PR0179000	325	4.830,38	391,400	325 ⁷
2	Paineiras	Reserva do Iguaçu	PR0302000	86	2.619,91	134,145	79
TOTAL				459	8.302,85	592,411	404

No final de 2011, após a definição dos projetos a serem demarcados definitivamente, foi realizado o processo licitatório dos seguintes PAs, separados em dois blocos:

Tabela 9: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco I

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)	Famílias atendidas (und)
1	Celso Furtado	Espigão Alto do Iguaçu / Quedas do Iguaçu	PR0418000	1.119	23.733,18	1.253	1.084
TOTAL				1.119	23.733,18	1.253	1.084

Tabela 10: Demarcação Topográfica Definitiva - Bloco II

Nº Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Código SIPRA	N.º Total de Lotes	Área Total Estimada (ha)	Perímetro (km)	Famílias atendidas (und)
1	Milton Santos	Planaltina do Paraná	PR0305000	135		174,01	130
2	Irmã Dorothy	Querência do Norte	PR0398000	95	2.145,95	149,73	75
3	Companheira Roseli Nunes	Amaporã	PR0300000	67	1.126,42	91,880	52
TOTAL				297	23.733,18	415,62	257

Além da demarcação definitiva dos lotes, outra atividade que os topógrafos da SR(09) realizaram foi o levantamento topográfico visando a elaboração de anteprojeto de parcelamento dos PAs criados em 2010, que apesar de não contarem para a meta física, entende-se como a prática de

⁷ O número de total de famílias no PA Marcos Freire é de 578. Em 2011 foram atendidas 325 famílias, considerando que a diferença já foi atendida em exercícios anteriores.

implantação a campo do anteprojeto de parcelamento, para demarcação das áreas úteis dos lotes, das áreas de preservação permanente e das áreas de reserva legal. Este levantamento topográfico é um instrumento que agiliza a destinação da área para os assentados, evitando conflitos no campo e corrige as distorções do mapa do anteprojeto realizado no escritório.

Tabela 11: Projetos de Assentamento atendidas com levantamento topográfico visando a elaboração de anteprojeto de parcelamento

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias Assentadas
Eli Vive I	Londrina	426
Eli Vive II	Londrina	55
Valmir Mota de Oliveira	Cascavel	89
Sebastião da Maia	Querência do Norte	65
Companheiro Keno	Jacarezinho	52
8 de Outubro	Candói	10
Maria Lara	Centenário do Sul	30
TOTAL		727

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	0	0	600	-	-	13.525

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Família beneficiada com o Programa Terra Sol, após a emissão do “Termo de Recebimento Provisório da Obra” (para o caso de construção de agroindústrias e outras obras) ou “pagamento efetivo do projeto – Ordem Bancária” (para outras ações, que não obras). No caso de execução direta, por ocasião da entrega de relatório de conclusão da atividade ao chefe da Divisão de Desenvolvimento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c) (d=c/b)	R\$(e) (f=e/b)	R\$(g) (h=g/b)		
0	2.344.676,76	2.344.676,76	100,00	1.503.925,76	64,14	1.503.925,76	64,14

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Programa Terra Sol, que prevê a implantação e acompanhamento das agroindústrias vinculadas à reforma agrária, tem-se mostrado um importante instrumento de valorização da produção das famílias assentadas no Estado do Paraná, possibilitando comercialização de seus produtos, com implantação e modernização das agroindústrias, no âmbito da Norma de Execução nº 58, de 09 de abril de 2007, que estabelece os procedimentos para implantação de “Projetos da ação de Fomento a Agroindustrialização à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias”.

O convênio com o município de Querência do Norte - CRT/PR 56.000/2007, SICONV 723477/2009, visando a aquisição de equipamentos para agroindústrias de arroz e de leite, iniciado em 2009 foi concluído neste exercício, com o atendimento de 600 famílias. Foram adquiridos equipamentos para ampliação da capacidade produtiva das agroindústrias de arroz e de leite da COANA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda., que atua com as famílias assentadas do município e da região. O plano de trabalho foi executado integralmente e o objeto, cumprido.

Continua em vigência o convênio celebrado com Município de Laranjeiras do Sul – SICONV 723473/2009, objetivando a aquisição de equipamentos e construção de agroindústria para beneficiamento do leite e produção de derivados. Ainda que com atraso, a obra, que é a meta 1 do plano de trabalho, está em execução. Estando próxima a sua conclusão, pretende-se executar as demais metas, que são a compra dos equipamentos e a capacitação de trabalhadores para a agroindústria. O convênio foi prorrogado por 180 dias.

Em 18 de novembro de 2010 foi celebrado o Termo de Parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural — Fundação Terra, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com o objetivo de prestar assessoria técnica especializada para os atores envolvidos nos processos de agroindustrialização nos projetos de assentamento do Estado do Paraná, priorizando unidades agroindustriais instaladas ou em fase de instalação. Pelo termo de parceria, a prestação de assessoria técnica especializada se dá através da contratação de consultores especializados, hipótese esta permitida pela norma de execução INCRA nº. 76/2008, em seu artigo 7º, I, alínea a.

Apesar da assinatura do termo de parceria ter sido realizada em 2010, a execução física teve início apenas em fevereiro de 2011, haja vista a liberação financeira ter ocorrido somente em janeiro, sendo que só a partir de então foi possível a contratação dos profissionais para início às atividades previstas no Termo de Parceria.

A segunda parcela, prevista para ocorrer em fevereiro de 2011, ocorreu somente no final do exercício, eis que houve atraso na liberação dos recursos, bem como os ajustes no plano de trabalho. Ainda, à partir do Decreto nº 7.592/2011 e da Portaria INCRA nº. 610/2011, houve a determinação de suspensão de repasses às OSCIP. Para tanto, foi solicitado às Superintendências a elaboração de relatórios para certificar a execução dos objetos pactuados. Após manifestação desta Regional, houve a autorização para o repasse. Da análise realizada por técnicos da Divisão de Desenvolvimento, concluiu-se:

“O acompanhamento por parte da equipe de acompanhamento e fiscalização é intenso e objetiva a correta e regular aplicação dos recursos ora disponibilizados. Em virtude disso, foram

realizadas diversas solicitações de documentos à entidade parceira, os quais foram devidamente analisados. Foram inclusive analisados os dados funcionais dos consultores contratados pela entidade parceira. Além disso, também foram realizadas duas fiscalizações in loco, sendo uma no dia 30 de março de 2011 (participação em uma atividade de capacitação) e outra entre os dias 4 e 7 de outubro de 2011 (visitas às agroindústrias). De todas as ações foram emitidos relatórios de fiscalização e análise. Dessa forma, o trabalho de acompanhamento ofereceu a segurança necessária para verificar a efetiva aplicação dos recursos.

Apesar da execução parcial das metas, observamos que algumas atividades foram mais intensificadas que outras, principalmente a orientação técnica às agroindústrias. Parte disso ocorreu pela limitação nos recursos financeiros, visto que a entidade trabalhou apenas com a primeira parcela, quando já deveriam ter recebido as três parcelas previamente descritas no cronograma de desembolso.

No constante à meta 1, “assessoramento especializado com vistas ao diagnóstico das potencialidades de processamento de produtos agrícolas (...)", as três etapas foram realizadas e constam registradas nos autos do processo administrativo, a saber: 1) Formação de equipes coordenadora e executora do projeto (...); 2) Diagnóstico da situação das agroindústrias; e 3) Mapeamento e definição dos projetos a serem desenvolvidos e apoio às unidades já em funcionamento.

No que toca à meta 2, “assessoria especializada junto aos gestores e operadores do empreendimento para as unidades agroindustriais (...)", as duas etapas estão em parcial e regular execução, a saber: 1) Acompanhamento e assessoramento dos empreendimentos agroindustriais já em funcionamento e em processo de implantação; e 2) Acompanhamento dos empreendimentos agroindustriais implantados e em implantação pelo projeto.

Enfim, no que toca à meta 3, “assessoria especializada junto aos gestores e operadores dos empreendimentos na gestão administrativa, econômico-financeira, jurídica e ambiental do empreendimento (...)" e sua única etapa, “implementação de programa de qualificação/formação de assentados e agentes envolvidos nas atividades de agroindustrialização e comercialização de produtos de origem animal e vegetal”, a mesma ainda não foi realizada.

...

Tendo em vista o atraso na liberação de recursos e o fato que a parceria está em vigência e prevê atividades até o seu termo final, são justificáveis a execução parcial da meta 2 e a inexecução da meta 3. De tal forma, esta comissão de fiscalização atesta a regularidade da execução do presente Termo de Parceria.”

Também no final de 2011, foram celebrados dois convênios com o Município de Paranacity, na seguinte forma:

1 - SICONV 764858/2011 – convênio celebrado em 30/12/2011, tendo como objeto a ampliação da capacidade produtiva da Agroindústria de derivados de cana de açúcar no Assentamento Santa Maria em Paranacity/PR, no valor global de R\$ 331.750,00, com repasse ao município do valor de R\$ 325.000,00.

2 - SICONV 764816/2011 – convênio celebrado em 30/12/2011, tendo como objeto a complementação de obra e estruturação do centro de comercialização e capacitação de produtores familiares assentados do município de Paranacity/PR, no valor global de R\$ 304.064,23, com repasse ao município do valor de R\$ 297.900,00, sendo que destes, R\$ 82.612,76 foram disponibilizados em 2011 e R\$ 215.287,24 ficaram inscritos em restos a pagar, visando à liberação após a aprovação do projeto de engenharia.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido	290	1.629	0	1.629	561,72	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Documento devidamente publicado no Boletim de Serviço do INCRA e com sua impressão pelo SIPRA realizada e pronta para ser entregue ao beneficiário, nos casos de CCU e Título Definitivo e Título de doação, cessão ou concessão de uso emitido e devidamente publicado no Diário Oficial da União e pronto para ser entregue à entidade pública ou privada.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
40.628	36.782,43	32.840,63	89,28	29.340,63	79,77	29.340,63	79,77

Fonte: PO2011, SIAFI2011

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------	----------------------------------

0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------

Fonte: SIAFI.

No tocante a esta Ação, devem ser consideradas três situações, que demandam de trabalhos diferenciados, considerando suas especificidades.

1. Contrato de Concessão de Uso

Como instrumento inicial que garante ao agricultor assentado a sua regularidade perante a Autarquia Fundiária, provém a partir da homologação das famílias em novos projetos de assentamento ou da regularização de alguns em projetos antigos. Esta ação demanda de trabalho interno e conjunto com a Divisão de Obtenção para, na sequência, ser providenciada a assinatura dos agricultores assentados.

Em virtude do Decreto nº 7.446/2011 e ainda no sentido de otimizar os deslocamentos, a Divisão de Desenvolvimento não está prevendo deslocamentos somente para apanhar assinatura dos beneficiários. Esta atividades têm sido realizada aproveitando as viagens para aplicação de crédito ou fiscalização de atividades de assistência técnica em assentamentos ou municípios próximos.

Para os projetos de assentamentos novos, o recebimento do CCU é um momento aguardado com grande expectativa e é importante que sejam programadas agendas específicas para esta atividade. Decorrente desta atividade, foram expedidos 1.609 Contratos de Concessão de Uso (CCU) para beneficiários em projetos de assentamento novos e antigos.

No tocante à Instrução Normativa nº 47, de 16 de setembro de 2008 que prevê ações para retomada das parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação de acordo com irregularidades porventura constatadas, o Ministério Público Federal de Pato Branco, em complementação às Recomendações nºs 002 e 004/2006, editou a Recomendação nº 004/2011, prevendo a possibilidade de regularizar famílias que estivessem há mais de um ano, considerando posse velha.

Desta forma, à partir da eleição dos Projetos de Assentamento prioritários, foram realizadas vistorias em lotes irregulares de oitenta e três projetos de assentamento, com a formalização dos processos para instrução com relatórios e documentos e posterior envio à Divisão de Desenvolvimento para análise.

Para possibilitar a celebração dos contratos, foram realizados ajustes no SIPRA com o objetivo de publicação nos Boletins de Serviço e consequentemente emissão, de acordo com o preconizado pela Instrução Normativa nº 30/2006.

Cumpre salientar que o SIPRA carece de ajustes e alimentação de dados que possibilite melhorar e otimizar a emissão de documentos e fidelidade das informações disponíveis, notadamente nos projetos de assentamento mais antigos. Esta dificuldade remonta aos dados iniciais para a criação do Projeto de Assentamento.

Para 2012 há uma expectativa de emissão de 1.000 Contratos de Concessão de Uso.

2. Cessão ou concessão de uso de áreas em projetos de assentamento

Os municípios, cooperativas, associações de moradores, dentre outros, têm apresentado grande demanda de propostas solicitando cessão ou concessão de uso, normalmente de áreas comunitárias nos projetos de assentamento, para implantação de obras de cunho social, religioso e educacional ou até mesmo para a implantação de infraestrutura básica, como poço artesiano, dentre outras apontadas pela comunidade.

O objetivo na celebração de um instrumento legal deve-se ao fato de que diversos segmentos governamentais em nível de estado ou federal, dispõem de políticas públicas e investimentos específicos, bastando para tanto que os imóveis em que serão edificadas as obras ou implantadas quaisquer outras atividades estejam em nome da entidade.

Assim, cabe a Divisão de Desenvolvimento a formalização de procedimento administrativo que possibilite a instrução formal, com análise técnica e jurídica, além da avaliação e delimitação da área.

Difícil definir ou prever esta demanda que surge a partir de propostas específicas junto aos projetos de assentamento. Em 2009 estes pedidos se intensificaram e até dezembro de 2011 haviam 151 processos formalizados e, destes, 24 (vinte e quatro) foram finalizados, com a consequente emissão do instrumento e 65 processos continuam em andamento, com previsão de conclusão para 2012.

Avaliamos positivamente a forma como os processos estão sendo conduzidos, uma vez que atualmente os encaminhamentos atendem às exigências legais e temos o controle de todos os pedidos, o que facilita a localização e a demais providências.

Por outro lado, tendo em vista a condução rigorosamente em conformidade com a Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, para se concluir um processo administrativo é necessário pelo menos 06 (seis) meses de tramitação, uma vez que os processos transitam por várias divisões, tais como: Serviço de Cartografia, Divisão de Obtenção de Terras, Procuradoria Jurídica, Comitê de Decisão Regional, etc.

No entendimento desta Divisão, que foi objeto de formalização de processo para manifestação da Procuradoria, poderia haver maior agilidade no trâmite, se dispensada a vistoria a campo para avaliação, quando a área pretendida não tenha nenhum tipo de benfeitoria.

Esta situação poderá ser suprida com o processo de obtenção do imóvel e com a Tabela de Preços Referenciais de Imóveis, elaborada pela Divisão de Obtenção de Terras. Esta possibilidade diminui sobremaneira o fluxo processual, facilitando a liberação aos municípios ou entidades que, na maioria das vezes recebem recursos financeiros para implantação de estruturas nessas áreas e exigem uma tramitação mais célere.

3. Titulação Definitiva em Projetos de Assentamento

Neste ponto, que entendemos como de grande importância, configuram-se algumas diferenças, que devem ser tratadas porém, de forma distinta.

Nos idos do ano 2001, 57 projetos de assentamento do Estado do Paraná migraram para a situação de consolidados. Acreditamos que não caiba aqui levantarmos novamente as causas e a forma como se deu este procedimento. O que há de ser registrado é que, a partir de uma demanda para correção e superação dessa situação, eis que a grande maioria dos assentamentos encontra-se ainda em situação precária, passou-se a revisão destes casos, com a realização de vistoria para levantamento das informações a campo, concluindo com o encaminhamento dos processos a Procuradoria Federal Especializada para análise quanto a possibilidade de cancelamento ou revisão da titulação.

Foram doze os processos encaminhados, sendo que somente para um deles, sugeriu a PFE o cancelamento da consolidação e consequente titulação e, para os demais, nova vistoria para identificar a atual situação de cada um dos Projetos de Assentamento.

No entanto, ainda que haja o processo de cancelamento dos títulos, a manifestação jurídica é no sentido de dar sequência ao processo de titulação, cumprindo com as etapas legais a cargo desta Autarquia.

Foi realizada nova vistoria no Projeto de Assentamento São Luiz, em Sapopema, estando o processo em análise pela Chefia da Divisão, para posterior envio à Procuradoria Federal Especializada.

Pretende-se, à partir de determinação do Superintendente Regional, proceder à avaliação dos demais assentamentos.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guararapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Aurora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Viamão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarindeiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercíci o (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.10YN	A	3	Projeto consolidado (unidade)	1	0	0	0	0	2

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Formalmente, um projeto só pode ser considerado consolidado (produto do PPA), quando atende às exigências estabelecidas nos normativos correspondentes. De outro lado, estamos adotando a terminologia de que um projeto de assentamento que teve um Contrato ou Convênio estabelecido através do PAC finalizado deverá apresentar as condições necessárias para ser consolidado, podendo ser contabilizado como tal (consolidado).

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidad a	Valor Pago			
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)

2.128	60.008,62	58.292,59	97,14	58.292,59	97,14	58.292,59	97,14
-------	-----------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	-------

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
661.333,35	0,00	661.333,35	0,00

Fonte: SIAFI.

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar. O Contrato de Empréstimo teve prazo até final de 2007 e, não sendo renovado, deixou de vigorar, sendo nacionalizado para gestão e conclusão das ações iniciadas.

Por ser um programa contínuo que para ser implementado exige um prazo mínimo de três anos, todos os convênios dos projetos de assentamento em vigência ainda estão em execução até abril de 2012, haja vista que o processo de consolidação e emancipação dos assentamentos depende de fatores que ultrapassam a dimensão do Programa, uma vez que exige encaminhamentos específicos do INCRA, tal como regularização dos assentados e titulação.

O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infra-estrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e a conquista da cidadania.

A efetivação se dá através de convênios tripartites entre as organizações comunitárias dos assentados e o INCRA, com a interveniência dos municípios, durante um período mínimo de 03 anos.

Na esfera de atribuições da SR(09) existem dois convênios em vigor, sendo eles:

- PCA Ireno Alves dos Santos, através do Convênio 76.000/04, com vigência até 30 de abril de 2012;
- PCA Marcos Freire, através do Convênio 102.000/07, com vigência até 28 de março de 2012.

RESULTADOS OBTIDOS EM 2011

Convênio 76.000/04 (PCA Ireno Alves dos Santos):

- Cascalhamento e recuperação de estradas – conclusão da construção de 86,35 km de estradas. A obra foi executada pelo valor total de R\$ 1.026.819,86 (Inca + contrapartida);
- Construção de quatro centros comunitários – obra iniciada em 2011, contratada através de licitação, perfazendo um valor total de R\$ 802.761,41 (Inca + contrapartida). Até dezembro/2011 já foram pagos R\$ 584.513,30;
- Construção de um posto de saúde – obra iniciada em 2011, contratada através de licitação, perfazendo um valor total de R\$ 299.134,17 (Inca + contrapartida). Até dezembro/2011 foram pagos R\$ 52.249,27;

- f) Licenciamento ambiental – serviço iniciado em 2011 e em fase de análise do produto final. Até dezembro/2011 foram pagos R\$ 65.430,00, equivalente a 75% do valor contratado;
- g) Assistência técnica de longo prazo – trata da conclusão de serviços de assistência técnica e social prestados ao PA Ireno Alves, de acordo com o previsto no Plano de Consolidação e com o contrato celebrado entre a Associação e a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. O valor total investido nessa ação foi de R\$ 2.116.454,59, correspondente a 35 (trinta e cinco) meses de serviços de Ates. A contrapartida apresentada até a presente data soma o montante de R\$ 225.246,03.
- h) Assistência técnica de curto prazo – trata da contratação de serviços de consultoria para fazer um estudo de viabilidade do leite, contratado através de licitação e executado na sua totalidade por R\$ 55.079,40.
- i) Capacitação – trata-se do pagamento das capacitações realizadas com treinamentos direcionados para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e qualificação dos produtores rurais do PA Ireno Alves. Para esta meta foi previsto R\$ 475.060,00, dos quais R\$ 407.319,75 foram licitados através de cartas-convite e tomadas de preço diversas. Durante o exercício de 2011 foi executado R\$ 85.497,98 na realização de diversos cursos.

Convênio 102.000/07 (PCA Marcos Freire):

- j) Construção de sete centros comunitários – obra iniciada em 2011, contratada através de licitação, totalizando um montante pago de R\$ 1.009.550,84 (Inca + contrapartida). As construções já foram concluídas, mas aguarda a aprovação do corpo de bombeiros para a aceitação pelo Incra;
- k) Construção de três centros comunitários – obra iniciada em 2011, contratada através de licitação, perfazendo um valor total de R\$ 697.532,64 (Inca + contrapartida). Até dezembro/2011 já foram pagos R\$ 111.350,62;
- l) Construção de duas brinquedotecas – obra iniciada em 2011, contratada através de licitação, perfazendo um valor total de R\$ 222.532,28 (Inca + contrapartida). Até dezembro/2011 já foram pagos R\$ 110.056,25;
- m) Conservação dos solos – trata da conclusão da prestação de serviços de horas-máquina para enleiramento de pedras e limpeza de terreno nos lotes do PA Marcos Freire, através de termo aditivo ao contrato vigente, no valor de R\$ 409.500,00, (Inca + contrapartida) referente à execução de mais 330 horas-máquina;
- n) Restauração do ambiente ripário – trata do fornecimento de material para construção de cerca, tendo em vista restaurar o ambiente ripário. O material foi adquirido por licitação e o fornecimento já foi finalizado, totalizando o montante de R\$ 388.242,80 (Inca + contrapartida);
- o) Cultivo florestal – trata do fornecimento de mudas diversas. O material foi adquirido por licitação e o fornecimento já foi finalizado, totalizando o montante de R\$ 242.359,28 (Inca + contrapartida);
- p) Assistência técnica de longo prazo – trata da conclusão dos serviços de assistência técnica e social prestados ao PA Marcos Freire, de acordo com o previsto no Plano de Consolidação e com o contrato celebrado entre a Associação e a Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços Ltda. O valor pago, com todos os aditivos, foi de R\$ 1.464.929,98, perfazendo a execução em 41 meses, sendo que no exercício de 2011 o valor repassando foi de R\$ 357.700,00 (Inca + contrapartida);
- q) Assistência técnica de curto prazo – trata da conclusão dos serviços de assistência técnica de curto prazo (especialidade em engenharia civil) prestado ao PA Marcos Freire. O valor contratado para execução do termo de referência prevista no contrato foi de R\$ 78.300,00, sendo que no exercício de 2011 foi executado o montante de R\$ 15.660,00;
- r) Capacitação para inovação tecnológica – trata do pagamento das capacitações realizadas com treinamentos direcionados para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e

qualificação dos produtores rurais do PA Marcos Freire. Para esta meta foi previsto R\$ 200.000,00, dos quais R\$ 183.791,32 foram licitados e durante o exercício de 2011 foi executado R\$ 101.814,58.

PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES

Apesar de entendermos que a viabilização plena da unidade produtiva agrega vários fatores relativos à sua autonomia, desde os mais práticos e necessários, como a produção para o auto-sustento e geração de renda, passando pelo processo produtivo, escoamento da produção e condições de comercialização, até educação, saúde e lazer, destacamos que as ações implementadas, mesmo se consideradas isoladamente, já estão demonstrando resultados positivos na qualidade de vida dos assentados, bem como na renda mensal das famílias.

A execução dos convênios vigentes pode ser avaliada de forma positiva, porém, considerando que normalmente os PCA's apresentavam algumas deficiências que foram identificadas no decorrer da execução do Plano de Consolidação do Assentamento, haja vista o lapso temporal entre a elaboração e a viabilização das ações, as associações ainda encontram dificuldades para concluir as ações em razão dos projetos inconsistentes. Para tanto, termos aditivos de ajustes de metas e valores foram firmados, tendo em vista o objeto final do convênio, que é de emancipar e consolidar os assentamentos beneficiados.

Por fim, destacamos a relação favorável para a implementação dos PCA's Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire com o poder público municipal, haja vista que o município de Rio Bonito do Iguaçu tem buscado a integração nas políticas locais, aportando o apoio técnico para o desencadeamento do processo de execução.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade e)	0	0	4.193	4.193	-	5.258

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: família atendida com Após o término do cronograma de execução previsto nos contratos ou convênios. No caso de execução direta, considera-se executado após a prestação de contas de conclusão do serviço.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
0	3.910,55	2.910,55	74,43	2.910,55	74,43	2.910,55	74,43

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
324,00	0,00	324,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária envolve as seguintes atividades:

- Recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal;
- Capacitação de assentados, através de educação ambiental;
- Práticas tecnológicas para fechamento e estabilização de voçorocas, terraceamento, curvas de nível, descompactação, recuperação da fertilidade dos solos;
- Demarcação topográfica e cercamento de áreas de reserva legal e preservação permanente.

Sendo que essas atividades estão interligadas com a ação 8374 de Licenciamento de Projetos de Assentamento, isto porque, como foi dito, o licenciamento representa uma formalidade, sendo que as ações de Manejo é que dão efetividade às suas propostas e condicionantes, alterando efetivamente a realidade nas áreas reformadas.

Neste sentido, o Manejo de Recursos Naturais em PAs tem sido trabalhado como uma ação de suporte e garantia do licenciamento, mas que, sobretudo, proporciona maior garantia de sustentabilidade ambiental para as famílias beneficiadas.

Assim sendo, entendeu-se que a principal função ambiental dos PAs pode ser cumprida através da recuperação e conservação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, razão pela qual estas atividades são continuamente programadas.

Com isso, igualmente puderam ser observados Termos de Compromisso firmados com o órgão ambiental estadual (Instituto Ambiental do Paraná – IAP) por ocasião do cadastro dos PAs no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG. Este cadastro representa a análise e aprovação do IAP acerca da área de Reserva Legal que se pretende averbar, conforme dispõe o art. 16, § 4º do Código Florestal.

Em 2011, as 4.193 famílias dos 75 PAs atendidos com a contratação da elaboração dos Projetos Básicos Ambientais, licitado no final de 2010 (ação 8374) também receberam atividades de educação ambiental.

Foram dadas continuidade aos trabalhos de demarcação de Reserva Legal , mas conforme a prioridade criada pela própria demanda e pelos PAs cadastrados no SISLEG, isto para seguirmos a sequência lógica do licenciamento:

1. PDA, PRA ou PBA
2. LIO e averbação da reserva legal
3. condicionantes.

Assim, é possível a execução de projeto ou projetos após a análise prévia do órgão ambiental, evitando retrabalhos com consequente otimização dos recursos humanos e financeiros.

Também, a demarcação topográfica da reserva legal foi continuada neste exercício, uma vez que tal procedimento é exigido para cadastro dos PAs no SISLEG e que este, por seu turno, é exigência para qualquer tipo de licenciamento que envolva as atividades realizadas nos PAs, a teor do disposto na Resolução SEMA nº 31/1998.

Para esta demarcação foram inicialmente atendidos os PAs acerca dos quais houve exigência do IAP, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, ou solicitação dos assentados para averbação

da reserva legal, o que ocorre geralmente quando desejam a obtenção de licença ambiental para algum empreendimento a ser realizado no imóvel.

Os PAs para os quais foram contratados trabalhos para licenciamento ambiental também foram contemplados. Isso porque os estudos que devem ser realizados abrangem a proposta de adequação do assentamento em relação à legislação ambiental, o que envolve a projeção da sua área de reserva legal.

Os procedimentos e as prioridades nas ações de Manejo têm sido constantemente avaliados, para que sejam eficientes (mais rápidos e menos onerosos) e eficazes (para que realmente promovam modificações favoráveis à preservação dos recursos naturais e para que isto permita um incremento na qualidade de vida dos assentados).

Assim, previamente à realização de trabalhos de campo são analisadas imagens dos PAs, para diminuir os levantamentos a serem realizados, o que reduz a necessidade de diárias e proporciona maior qualidade na demarcação.

Quanto aos projetos de recuperação de reserva legal e áreas de preservação permanente, estes têm sido questionados pela própria equipe do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais quanto à sua eficácia de alteração da realidade dos PAs.

Até o momento, entende-se que a forma mais adequada de assegurar a recuperação e conservação desses espaços especialmente protegidos. Isso porque muitos assentados têm consciência de que estas áreas precisam ser preservadas, porém, não o fazem por falta de recursos. Com os projetos, é objetivada a aquisição de materiais para construção de cercas de isolamento, que permitam a regeneração natural de ambientes com degradação menos severa. E a própria execução do projeto, no qual a mão-de-obra dos assentados é colocada como contrapartida pelo recebimento do material, constitui, portanto, uma forma de educação ambiental.

Considerando que é necessário dar continuidade ao trabalho de sensibilização dos beneficiários da Reforma Agrária, projetos que visam à educação ambiental têm sido analisados e poderão até mesmo se mostrarem menos onerosos e mais eficazes para recuperação de ambientes degradados. Infelizmente em 2011, devido à restrição orçamentária, famílias de assentados não puderam participar de capacitação em trabalhos implantados em sistema agroflorestal (SAF). O objetivo é que para 2012, seja viabilizado este tipo de capacitação.

Destacamos também tentativa de parceria com Município de Querência do Norte, através de Convênio para a implantação de Terraceamento no Projeto de Assentamento Irmã Dorothy, proposto no SICONV, mas devido a questões de ordem técnica no Projeto Básico, não foi possível assinatura de convênio.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.0427	A	3	Família atendida (unidade)	556	-	1.530	1.530	275,18	1.957

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs:

- Conceito da Meta Física realizada: Após a emissão da Ordem Bancária (OB), com a consequente disponibilização dos recursos em conta-corrente da Associação/Representantes, e aplicação dos créditos para as famílias assentadas, com a respectiva prestação de contas encerrada. Uma família pode ter sido beneficiada com mais de uma modalidade de crédito.
- A meta de 1.530 foi considerada como iniciada em exercícios anteriores, mas algumas famílias podem ter tido as OBs emitidas em 2011.
- A meta a ser realizada em 2012 referem-se às famílias cujas OBs serão depositadas em 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
14.584.048	14.088.400	14.088.400	100	3.835.400	27,22	3.835.400	27,22

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
11.658.000,00	0,00	9.900.000,00	1.758.000,00

Fonte: SIAFI.

A aplicação do crédito instalação teve sua regulamentação pelas Normas de Execução INCRA nº 79/2008 e 86/2009 (que dá nova redação dos artigos 3º, 12, 20, 22, 25, 36, 38, 40, 45 e 47 da primeira), bem como da Instrução Normativa INCRA nº 58, de 05 de março de 2010 e Norma de Execução INCRA nº 98 e 99/2011.

No exercício de 2011 foi considerado como Meta Realizada, o número de famílias que efetivamente aplicaram os Créditos Instalação – nas diversas modalidades, ou seja, os processos de prestação de contas que foram analisados e aprovados pelo Superintendente Regional. A decisão de considerar o conceito de família atendida foi em função das recomendações da Controladoria Geral da União no Estado, pois em exercícios anteriores, considerava-se famílias atendidas o que se previa no Manual de Monitoramento e Avaliação do INCRA, ou seja, famílias contempladas a partir da data do depósito em conta corrente da associação ou dos representantes dos assentados.

Em nosso entender a tarefa que tem envolvido maiores esforços da equipe é o acompanhamento da aplicação do crédito instalação. Existem em torno de 170 contas correntes abertas, com situações das mais diversas, sendo que a grande maioria exige a presença constante do técnico para dar continuidade aos trabalhos.

No sentido de direcionar o trabalho e definir as prioridades a serem trabalhadas, inicialmente projetou-se primeiro encerrar as contas que tenham somente rendimentos: para tanto, foi encaminhamento memorando aos servidores, solicitando que entrassem em contato com as comunidades, via telefone ou outro meio que não demandasse deslocamento, solicitando que enviem ata registrando de que forma pretender utilizar os recursos. A consequente autorização e liberação pode ser feita sem que haja necessidade de dispensar recursos com deslocamento de servidores.

A segunda situação é daqueles Projetos de Assentamento em que já houve o início da aplicação dos créditos e que a presença do servidor do INCRA é imprescindível para a sua continuidade, havendo necessidade de deslocamentos que devem, no entanto, ser avaliados pelas Chefias imediatas em conjunto com a Chefia da Divisão.

Ainda atendendo ao que prevê a legislação vigente, as atividades iniciais de liberação dos recursos junto às famílias, somente acontecerá após o efetivo depósito dos recursos na contra corrente, tendo o seu acompanhamento, fiscalização e monitoramento desenvolvidos por técnicos designados através de Ordem de Serviço específica para cada projeto de assentamento.

Dos recursos orçamentários programados para execução no exercício de 2011, sendo o valor de R\$ 14.088.400,00 (Quatorze milhões, oitenta e oito mil e quatrocentos reais), foram empenhados na sua totalidade, mas devido a falta de recursos financeiros, foi liquidado e transferido para agências do Banco do Brasil apenas o valor de R\$ 3.835.400,00 (Três milhões oitocentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais), permanecendo inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 10.748.648,00 (Dez milhões, setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais).

Dos recursos que se encontravam inscritos em restos a pagar dos exercícios anteriores, os quais somavam um total de R\$ 11.658.000,00 (Onze milhões seiscentos e cinquenta e oito mil reais), foi liquidado o valor de R\$ 9.900.000,00 (Nove milhões e novecentos mil reais), permanecendo em restos a pagar o valor de R\$ 1.758.000,00 (Hum milhão setecentos e cinquenta e oito mil reais).

No exercício de 2011 foram aplicados os seguintes créditos:

MODALIDADE	FAMÍLIAS	PROJETOS
Apoio Inicial	655	09
Fomento	235	01
Aquisição Material de Construção	495	15
Recuperação Material de Construção	145	05
TOTAL	1.530	30

Parte dos recursos disponibilizados encontra-se depositado em conta corrente, bloqueado e em aplicação de poupança, pois foram priorizadas a aplicação de recursos de contas em que já havia movimentação e que se referem a exercícios anteriores, visando à aplicação dos rendimentos financeiros, para conclusão das prestações de contas e finalização dos processos. Parte do recurso, como relatado acima, ficou também inscrito em restos a pagar, eis que não houve, em tempo hábil, a liberação dos valores financeiros para proceder aos respectivos depósitos.

Devemos admitir também que o acréscimo dos valores dos créditos, nas diversas modalidades, gerou um passivo de atividades como, a emissão de novos contratos, novas planilhas de preços, orçamentos, enfim, a duplidade de ações para beneficiar as famílias.

Assim sendo e, diante da pequena disponibilidade de servidores para desenvolver tal atividade, temos executado dentro das nossas possibilidades, o que muitas vezes causa pequena demora na conclusão dos processos.

Ainda não temos um efetivo resultado no que se refere a Caixa Econômica Federal que não tem efetuado o recolhimento dos saldos e/ou resíduos dos recursos ainda constantes em conta, referente ao Convênio firmado com o INCRA em Brasília entre 2000/2001, o que tem dificultado o processo de encerramento das prestações de contas, bem como impedindo o acesso dos agricultores assentados ao crédito recuperação das moradias. Os processos que se encontravam nesta situação foram enviados à Diretoria de Desenvolvimento para orientação, vez que no âmbito no Estado não foi possível a solução junto à CEF.

Persistem algumas dificuldades de operacionalização em relação ao funcionamento do Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, como no caso de permuta entre beneficiários, pois quando isso acontece, os beneficiários remanejados levam para o Projeto de Assentamento que estão sendo transferidos os créditos percebidos no Projeto de Assentamento de origem. Os valores dos contratos de crédito são limitados, não possibilitando atendimento às situações específicas. No momento do lançamento dos créditos recebidos pelos assentados, algumas modalidades não constam no sistema (ex.: Beneficiário: Manutenção de Créditos: descrição do crédito), ou seja, na hora de selecionar a modalidade, não aparece o item Recuperação Material de Construção. Após várias tentativas para solução desta questão, a situação ainda não está definida pela Coordenação Geral de Implantação.

Apontamos novamente o que já foi alvo de declaração no exercício anterior que, as dificuldades com a escassez de recursos humanos para acompanhamento, fiscalização e monitoramento da efetiva aplicação do crédito instalação. Ainda que exista um Convênio para Assistência Técnica para acompanhamento dos projetos de assentamento, a equipe do órgão conveniado muitas vezes não se dispõe em auxiliar em atividades que não estejam contempladas no convênio. Além de que as atividades específicas da Autarquia não devem ser terceirizadas, o que prejudica, sobremaneira, um acompanhamento mais eficaz e eficiente do processo desde o início.

Como já foi mencionado no relatório de gestão do exercício anterior, temos em andamento com a aplicação do crédito instalação, nas modalidades apoio e aquisição de material de construção de dois grandes Projetos de Assentamento, Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu e 8 de Abril, em Jardim Alegre. Apesar da intensificação dos trabalhos nessas áreas, a dificuldade em contratar mão de obra para a edificação das moradias é um problema grave, pois os municípios são pequenos e essa atividade está cada vez mais escassa, além de outros projetos grandes que foram beneficiados

no exercício de 2011 e já estão em fase de construção das moradias e necessitam de acompanhamento.

No Projeto de Assentamento Celso Furtado, houve o depósito para três famílias oriundas do PA 8 de Junho em Laranjeiras do Sul (que cederam os lotes para implantação da Universidade Federal Fronteira Sul), tendo cada um recebido acessado o Apoio Inicial, Fomento e Aquisição de Materiais de Construção no valor total de R\$ 64.200,00.

Importante destacar que nesse assentamento, conforme já relatado em Relatório de Gestão anterior, existem três formas distintas de aplicação do crédito na modalidade aquisição/material de construção: a) 670 famílias acessaram através de termo de cooperação e parceria assinado entre a Caixa Econômica Federal – CEF e CREHNR, 46 famílias através de termo de cooperação e parceria assinado entre a Caixa Econômica Federal – CEF e CRESOL, ficando desta forma, um total de 257 famílias para atendimento direto pelo INCRA.

Das 257 famílias, perfazendo um crédito de R\$ 3.855.000, foram aplicados até o final do exercício 2011 R\$ 3.137.082,00, restando saldo de R\$ 747.918,02.

No PA 8 de Abril, dois técnicos do INCRA continuam atuando desde meados de 2010, com aplicação intensiva dos créditos. Até dezembro de 2011, 427 famílias tiveram as moradias concluídas e as demais já iniciadas ou em fase de conclusão. As notas fiscais efetivamente pagas até o final exercício atingiram um limite aproximado de R\$ 6.407.916,74. A previsão é de conclusão em 2012.



Ilustração 3: PA 8 de Abril

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0137.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
590.000	857.366,65	823.933,02	96,10	767.930,21	89,57	767.930,21	89,57

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
26.225,21	6.733,16	16.477,97	3.014,08

Fonte: SIAFI.

Do montante recebido pela UJ, o valor correspondente a R\$ 94.084,24 foi empenhado para as ações de Tecnologia da Informação. Sendo que o restante foi utilizado pelos profissionais vinculados às atividades diversas no âmbito dos projetos de assentamento do Estado. Desde o processo de assinatura dos Contratos de Concessão de Uso, supervisão, levantamento da situação dominial e supostas irregularidades nos projetos de assentamento, fiscalização e acompanhamento da liberação do crédito instalação são as atividades iniciais que demandam recursos para os deslocamentos, destacando as diárias, combustível, passagens e serviços de manutenção das viaturas.

Também as ações de vistoria e acompanhamento de propostas de parcerias e convênios para implantação de obras de infraestrutura demandam de recursos do GAP, despesas com viagens da Chefia da Divisão e do Superintendente Regional para participação em reuniões com as coordenações e famílias de diversos projetos de assentamento do Estado, também oneram esta ação.

OUTRAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

1 - Projeto de Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu: relacionado à adequação ambiental e de produtividade, manejo e comercialização da madeira dos reflorestamentos de araucária, pinus e eucaliptos.

Descrição das atividades realizadas:

- a) Organização de informações e dados, elaboração, revisão e entrega dos Aditivos ao Contrato de Concessão de Uso para os lotes com reflorestamentos, que apresentam informações sobre a quantidade e espécie de madeira em cada lote e as regras para o manejo e a comercialização;
- b) Análise dos processos, elaboração e entrega de Termos de Anuência para o licenciamento de serrarias;
- c) Participação em reuniões com os técnicos da ATES e a Central de Associações, entidade formada para organizar os processos que envolvem especialmente os reflorestamentos no assentamento;
- d) Busca de soluções para o corte e comercialização da madeira nos lotes do “Corredor” (retirada de 100 estéreo de lenha por lote, comercialização da madeira proveniente de cortes realizados pela COPEL);
- e) Checagem de dados do levantamento florestal realizado, avaliação dos cortes já realizados nos lotes e liberação das cotas de madeira de araucária para corte e comercialização.
- f) Vistorias motivadas por denúncias de irregularidades, com notificação aos assentados quando confirmadas as irregularidades;
- g) Medição de áreas remanescentes de reflorestamentos comerciais em lotes do “Corredor”.

2 - PRONAF

Com relação às Declarações de Aptidão ao PRONAF – DAP que possibilitam o acesso dos assentados ao PRONAF, foram solicitadas pelas emitidas no exercício de 2011, 1.625 declarações, para 55 assentamentos e atendimento a 612 famílias.

De acordo com o Manual de Crédito Rural - 10-17 deve haver no mínimo três contratações e, para cada uma delas, deve ser gerada uma nova DAP.

Concomitantemente, foram emitidas 1.415 DAP A, 105 DAP do Grupo A/C e 23 que possibilita o acesso das famílias ao Programa de aquisição de Alimentos PAA, totalizando 1543 DAP emitida. Até dezembro de 2011 era feito o levantamento junto aos técnicos da assistência técnica do número de DAP contratadas, porém devido às diversos entraves e imperfeições decidimos pela não realização desta forma de levantamento.

Durante este ano observamos que diversas DAP não foram emitidas devido a informações precárias no SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Estas situações têm sido levadas aos supervisores, para atualização e inserção de dados no Sistema.

A demora na liberação do PRONAF A fez com que muitos assentados desistissem da contratação, optando pelo PRONAF Mais Alimentos ou outras linhas de financiamento.

A liberação do crédito parcelada em três operações, com a necessidade de laudo comprovando a correta utilização dos recursos da parcela anterior, tem inibido os desvios e eliminaram especuladores, vez que a responsabilização pelo acompanhamento, obrigatoriamente recai sobre o técnico que elaborou o projeto e deve supervisionar sua efetiva aplicação. Cabe ressaltar que, as normas de sigilo bancário apesar de haver repasse de dados, esses dados concretos, de contratação dos créditos não chegam ao INCRA, através da fonte direta que é o agente financeiro, portanto os dados aqui apresentados são somente subjetivos. Podendo contar com as falhas de contabilização da ATES-ATER, omissão de informação por parte de alguns dos atores envolvidos.

Atualmente a contração é feita em três operações e três liberações, isso tem dificultado a contração. Para melhorar o processo de contratação sugerimos que seja feira uma única operação com três liberações, sendo assim seria necessário somente uma DAP e um projeto com cronograma de liberação em três parcelas. Para a liberação das duas ultimas parcelas mediante laudo técnico de execução da operação anterior.

Outra questão que tem causado grande preocupação refere-se às renegociações do PROCERA, pois muitos beneficiários assinaram a liquidação da dívida, mas a dívida ainda não foi liquidada e o agente financeiro – Banco do Brasil, não têm disponibilizado informações a contento.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e=d*100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	27.034	27.591	0	27.591	102,13	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Imóvel particular ou público que sofreu uma ação de atualização das informações cadastrais via Declaração de Propriedade – DP junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
243.306	86.624,00	74.064,96	85,50	45.723,17	52,78	45.723,17	52,78

Fonte: Siafi

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
13.216,79	7.446,53	5.770,26	0,00

Fonte: SIAFI.

As atividades desenvolvidas nesta ação podem ser divididas da seguinte maneira:

1 Cadastro de Imóveis Rurais

O cadastro dos imóveis rurais deve ser realizado por todos os proprietários, os titulares de domínio útil ou os possuidores a qualquer título, sendo necessário atualizar a declaração de cadastro sempre que houver alteração nos imóveis rurais, em relação à área ou à titularidade, bem como nos casos de preservação, conservação e proteção de recursos naturais. O Incra fornece o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, na forma prevista na Lei N° 5.858/72, o qual não faz prova de propriedade ou de direitos a ela relativos.

O Paraná tem 19.071.013,8402 hectares cadastrados, correspondentes a 524.711 imóveis, sendo o INCRA o órgão responsável por manter atualizado o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

As atividades para o cadastro de imóveis rurais incluem:

1. Recepção dos formulários de Cadastro Rural, através da Sala da Cidadania, na Superintendência Regional em Curitiba, nas ações de Regularização Fundiária em Cascavel e nas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC;
2. Treinamento teórico (preenchimento dos formulários de Cadastro Rural) e prático (operação do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR) dos Encarregados das UMCs;
3. Distribuição dos formulários de Cadastro Rural aos UMCs;
4. Orientação e supervisão dos Encarregados das UMC;
5. Análise e Processamento dos Formulários de Atualização Cadastral no SNCR dos cadastros recepcionados pela Sala da Cidadania e dos imóveis acima de 4 Módulos Fiscais;
6. Microfilmagem dos Formulários de Atualização Cadastral e respectivo expurgo.

2 Processos Administrativos protocolados visando atendimento a:

1. Fiscalização Cadastral
2. Obtenção de Terras
3. Cancelamento cadastral
4. Desmembramento de imóvel cadastrado
5. Certificação de Imóveis Rurais
6. Loteamentos Rurais
7. Aquisição de terras por estrangeiros
8. Terras Públicas (PA, áreas arrecadadas, etc), perfazendo 3.220 ao todo.

3 Informações Cadastrais

1. Consultas Judiciais
2. Certidões de Contagem de Tempo para fins de Aposentadoria Rural

Apesar da meta física da ação contabilizada ser a quantidade de imóveis rurais gerenciados no SNCR, outras atividades também são desenvolvidas no Serviço, conforme a tabela a seguir:

Tabela 12: Atividades Desenvolvidas no Serviço de Cadastro Rural em 2011.

Atividade	Descrição	Total
Gerenciamento de Imóveis Rurais	Realizada através da atualização de formulários de dados cadastrais do imóvel, seu uso e seu proprietário/posseiro no SNCR.	27.591
Emissão de CCIR	Via web, Sala da Cidadania e Rede de UMCs	297.048
Resposta a ofícios da Justiça	Resposta a solicitações de informações cadastrais emanadas pelo poder judiciário.	1.184
Processos (verificação)	a) Desmembramento para finalidades não agrícolas – desmembramento de imóveis rurais para finalidades outras, tais como hotéis, escolas, postos de gasolina, etc.. b) Autorização de loteamentos rurais – autorização necessária para a transformação de um imóvel único em vários imóveis independentes mantida a sua finalidade agrícola. c) Autorização para aquisição de terras por estrangeiros – autorização necessária para a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, respeitadas as limitações legais;	2.036
Processos cadastrais	Processos administrativos de consultas a informações cadastrais ao SNCR pelo cidadão	234
Certidões de Aposentadoria	O INCRA emite estas certidões baseado no período em que o imóvel este cadastrado, para cálculo de tempo de serviço para fins de aposentadoria do cidadão junto ao INSS, além da validação das informações de tempo de serviço por solicitação expressa do INSS	5.690

O gerenciamento do cadastro rural do imóvel particular ou público que sofreu uma ação de atualização das informações cadastrais via Declaração de Propriedade de Imóvel Rural – DP junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, se constitui na fonte de dados consolidados que subsidia as pesquisas e a expedição de Certidões de Aposentadoria, que no ano de 2011 totalizaram 5.690 Certidões.

O desenvolvimento da ação no exercício 2011 foi segmentado de acordo com sua própria natureza, dividindo suas atividades entre o Gerenciamento do Cadastro Rural, compreendendo capacitação e supervisão de Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs, de acordo com Termos de Cooperação Técnica firmados entre o INCRA e as Prefeituras; assim como a análise e inclusão no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de formulários de atualização cadastral em áreas cujas dimensões excedam o limite de 04 Módulos Fiscais (imóveis que obrigatoriamente necessitam de formulário de uso do imóvel) imposto aos UMCs; Assim, ao segmento de fiscalização de cadastro rural, inferem-se as atividades de fiscalização in-loco de solicitações para desmembramentos de áreas para finalidades não agrícolas, assim como outras atividades fiscais em áreas com características e peculiaridades previstas em Lei, tais como desmembramentos de áreas abaixo da Fração Mínima de Parcelamento – FMP, cancelamento de imóveis que perderam a vocação agrícola, certificações de imóveis rurais segundo a Lei 10.267/2001, aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, autorizações para loteamentos em imóveis rurais.

Em relação às atividades envolvendo treinamento e supervisão dos encarregados pelas UMCs, cumpre ressaltar que o cargo é de única e exclusiva confiança do Prefeito Municipal; portanto, sujeito à mudanças dos nomeados em todo o decorrer do exercício.

A Superintendência Regional do INCRA no Paraná encerra o exercício de 2011 com 369 (trezentos e sessenta e nove) municípios, de um total de 399, com termos de cooperação técnica celebrado, perfazendo, portanto, 92,24% dos municípios paranaenses. Tal percentual exige uma demanda constante de treinamento, capacitação/reciclagem e supervisão in-loco, sendo que o

exercício de 2011 contemplou todos os municípios cooperados com tais atividades, alcançando, assim 100% de cumprimento dos objetivos. Enfatize-se que tal fato não encerra as atividades ou as reduz para o exercício seguinte, face aos motivos acima explicitados, assim como a necessidade constante de diálogo com os prefeitos municipais para manutenção de tais termos de cooperação.

Desta forma, embora trabalhando com a totalidade do atendimento das metas, a ação encontra como seu principal obstáculo, motivo pela necessidade frequente de deslocamento dos servidores, a extensão territorial do Estado e a constante necessidade de supervisão nos municípios, não apenas para fiscalização de atividades, mas também para a localização de espaços passíveis de utilização para treinamentos. Ainda, almejando não comprometer as atividades burocráticas do Serviço, o deslocamento de servidores dá-se em esquema de revezamento entre os poucos servidores da SR(09)F-1.

Análise Crítica do cumprimento de metas físicas

A meta referente à Ação 2105 foi devidamente cumprida em 102,13 %, mesmo com as dificuldades elencadas ao longo da descrição. Há de ressaltar que não fizeram parte das metas as atividades administrativas, as quais os servidores, por falta de estrutura e de capacidade operacional, tiveram que acumular. Também atividades importantes no cômputo geral de horas de trabalho, que não aparecem em nenhuma estatística no órgão, tais como aposentadorias, atendimento ao público pessoalmente, via telefônica e via e-mails, atendimento à toda rede de UMC's, processos de cancelamento e desmembramentos, celebração de Termos de Cooperação Técnica, relatórios de gestão mensal, atendimento às solicitações do Gabinete, etc...

Os impactos consequentes do cumprimento das metas indicadas têm efeito imediato no público alvo do INCRA, considerando seu acesso às certidões de aposentadorias e consequentes benefícios. Também a expedição do Certificado de cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, que traz consigo todos os benefícios e exigências de Lei. Especificamente do SNCR são extraídos dados estatísticos que satisfazem também a Secretaria Estadual da Fazenda, no tocante à distribuição de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, baseado no número de imóveis rurais dos municípios. Também do SNCR são extraídas Estatísticas Cadastrais, as quais servem de suporte para o planejamento da direção estratégica de ações da Reforma Agrária.

A rede bancária tem exigido o fornecimento do número de módulos rurais para prosseguir com financiamentos, dependendo do número calculado. O mesmo número de módulos serve para o lançamento da Contribuição Sindical prevista no Art. 8º da CF/88.

Como ponto positivo, como os próprios números espelham acima, citamos a liberação da emissão do CCIR via WEB, que veio a facilitar o acesso dos posseiros/proprietários, sem o trâmite burocrático das UMC's e Sede.

Como pontos negativos, temos que registrar que o descaso ocorrido com o Serviço de Cadastro Rural nos últimos tempos que levou à sua completa desestruturação, tanto no aspecto humano, quanto na manutenção de um sistema arcaico e inoperante como o SNCR; ainda, com a desaceleração da fiscalização cadastral que proporcionou várias inconsistências e distorções nas Estatísticas Cadastrais. Basta lembrar que hoje o denominado Serviço de Cadastro Rural, em tempo idos e em seu pleno funcionamento, tratava-se de uma Divisão, a Divisão de Cadastro Rural, que por sua vez já esteve vinculada à Diretoria de Cadastro Rural, contava com uma média de 40 (quarenta) servidores; e hoje, no caso do Paraná, além de ter suas atividades acrescidas tanto em quantidade quanto em qualidade, visto que, por exemplo, à época, não eram fornecidas certidões de aposentadorias, o quadro de pessoal se resume à 10 servidores apenas.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.44 26	A	3	Área georreferenciada (ha)	37.000	0	2.904	2.904	7,85	1200

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Imóvel rural, público ou privado, medido e demarcado, cujo levantamento e confecção das peças técnicas foram executados conforme a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Considera-se meta física realizada após o recebimento e aprovação das peças técnicas (contratos) ou recebimento e aprovação do Relatório Técnico (no caso de Convênios e Termo de Cooperação). No caso de execução direta, considera-se executado após a apresentação do relatório técnico de conclusão dos serviços.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada		Valor Pago			
			R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
300.000	376.990,00	357.526,70	94,84	281.651,00	74,71	74,71	281.651,00	74,71

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Os principais resultados obtidos pela SR(09)F2 são apresentadas a seguir, com descrição de outras atividades além do georreferenciamento de imóveis rurais, produto contabilizado na meta física realizada.

Análise de processos de georreferenciamento (certificação de imóveis rurais):

No exercício de 2011 foram instaurados **1.132** procedimentos de certificação e foram concluídos (certificados, encerrados após análise e notificados) **377** processos. Como já ocorrido em 2010, tivemos um aumento significativo de processos protocolados, que gerou um aumento maior ainda no passivo da SR(09). Tal fato ocorreu devido à legislação, que antes previa a obrigatoriedade da certificação para todos imóveis rurais a partir de 21 de novembro de 2011; porém, os prazos foram prorrogados através do Decreto 7.620/11.

As análises dos processos se tornaram mais ágeis; entretanto, não foi possível acompanhar a demanda de processos, já que contamos com apenas 2 servidores trabalhando nesta função. Além da

análise dos processos por estes servidores, hoje temos, aproximadamente, **2.000** processos que demandam gerenciamento como: organização, controle de documentações, atendimento presencial e telefônico aos profissionais e aos proprietários, despachos, notificações, ofícios, entre outras demandas por vezes necessárias.

Dos **377** processos concluídos em 2011, **238** foram analisados somente nos meses em que foi instaurado o grupo de trabalho composto por 3 ou 4 servidores, que se reuniam na Unidade Avançada Iguaçu – UA2 localizada em Francisco Beltrão, em regime de isolamento, o que possibilitou uma produtividade sensivelmente maior na execução deste trabalho.

Havíamos programado reunir uma semana por mês em 2011 o citado grupo de trabalho, para dar continuidade à análise dos processos; porém só foram realizadas 2 semanas no ano, uma em **maio** e outra em **agosto**. Como a meta estava estabelecida contando com as semanas de grupo de trabalho, ela apenas foi alcançada ou aproximada nos meses em que realizamos tal procedimento.

Georreferenciamento de Imóveis Rurais – execução direta

Dos trabalhos de execução direta, o Serviço de Cartografia realizou o georreferenciamento direto da **Fazenda Laguiche**, com área de **2.904 ha**, localizada em Cândido de Abreu, com a conclusão dos serviços a campo e da elaboração de peças técnicas em 2011, e a entrega do relatório técnico em 2012. Foi iniciado a execução direta do georreferenciamento do **Projeto de Assentamento Rio Perdido**, localizado no município de Quedas do Iguaçu, sendo que 90% do georreferenciamento do perímetro foi realizado do total do imóvel com área de **1.200 ha**, que não foi finalizado por questões de ordem técnica. Portanto, falta finalizar os trabalhos em campo e, posteriormente, os trabalhos de escritório (elaboração das peças técnicas).

Este trabalho foi realizado por solicitação da Secretaria do Patrimônio da União – **SPU** conforme ofício nº 1899/2010/SERAF/SPU/PR de 01 de setembro de 2010, referente ao processo nº 05056.000408/2002-20 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Georreferenciamento de Imóveis Rurais – execução indireta

No mês de dezembro/2011 foi desenvolvido pelo Serviço de Cartografia - SR(09)F2 o Projeto Básico e realizado o Pregão Eletrônico para contratação de serviços de georreferenciamento de Projetos de Assentamentos mais antigos, de acordo com a Lei nº 10.267/2001. Foi então contratado o georreferenciamento do Projeto de Assentamento Nhundiaquara – Município de Morretes/PR.

Fiscalização de Georreferenciamento de Imóveis Rurais visando à certificação

Foram realizadas no exercício de 2011, algumas vistorias em campo visando à certificação de imóveis. Estas verificações foram realizadas porque eram trabalhos que estavam sendo realizados em áreas de interesse do INCRA. Primeiramente foi realizada a verificação “in loco” de 3 imóveis que são confrontantes com Projetos de Assentamento e apresentavam problemas de divisas. Os imóveis localizados nos municípios de General Carneiro/PR, Tibagi/PR e Ibaiti/PR, apresentavam sobreposição com Assentamentos, impasses que só foram possíveis de se resolver em campo.

Fizemos outra vistoria onde ocorreu problemas de sobreposição com imóvel já certificado. Portanto, foi necessária uma visita a campo para verificar qual dos perímetros estava correto.

Também vistoriamos no município de Candói/PR um trabalho realizado em convênio firmado entre o município com o Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG/PR, onde foi realizado o georreferenciamento de 120 pequenas propriedades, para fins de registro de usufruição conjunto destas propriedades. Devido à perda dos dados de campo por parte do ITCG, foi

necessária nossa visita a campo para conferir, por amostragem, o levantamento e assim podermos emitir a certificação.

Convênio INCRA / ITCG

O convênio firmado entre o Incra e o ITCG teve continuidade em 2011. Como na elaboração do Cadastro Gráfico do estado do Paraná é parte do objeto do citado convênio, foi contratada pelo ITCG a execução da digitalização de acervo gráfico (ação executada com recursos da Ação 4426). Ao final de 2011, foi entregue pelo ITCG o material digital preliminar do acervo, sobre o qual foram solicitadas algumas alterações, motivando assim um atraso na conclusão das tarefas subsequentes, constituindo-se em uma das justificativas para a prorrogação do convênio, que se estenderá até o final de 2012.

2 – AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS NA EXECUÇÃO

Grupo de Trabalho SR(09) para análise de processos

Como havia sido programado para 2011 a realização de outros encontros do grupo de trabalho, que deveria contar com 4 (quatro) servidores para executar a análise massiva de processos de certificação, e isso acabou não ocorrendo, não foi possível um avanço maior na execução da tarefa. Devido ao passivo de processos existente na SR(09), o aumento significativo de novos procedimentos sendo protocolados e, com apenas 2 (dois) servidores trabalhando na análise, ficou difícil fazer a “fila andar” em maior velocidade. Já no final de 2010, com a visita do Coordenador Geral da Cartografia e do Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária na Regional, a criação deste grupo foi apontada como a solução mais urgente a ser adotada para fazer frente ao passivo de processos.

A programação era de se realizar uma semana de trabalho conjunto por mês, a partir de abril de 2011. Porém, foram realizadas apenas duas semanas durante todo o exercício. A primeira semana foi efetuada em Francisco Beltrão, em maio, onde os processos analisados em uma semana com 4 servidores e deram resultados expressivos em maio e junho, ficando bem acima da meta. A segunda semana foi também em Francisco Beltrão, no mês de agosto onde, mesmo com 3 servidores trabalhando, tivemos um bom resultado para os meses de agosto e setembro.

Analisando os dados mensais da monitoria, percebemos que o trabalho que foi realizado pelo grupo nos meses de maio e agosto de 2011, apresentou resultados expressivos em maio, junho, agosto e setembro, fruto destas análises, com mais servidores e com isolamento. Os resultados acabaram aparecendo também nos meses seguintes devido aos trâmites de notificação e certificação se estenderem por mais tempo, após a análise do processo. As outras semanas programadas durante o ano não foram executadas por decisão da Superintendência, ocasionando uma sobra de orçamento na ação 4.426.

A ação que apresentou problemas na execução foi a de análise de processos de certificação, a qual tinha uma meta de 50 processos analisados/reanalisados por mês e foi executada a média de 42 processos de abril até dezembro de 2011.

Podemos citar ainda como não concluído o georreferenciamento do Projeto de Assentamento Rio Perdido, ocasião em que também se verificou que alguns parceiros já haviam sido titulados pelo INCRA e já levaram o título a registro; porém, esta informação só foi identificada no andamento dos trabalhos.

3 – AÇÕES QUE APRESENTARAM BONS RESULTADOS

As ações que apresentaram bons resultados foram as fiscalizações de georreferenciamento, a contratação de empresas para o georreferenciamento de Projetos de Assentamento, a fiscalização do convênio com ITCG e, ainda, o Grupo de Trabalho de certificação criado pela SR(09).

Conforme previsto, os trabalhos de campo e de produção de relatórios técnicos de fiscalização, visando a certificação de imóveis rurais, foram resolvidos satisfatoriamente.

A contratação de empresa para levantamento georreferenciado em Projetos de Assentamento foi concluída e os trabalhos se desenvolverão durante o exercício de 2012.

Mesmo não tendo meta definida para o grupo de trabalho em 2011, criado para a análise de processos de certificação de imóveis rurais da SR(09), gerou bons resultados. A metodologia de trabalho adotada e a participação dos servidores já demonstraram que dão resultados satisfatórios e deveria ser uma ação continuada por parte do Comitê Regional de Certificação. Mesmo com o Termo de Cooperação Técnica assinado em novembro de 2011, entre INCRA (Sede) e o Exército Brasileiro, para a realização da análise de processos de todas as Superintendências Regionais, incluindo a SR(09) que enviou 700 processos a Brasília, entendemos como necessária a continuidade do grupo de trabalho. Hoje, excluindo os processos enviados para a Sede, ainda temos cerca de 1200 processos para análise protocolados até janeiro de 2012. Portanto, o grupo de trabalho poderá auxiliar este Comitê a atender de forma mais célere os proprietários de imóveis. Vale ressaltar que o quantitativo de 700 processos enviados à Sede foi estabelecido pela própria Coordenação-Geral de Cartografia.

Vale ressaltar que, mesmo com todas estas medidas, o INCRA de um modo geral, e a Cartografia especificamente, ainda carece de servidores para trabalhar nesta área, pois a mão-de-obra disponível ainda é muito aquém da demanda imposta pelas obrigatoriedades previstas em lei.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/b	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.127.0138.21 10	A	3	Imóvel Regularizado (unidade)	1.500	0	69	69	4,6	1.726

Fonte: PPA 2008-2011, SIR-Módulo Monitoramento

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Imóvel/Posse, oriundo de terras públicas, que teve a propriedade regularizada com a expedição de título definitivo, incluindo a ratificação de títulos já emitidos.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
1.540.000	919.838,20	908.787,34	98,80	895.980,34	97,41	895.980,34	97,41

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O Serviço de Regularização Fundiária da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR(09)F-3 tem sob responsabilidade a regularização das terras situadas na Faixa de Fronteira Internacional, situada no Estado do Paraná, com largura de 150 km (cento e cinquenta quilômetros), que abrange total ou parcialmente 139 municípios, com uma área aproximada de 6.500.000 ha.

A regularização fundiária constitui-se na alienação onerosa das terras a possuidores que comprovem o cumprimento de requisitos fixados na legislação, o reconhecimento de títulos concedidos pelo Estado do Paraná, a destinação de terras vagas ou ocupadas irregularmente para constituição de projetos de assentamento de trabalhadores rurais sem terra e a transferência ao Serviço de Patrimônio da União - SPU para destinação das terras a serem empregadas em outros usos que não a exploração agrícola.

De modo simplificado pode-se categorizar a regularização fundiária em cinco situações específicas cujo enfrentamento exige medidas próprias, a destacar:

1. remanescentes de terras incorporadas ao patrimônio do IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e, portanto transferidas ao INCRA quando da sua criação;
2. remanescentes de terras desapropriadas com a finalidade de regularização fundiária;
3. discriminação e arrecadação de terras devolutas e, em sequência e legitimação das posses nelas existentes;
4. ratificação das concessões e alienações efetuadas pelo Estado, “a non domino”;
5. regularização das terras incorporadas ao patrimônio público em decorrência da AC-9621 (Questão Braviaco).

Por outro lado, uma vez que os serviços de regularização fundiária da faixa da fronteira paranaense vêm sendo realizados desde o ano de 1967, com a instalação desta unidade na cidade de Cascavel, o Serviço de Regularização Fundiária aqui sediado desde o ano de 2008, prossegue com a administração dos procedimentos decorrentes das titulações efetuadas ao longo desses anos tais como o recebimento dos valores cobrados pelos títulos concedidos, liberação das cláusulas resolutivas cumpridas pelos titulados, a concessão de cartas de anuência a ocupantes ainda não regularizados etc.

Além das atividades sob responsabilidade do SR(09)F3, a ação abrange também a regularização fundiária de imóveis desapropriados fora da faixa de fronteira para esta finalidade precípua além da regularização fundiária de terras devolutas estaduais, executadas pelo Governo do Estado do Paraná sob convênio com esta Autarquia. Ambas as ações são realizadas ou supervisionadas pela equipe diretamente subordinada à chefia da Divisão de Ordenamento.

Para execução das atividades de regularização fundiária foi empregada a equipe da SR(09)F3 com 22 (vinte e dois) servidores e firmados convênios com as universidades UNIOESTE/UNIVEL (Convênio 227.000/08) e com o ITCG-Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná (Convênio 13.800/08).

1. Atividades de regularização fundiária na faixa de fronteira:

1.1 Análise Fundiária

1.1.1 Processos da ratificação:

a) tarefa 1: 761 processos

- procedimentos: análise da documentação, consultas cartoriais, informações jurídicas, elaboração e análise de cadeias dominiais
- imóveis: Núcleo Rio da Areia
- municípios: Iporã, Francisco Alves e Cafezal do Sul
- executante: equipe do convênio INCRA/UNIOESTE/UNIVEL

b) tarefa 2: 36.155 processos

- procedimentos: organização e cadastramento em banco de dados próprio.
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe do convênio INCRA/UNIOESTE/UNIVEL

c) tarefa 3: 187 processos

- procedimentos: análise e complementação de documentação, análise de situação dominial
- imóveis: Colônia “C” Serra do Maracaju
- municípios: Terra Roxa e Guaíra
- executante: equipe do convênio INCRA/ITCG

1.2 Apoio Cadastral:

1.2.1 – Processos de Ratificação:

a) tarefa 1: 834 processos

- procedimentos: pesquisa cadastral, apoio ao preenchimento de declarações cadastrais, preenchimento ex-officio, digitação e inserção no SNCR
- imóveis: Núcleo Rio da Areia
- município: Iporã, Francisco Alves e Cafetal do Sul
- executante: equipe da SR(09)F-3

b) tarefa 2: 81 processos

- procedimentos: pesquisa cadastral, apoio ao preenchimento de declarações cadastrais
- imóveis: Colônia “C” Serra do Maracaju
- municípios: Terra Roxa e Guaíra
- executante: equipe convênio INCRA/ITCG
- observação: os procedimentos de supervisão cadastral, digitação e inserção no SNCR foram realizados por servidores da SR(09)F1

1.3 Apoio Cartográfico:

1.3.1 – Processos de Ratificação:

a) tarefa 1: 9 imóveis

- procedimentos: levantamento topográfico perimetral, mapeamento do uso da terra
- imóveis: de interesse do DNIT
- municípios: Cascavel
- executante: equipe da SR(09)F-3

b) tarefa 2: 23 imóveis

- procedimentos: levantamento topográfico perimetral, mapeamento do uso da terra
- imóveis: Núcleo Rio da Areia
- municípios: Iporã, Francisco Alves e Cafetal do Sul
- executante: equipe da SR(09)F-3

c) tarefa 3: 2.853 processos

- procedimentos: plotagem digital dos imóveis
- imóveis: Núcleo Rio da Areia, Colônia “C” Serra do Maracaju
- municípios: Iporã, Francisco Alves, Cafetal do Sul, Terra Roxa e Guaíra
- executante: equipe do convênio INCRA/UNIOESTE/UNIVEL

d) tarefa 4: 427 + 30 processos

- procedimentos: elaboração de mapas digitais dos imóveis
- imóveis: Núcleo Rio da Areia, Colônia “C” Serra do Maracaju
- municípios: Iporã, Francisco Alves, Cafetal do Sul, Terra Roxa e Guaíra
- executante: equipe do convênio INCRA/UNIOESTE/UNIVEL

e) tarefa 5: 15.404 lotes

- procedimentos: digitalização dos mapas das colônias e colonizadoras
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe do convênio INCRA/UNIOESTE/UNIVEL

1.4 Vistoria Rural

1.4.1 – processos de ratificação: 9 + 23

- procedimentos: vistoria para classificação fundiária
- imóveis: de interesse do DNIT e Núcleo Rio da Areia
- municípios: Cascavel, Iporã, Francisco Alves e Cafetal do Sul
- executante: equipe da SR(09)F-3

1.4.2 – processos de regularização fundiária

a) tarefa 1: 18 imóveis

- procedimentos: vistoria para levantamento de ocupação e uso, para concessão de carta de anuência a posseiros
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe da SR(09)F-3

b) tarefa 2: 4 imóveis

- procedimentos: vistoria e avaliação para cessão/doação
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe da SR(09)F-3

1.5 Titulação e destinação:

1.5.1 – processos de regularização fundiária: 175 + 18+ 6

- procedimentos: liberação de cláusulas resolutivas, concessão de cartas de anuência, cessões e doações
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe da SR(09)F-3

1.6 Apoio Administrativo:

1.6.1 – processos de regularização fundiária

a) tarefa 1: 27 processos

- procedimentos: recebimento de pagamento de títulos
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipes da SR(09)F-3

b) tarefa 2: 10.000 processos

- procedimentos: inclusão de processos antigos no SISPROT
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipes da SR(09)F-3 e da SR(09)A

2 Atividades de regularização fundiária fora da faixa de fronteira:

2.1 – processos de regularização fundiária (imóveis desapropriados)

- procedimentos: não foram realizados serviços
- imóveis: Serra da Igreja, São Jorge do Inho-ó, Fazenda Bebedouro
- municípios: Morretes, São Jerônimo da Serra, Santana do Itararé, respectivamente
- executante: equipes da SR(09)F

3 Atividades de regularização fundiária de terras estaduais:

3.1 – Processos de regularização fundiária:

3.1.1 – tarefa 1: 76 títulos

- procedimentos: vistoria, análise jurídica, demarcação, titulação
- imóveis: diversos
- municípios: diversos
- executante: equipe do convênio INCRA/ITCG

Análise Crítica das Dificuldades Encontradas na Execução da Ação de Regularização Fundiária

Os serviços de regularização fundiária na faixa de fronteira estão normatizados por meio das Instruções Normativas nº 45/2008 e nº 63/2010. A primeira atende aos procedimentos de discriminação e arrecadação de terras devolutas com a consequente legitimação de posses de até 100 hectares localizadas nas terras públicas da União. A segunda atende aos procedimentos de ratificação das concessões e alienações efetuadas pelos estados na faixa de fronteira.

Para os demais casos, imóveis desapropriados para regularização fundiária tanto dentro quanto fora da faixa de fronteira e imóveis inseridos nos perímetros abrangidos pela Ação Civil nº 9621-1 (questão BRAVIACO), não há orientação normativa que regule os procedimentos a seguir até completar-se o processo de regularização fundiária.

No que se refere a IN 45/2008, inúmeros problemas para sua aplicação foram detectados quando se vislumbra a situação atual do quadro fundiário da faixa de fronteira paranaense. Exigências quanto à pessoa física, morada permanente, a detenção de apenas um imóvel, o limite de 100 hectares, dentre outras, impostos pela legislação vigente, constituem fatores restritivos para uma legitimação de posse massiva, principalmente se comparados aos dispositivos previstos pela Lei federal nº 11952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal e flexibiliza muitas das regras estabelecidas pela Lei nº 6383/76, que rege os procedimentos no restante da faixa de fronteira.

No que tange à Instrução Normativa nº 63/2010, também puderam ser percebidos diversos entraves que, da mesma forma, retardaram o andamento das ações de ratificação das concessões e alienações de terras efetuadas pelo Estado do Paraná na faixa de fronteira. Relacionamos com dificuldades: a) a ancianidade dos processos administrativos, constituídos até o ano de 2003, que demanda um procedimento minucioso de re-instrução em face das alterações dominiais sofridas pelos imóveis; b) a quantidade elevada de proprietários com mais de um imóvel pequeno ou médio, que impacta significativamente a quantidade de vistorias para classificação fundiária; c) a exigência de se obter a classificação fundiária por meio da apuração da plenitude dos requisitos determinantes do cumprimento da função social, cujos critérios ainda não estão claramente adotados pela

Autarquia, dentre outros de menor incidência mas, ainda assim, de efetiva relevância como a questão que contrapõe a data da titulação à data de registro como a definidora da necessidade de ratificação, conforme a faixa em que o imóvel está situado, seja de 66 km, 100 km ou 150 km.

Por fim, cabe sempre reafirmar as precariedades do ponto de vista administrativo que tornam a busca pelo alcance das metas um processo penoso e desgastante. A começar pelas instalações do Serviço de regularização Fundiária, ainda em madeira, conforme foram erigidas em 1966, com constantes problemas nas redes elétrica, de águas e de esgoto, além de dificuldades de acessibilidade, cuja melhoria é frequentemente cobrada pelo Ministério Público Federal; com o pátio externo ocupado por grande quantidade de veículos inservíveis apreendidos pelos órgãos federais, os quais por estarem a céu aberto representam risco constante de constituírem-se em focos de doenças tais como a dengue. Deve-se apontar também a pequena quantidade da frota à disposição agravada pela baixa qualidade dos veículos, todos com cerca de 10 anos de uso. Por fim, registra-se o tamanho diminuto da equipe de servidores, a totalidade com mais de 30 anos de serviço e a maior parte com tempo para aposentadoria completo ou a completar ao longo do ano de 2012.

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8380	A	3	Área com processo impetrado (ha)	0	0	0	0	0	0

Fonte:PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: processo administrativo de retomada de terra da União ocupada de forma ilícita impetrado.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		0	0	0	0	0	0

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não ocorreu no período.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada destinada	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Relatório de diagnóstico concluído.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não ocorreu no período.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0138.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
262.505	281.757,37	274.811,40	97,53	269.980,67	98,24	269.981,67	98,24

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar ⁹ R\$
763.442,10	89,30	693.352,80	70.000,00

Fonte: SIAFI.

⁹Refere-se à aquisição de máquinas leitoras/copiadoras/scanner de microfilmes, que ainda não foram pagas, pois os equipamentos não foram entregues.

O montante de R\$250.996,00 desta ação foram destinados para os pagamentos dos contratos relativos à prestação de serviços e aquisição de materiais de Tecnologia da Informação e o restante para a gestão do programa 0138 na Regional.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	64	266	0	266	415,62	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: um mesmo servidor pode ter realizado mais de uma atividade de capacitação no decorrer do exercício, mesmo os eventos sem custos.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
27.584	85.049,18	84.278,31	99,09	84.278,31	99,09	84.278,31	99,09

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Em 2011, foram realizados 48 eventos de capacitação, contabilizando um total de 266 oportunidades de capacitação, com a participação de 103 servidores, totalizando 3.718 horas/aula, os quais podem ser classificadas da seguinte forma:

- capacitações oferecidas pelas Diretorias do INCRA/Sede: 08;
- capacitações de iniciativa desta Superintendência: 40;

Alguns eventos de iniciativa do Serviço de Desenvolvimento Humano e dos próprios servidores tiveram um número expressivo de participações dos servidores do INCRA/PR, como nos eventos a seguir:

- Módulos SIASG
- Semana de Planejamento da SR(09)
- ArcGIS Desktop I e ArcGIS Desktop II – versão 10
- ArcGIS Desktop III – Análise e Fluxo de Trabalho SIG
- Construindo GeoDatabase
- Extensões Desktop
- Introdução ao ArcGIS Server
- Oficina dos Indicadores Intermediário para Avaliação de Desempenho
- Curso de Ensino a Distância: Excelência em Licenciamentos Ambientais
- Curso Valorização de Produtos e Processos Agroalimentares
- Posição Existencial – Estilos de Liderança a partir da visão de si mesmo e do outro.
- Conflito, Crise e Mudança
- Oficina para Construção do Referencial Metodológico para Análise de Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de Assentamentos
- Liderança Estratégica
- Seminário Avaliação de Impacto de Capacitações na Administração Pública
- Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Terceirizados na Administração Pública
- Excelência em Licenciamentos Ambientais
- Formação em Concurso Público – Etapa Fiscal
- Oficina de Trabalho para Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária
- Treinamento e Habilitação de Operadores do Sistema de GERENCIAMENTO DE Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet
- Elaboração de Editais
- Gestão de Pessoas, Fundamentos e Tendências
- Fiscalização de Contratos Administrativos
- Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos
- Semana de Capacitação em Licitações Públicas
- Gestão de Contratos de Serviços Terceirizados na Administração Pública
- Sipec
- A formação de preços dos serviços contínuos e a Planilha da IN nº 02/08 com alterações da Portaria nº 07/11
- SICONV - Avançado, *Curso in Company*

Alguns dos cursos ofertados pelo INCRA/SEDE:

- Oficina Nacional sobre Fiscalização e Monitoramento de Contratos de Ater no Âmbito do INCRA
- Oficina de Planejamento da Superintendência Regional do Sul do Para –SR (27)
- Capacitação no Sistema de Processos Disciplinares CGU/PAD
- Como Depreciar e Reavaliar o Patrimônio Público
- Elaboração e Coordenação de Projetos de T&D, de acordo com as diretrizes da Norma ISO 10015
- Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum Gis

Além da participação dos servidores em Fóruns e Congressos:

- Eu Esri 2011- II Encontro de Usuários Esri Brasil (ofertado pela Sede)
- I Congresso Nacional de Peritos Federais Agrários do INCRA – Os PFAs e a Política Agrária para o Século XXI.
- II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
- Encontro Nacional de Comunicadores Sociais do INCRA
- I Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no Serviço Público Brasileiro – ICQVT – SPB (ofertado pela Sede)
- IX Encontro Nacional de Engenheiros Cartógrafos – ENECART.
- Mesa redonda “Atuação e valorização do profissional de Engenheiros Cartográficos” IX Encontro Nacional de Engenheiros Cartógrafos – ENECART.
- XXIII CONBRAT - Congresso Brasileiro de Análise Transacional

Em 2011 os recursos ficaram centralizados na Sede, sendo que a descentralização ocorreu sob demanda, para os cursos e eventos de Capacitação para despesas com diárias e deslocamento, inscrições em cursos, pagamento de instrutores, além das despesas para o pagamento de cursos de pós-graduação para dois servidores da SR(09).

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	-	7.845	7.845	-	6.836

Fonte: PPA 2008-2011, Ouvidoria Agrária Regional

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Total de famílias assistidas com cesta de alimentos (6.836 famílias) e com outras formas de atendimento (1.009 famílias).

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
-	92.304,07	92.304,07	100,00	90.604,07	98,16	90.604,07	98,16

Fonte: SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
1.500,00	573,20	926,80	0,00

Fonte: SIAFI.

Pela ação de Assistência Social, Técnica e Jurídica aos Acampados, no ano de 2011, foram distribuídas cestas de alimentos em média para 6.836 famílias de agricultores rurais sem terra acampadas, incluindo 128 famílias em 05 comunidades quilombolas, em mais de 80 municípios do Estado do Paraná, onde estão localizados os acampamentos trabalhadores rurais sem terra, através do Programa Fome Zero do Governo Federal, em uma ação da Ouvidoria Agrária Regional.

O total de cestas de alimentos distribuídas foi de 21.361 cestas com peso variando de 29 kg a 66 kg cada, totalizando 961.545 kg, foram distribuídas 05 cestas de alimentos em 03 etapas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 13: Famílias acampadas assistidas com cestas de alimentos

Mês	Quant. Cestas entregues	Peso por Cesta kg	Peso Total de Alimentos kg	Cestas Liberadas	Total Fam. Assistidas
Maio	1	37	278.129	7.517	6.836
Agosto	3	66	315.018	4773	
Setembro	3	66	177.276	2686	
Outubro	3	66	10.626	161	
Dezembro	1	29	180.496	6224	
TOTAL			961.545	21.361	6.836

Distribuição de Lonas

Outro tipo de atendimento às famílias acampadas é a distribuição de lonas plásticas.

Tabela 14: Famílias acampadas assistidas com lona plástica

Mês-início	Quantidade de lonas adquiridas	Nº Nota Fiscal	Lona Liberada	Total de famílias assistidas
18/01/2011	115	000000585	133*	1955
TOTAL	115		133	1955

Obs:

- Recursos da Ouvidoria Agrária Nacional e licitada pela Superintendência Regional do INCRA no Paraná, com de 8 a 10 m de lona plástica por famílias.
- A diferença da quantidade de lonas adquiridas com as lonas liberadas devido aquisições de lonas através das Notas Fiscais nºs 1373422, 1373516 de 30/07/2010, 1471039, 1471006 de 24/09/2010, os rolos de lonas foram liberados para reforma dos barracos que sofreram mudanças de temperatura, vendavais e chuvas.

Cadastramento de Famílias Acampadas e Outros tipos de atendimento

O cadastramento das famílias acampadas foi realizado por equipe da Superintendência Regional do INCRA e da Ouvidoria Agrária Regional no Paraná, com recursos recebidos da Ouvidoria Agrária Nacional.

Foram emitidas ainda 349 declarações aos candidatos ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, que foram cadastrados na Ouvidoria Agrária Regional. Aos Órgãos competentes foram emitidas declarações para aposentadoria, auxílio doença, para requerer RG e CPF, matrícula escolar, bolsa família, auxílio maternidade, criação de associação, 557 Declarações Provisória de Aptidão para o Programa de Aquisição de Alimentos – DAPPA, para compra direta da CONAB, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, 103 declarações para inscrições no CAD-PRO, para solicitar a emissão da nota do produtor, para vendas de produtos por ele cultivados, e em torno de 50 famílias foram atendidas na sala da Ouvidoria Agrária Regional referente informações da distribuição das cestas de alimentos e cadastramentos dos candidatos.

2.3.5.2 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

Dados gerais da ação

Tipo da Ação:

Finalidade:

Descrição:

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras:

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.2103.4304	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	1.000	0	1.000	-	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
0,00	2.808,21	2.808,21	100,00	2.808,21	100,00	2.808,21	100,00

Fonte: PO2011, SIAFI

A Ouvidoria Agrária Regional, na ação de Mediação de Conflitos, tem atendido tempestivamente as demandas da Superintendência Regional, sobretudo em áreas de conflito fundiário, atuando no suporte às famílias de trabalhadores rurais acampadas e na mediação de interesses com objetivo de resguardar os direitos dessas famílias. Também, realiza diligências relativas à ocupação nos Projetos de Assentamento, envolvendo o acompanhamento e a resolução de questões ambientais, de compra e venda de lotes e de perturbação social nesses locais. Existe, ainda, o acompanhamento dos trabalhos para regularização de territórios das comunidades quilombolas, para atendimento de famílias atingidas por barragens e outras situações que demandem a intermediação do Poder Público nas questões fundiárias, como a desintrusão de não-índios de áreas indígenas, os conflitos decorrentes da criação de Unidades de Conservação e a busca por soluções para atendimento de agricultores atingidos por catástrofes naturais.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹²

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	257	0	0	0	0	1

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: área reconhecida com a Portaria de reconhecimento publicada no Diário Oficial da União.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
85.452	60.514,50	51.070,85	84,39	36.154,25	59,74	36.154,25	59,74

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
37.520,18	14.856,00	1.176,00	21.488,18

Fonte: SIAFI.

No Estado do Paraná existem 36 (trinta e seis) comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, todas elas com processo de Regularização de Território Quilombola abertos no INCRA-PR.

Atualmente, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do Paraná trabalha com 10 (dez) comunidades quilombolas, relacionadas na Tabela a seguir:

Tabela 15: Comunidades remanescentes quilombolas trabalhadas no ano de 2011, por município.

Comunidade	Município	Número de Famílias (aproximado)
Invernada Paiol de Telha	Reserva do Iguaçu	393
João Surá	Adrianópolis	34
Serra do Apon	Castro	30
Mamãs	Castro	25
Água Morna	Curiúva	16
São João	Adrianópolis	13
Córrego do Franco	Adrianópolis	78
Varzeão	Doutor Ulysses	34
Manoel Ciriaco dos Santos	Guaíra	07
Adelaide Maria Trindade Batista	Palmas	89

Os trabalhos desta ação estão embasados no Decreto N° 4.887/2003 e nas Instruções Normativas/INCRA/n° 20/2005, aplicada até a etapa de publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID daquelas comunidades com trabalhos iniciados antes da publicação da IN/INCRA/n° 49/2008, que posteriormente foi revogada pela IN/INCRA/n° 57/2009.

Para se proceder à regularização de territórios quilombolas, faz-se necessária, primeiramente, a elaboração de um relatório técnico, o RTID. A peça principal deste relatório é o relatório antropológico (incluindo o levantamento de informações agronômicas e ambientais), o qual subsidia as outras peças técnicas restantes: cadastramento das famílias quilombolas, planta e memorial descritivo, cadeia dominial ou levantamento fundiário (podendo incluir um levantamento ocupacional), relação de proprietários/ocupantes não quilombolas, levantamento de sobreposições e os pareceres conclusivos “técnico e jurídico”, vide ilustração 1.

As cinco primeiras comunidades supracitadas (Paiol de Telha, João Surá, Serra do Apon, Mamãs e Água Morna), além de Limitão e Guajuvira (que não estão sendo trabalhadas em virtude de não aprovação do relatório antropológico da primeira e, desistência, da segunda comunidade em participar do processo de regularização de territórios quilombolas), foram objeto de um Termo de Cooperação Técnica, firmado em 2006 e findado em 2010, entre o INCRA e a Universidade Federal do Paraná, para a realização dos relatórios antropológicos destas respectivas comunidades.

As cinco comunidades restantes (São João, Córrego do Franco, Varzeão, Manoel Ciriaco dos Santos e Adelaide Maria Trindade Batista) foram contempladas em dois convênios, sendo um firmado entre o INCRA e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e outro firmado entre o INCRA e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), ambos firmados em 2008/2009.

a) Principais resultados:

O principal resultado foi a publicação do RTID da comunidade quilombola de Água Morna, município de Curiúva, nos dias 29 e 30 de dezembro de 2011. Com essa publicação foi cumprido 100% da meta prevista para publicação de RTID's.

Alguns avanços nos trabalhos em algumas comunidades devem ser destacados, tais como:

1 - Invernada Paiol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu:

- Análise e parecer das contestações apresentadas pelos proprietários;
- Indeferimento das contestações pelo Conselho DR;
- Encaminhamento do processo administrativo ao Conselho Diretor do INCRA para julgamento, após análises técnica e jurídica, dos recursos apresentados pelos proprietários.

2 - João Surá, no município de Adrianópolis:

- Notificações aos proprietários e ocupantes, em campo, referente à publicação do RTID;
- Análise parcial das contestações apresentadas pelos proprietários (foi elaborado o parecer jurídico e o técnico do serviço de regularização quilombola, aguarda-se encaminhamento do parecer antropológico pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas-DFQ, em Brasília);
- Publicação de novo edital, nos dias 21 e 22/12/2011, a fim de retificar a planta e memorial descritivo do território, referente à faixa de domínio dos Rios Pardo e Ribeira, que divide o Estado do Paraná do Estado de São Paulo.

3 - Mamás, no município de Cerro Azul:

- Coleta de dados em campo para elaboração do levantamento agronômico-ambiental;
- Coleta de dados em campo para elaboração da planta e memorial descritivo.

4 - Varzeão, no município de Doutor Ulysses:

- Coleta de dados em campo para elaboração da planta e memorial descritivo;
- Coleta de dados em campo para elaboração do levantamento fundiário.
- Coleta de dados e documentos em cartórios para futura cadeia dominial.

5 - Água Morna, no município de Curiúva:

- Elaboração do levantamento agronômico-ambiental;
- Elaboração do cadastramento das famílias quilombolas;
- Elaboração da relação de proprietários e ocupantes não quilombolas;
- Coleta de dados e documentos em cartórios para futura cadeia dominial;
- Conclusão do RTID e Publicação do edital no DOU e DIOE.

b) Principais Problemas:

O principal entrave no ano de 2011 foi a resistência por parte dos proprietários e/ou ocupantes não quilombolas do território quilombola de Água Morna. Para finalizar as peças do RTID foi necessário notificá-los para que os mesmos, dentre outras questões, tomassem ciência da necessidade dos técnicos adentrarem as áreas em questão. Depois de idas a campo sem lograr êxito, além de tentativas de dialogar com a Associação dos proprietários, foi realizada uma reunião no dia 30 de setembro, em Curiúva. A reunião ocorreu na Câmara de Vereadores, do município de Curiúva/PR, com a presença do INCRA, representado pelo Superintendente Regional, pela Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e pelo Assegurador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, e das seguintes pessoas: Secretário de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná; presidente da Associação dos proprietários da região de Água Morna; representante da

FAEP e demais proprietários e ocupantes inseridos no território de Água Morna. Na ocasião os proprietários se recusaram a receber a notificação, ficando estabelecida a necessidade de entrada dos servidores nas propriedades com a presença da polícia federal, tendo em vista o acirramento dos ânimos destes proprietários. O processo, até a publicação do RTID, foi longo e desgastante, devido à necessidade de se resguardar a segurança dos servidores e das próprias famílias quilombolas.

Neste sentido, a questão dos conflitos em algumas comunidades, como: Manoel Ciriaco dos Santos, Adelaide Maria Trindade Batista, Varzeão, além de Água Morna, têm sido a razão dos principais problemas e entraves no desenvolvimento adequado dos trabalhos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, necessitando um maior apoio do Gabinete da Superintendência Regional para a busca das soluções.

c) Contratações e Parcerias:

A Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ realizou um pregão nacional a fim de contratar empresas para elaboração de relatórios antropológicos. Devido às dificuldades encontradas nos relatórios antropológicos elaborados para as Comunidades de Manoel Ciriaco dos Santos (Guaíra) e Adelaide Maria Trindade Batista (Palmas), os quais foram reprovados, foi necessário inserir as duas comunidades no referido pregão. A ganhadora do lote do Paraná foi a empresa Terra Ambiental (de SC). Os trabalhos nestas duas comunidades serão executados em 2012.

Análise crítica

a) Cumprimento das metas físicas:

Cabe aqui uma nota de esclarecimento sobre a natureza da meta física estabelecida para esta ação. A meta é a “titulação” da comunidade quilombola, mas para se chegar a tal, percorrem-se quatro longas fases principais:

- 1) RTID;
- 2) Portaria de Reconhecimento;
- 3) Decreto de Desapropriação;
- 4) Emissão de Título.

Além disso, com a equipe atual reduzida (agora em fevereiro/12 está sendo incorporada novamente à equipe uma antropóloga), os processos têm encontrado dificuldades para avançar de uma forma mais célere no fluxo (conforme figura 1) da regularização do território quilombola até a titulação, que é o produto da meta física. Neste sentido, temos conseguido publicar a média de 01 RTID/ano e, até o momento, ainda não conseguimos a titulação de nenhuma comunidade quilombola do Paraná.

Vale ressaltar a participação e colaboração da DFQ que tem dado o apoio necessário a este serviço, quando solicitados. O servidor Roberto Almeida tem principal destaque nesta participação, colaborando nas questões de análise e pareceres referente à parte antropológica, pois estávamos sem servidor lotado nesse cargo até o início deste ano de 2012. Sem o apoio da DFQ, estaríamos atrasados com os nossos processos.

No processo de alcance dos objetivos propostos, é importante ressaltar a aproximação do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas com órgãos que também possuem atuação nas comunidades quilombolas, evidenciando assim, uma estratégia de atuação conjunta, especialmente voltada a otimizar trabalhos e minimizar conflitos. Citamos, como exemplos, o Ministério Público Estadual, o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado, a Secretaria de Estado da Educação, o Ministério Público Federal, as Polícias Militar e Federal, a ONG Terra de Direitos, além da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas – FECOQUI.

Por tanto, prevê-se que em 2012 também não será titulada nenhuma comunidade quilombola. Cabe mencionar que nem todas as fases do trabalho são de responsabilidade única do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Principalmente a fase de desapropriação/desintrusão é de atribuição da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos.

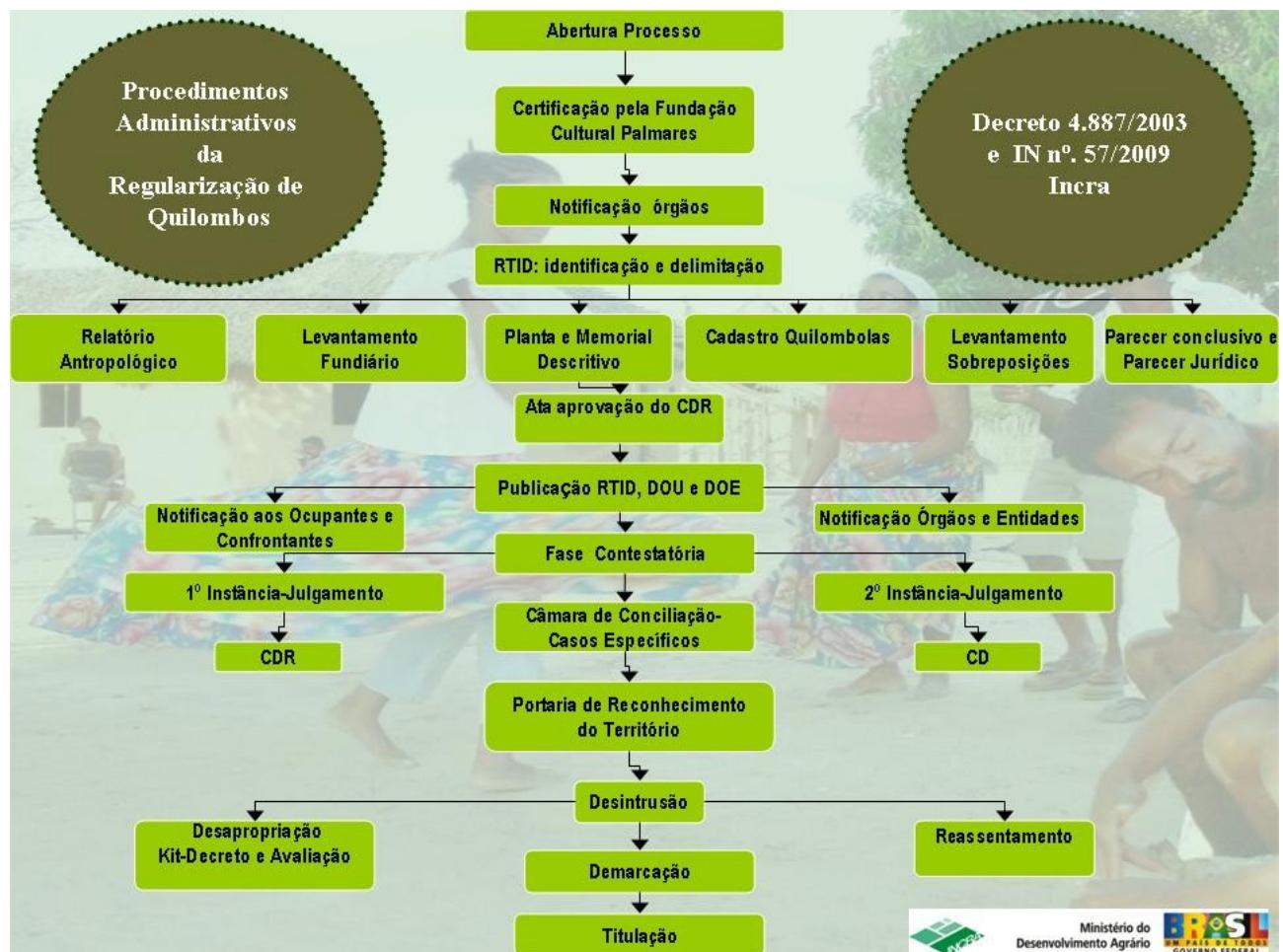


Ilustração 4: Procedimentos Administrativos da Regularização de Quilombos

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/100	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.631.1336.085 9	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não ocorreu no período.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹³

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e = d*(100/a)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Considerando que não houve apresentação de propostas por parte das instituições de ensino ou das comunidades, não foi realizada nenhuma atividade nesta ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitação (unid)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Considerando que não houve apresentação de propostas por parte das instituições de ensino ou das comunidades, não foi realizada nenhuma atividade nesta ação.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e = d*(100/a)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade e)	150	0	147	147	98	127

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: profissional capacitado, contabilizado após o término do cronograma de execução previsto no Convênio, Contrato ou Termo de Cooperação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
768.954,00 ¹⁴	443.888,06	443.888,06 ¹⁵	100,00	224.797,28	50,60	224.797,28	50,60

Fonte: PO2011, SIAFI

¹⁴ O valor total aqui expresso, presente na PO 2011, englobava os valores a serem repassados aos termos de cooperação, mas pelo fato dessas parcerias ocorrerem entre instituições federais, são repassados diretamente pelo INCRA/SEDE, embora a fiscalização, gestão e acompanhamento das ações sejam realizados pela SR(09).

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

No Exercício de 2011 estavam em execução 6 cursos no Estado do Paraná, 3 cursos de nível técnico e 3 cursos superiores:

Tabela 16: Cursos de Nível Médio e Superior em execução no exercício de 2011

Curso	Número de alunos	Repasso em 2011
Curso Técnico em Agroecologia região norte.	29 alunos*.	R\$ 114.179,00
Curso Técnico em Agroecologia região oeste.	21 alunos.	R\$ 105.422,72
Curso Técnico em Agroecologia Território Cantuquiriguá.	16 alunos	R\$95.750,00
Curso Superior Tecnologia em Agroecologia.	25 alunos pelo PRONERA	R\$46.839,71
Curso Superior Tecnologia em gestão de cooperativas.	20 alunos	R\$ 108.725,00
Soma de recursos repassados para termos de cooperação		**R\$ 470.916,43
Curso Superior Pedagogia para educadores do campo.	36 alunos	R\$ 224.797,28

*O número de alunos registrado se refere ao número de alunos presentes nas atividades no fim de 2011, visto ter havido variação durante o ano.

**O valor de R\$ 470.916,43, engloba o valor repassado para os cinco primeiros cursos realizados por termo de cooperação, este valor foi repassado pelo INCRA/Sede.

No que se refere ao curso de Pedagogia para Educadores do Campo, realizado pelo convênio CRT/PR 230.000/2008, nº SIAFI 702389/2008, celebrado com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O termo aditivo (TA) ao convênio, que tem como objeto a liberação de recursos, foi assinado em 19/05/2011, com publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 23/05/2011. Foi repassado para a Universidade o valor integral de R\$224.797,28 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), conforme previsto, ordem bancária 2011OB800863 de 31/05/2011. Cabe à Universidade, a título de contrapartida, disponibilizar bens e serviços num total de R\$ 53.050,81 (cinquenta e três mil cinquenta reais e oitenta e um centavos).

Como se trata de convênio que tem por objeto a execução de um curso de graduação, sua duração é de 4 anos, seu início foi em 12/2008 e seu término é previsto pra 01/2013, suas ações se estendem, portanto, entre dois Planos Plurianuais (PPAs). No momento de sua celebração, foi proposto que no exercício de 2011 houvesse também o repasse da parcela devida para 2012, para que todo o desembolso ocorresse dentro de um PPA, o recurso, no valor de R\$219.090,78, foi empenhado, 2011NE800621, mas o empenho foi cancelado pelo fato da CGJ considerar o procedimento ilegal. O recurso para o pagamento das atividades previstas para 2012 sairá do orçamento do próprio ano.

Os cursos técnicos e em tecnologia são realizados por termo de cooperação em parceria com o Instituto Federal do Paraná. O valor total repassado pelo INCRA sede para custear as despesas desses cursos foi de R\$ 470.916,43 (quatrocentos e setenta mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos).

¹⁵Este valor engloba o repassado para o convênio UNIOESTE, R\$224.797,28 e o valor empenhado, mas não repassado, por decisão de que o pagamento deveria ocorrer em 2012, R\$219.090,78.

O curso Tecnologia em Gestão de Cooperativas foi concluído em 24/11/2011, sendo sua colação de grau em 25/11/2011, 20 alunos se formaram. O primeiro termo aditivo ao termo de cooperação, assinado em 01/11/2011 e publicado no DOU em 07/11/2011, teve por objetivo:

1. Alteração da Cláusula Quarta do Termo de Cooperação - Dos Recursos Orçamentários, quanto ao valor total da parceria;
2. Correção do inciso I, item 1 da Cláusula Terceira - Das Obrigações;
3. Alteração da Cláusula Décima Terceira - Do Gerenciamento, com a inclusão de servidor da SR(09)PR para realização do acompanhamento e monitoramento;
4. Ajuste no Plano de Trabalho, quanto ao Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso;
5. Ajuste do número de alunos decorrência da redução de 40 discentes para 21; e liberação da parcela referente ao exercício de 2011, em conformidade com o cronograma de desembolso.

A descentralização de recursos ocorreu pela PF número 2011PF000740 de 08/12/2011, no valor de R\$ 108.725,00 (cento e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Com referência ao curso técnico em agroecologia realizado na região oeste do Estado do Paraná, no Município de São Miguel do Iguaçu, o segundo termo aditivo ao termo de cooperação, assinado em 28/09/2011 e Publicado no DOU em 03/10/2011, teve por objetivo:

1. Registrar ajustes no plano de trabalho, plano de aplicação, e cronograma de desembolso;
2. Liberação dos recursos previstos para a execução das atividades no exercício de 2011, num total de R\$ 105.422,72 (cento e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos);
3. Alteração da cláusula décima terceira do termo de cooperação , com a inclusão do servidor Ener Vaneski Filho para realização do monitoramento e acompanhamento das atividades;
4. Alteração da cláusula quarta do termo de cooperação - dos recursos orçamentários.
5. A descentralização de recursos ocorreu pela PF número 2011PF000628 DE 26/10/2011, no valor de R\$ 105.422,72 (cento e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), valor integral, conforme previsão no plano de trabalho.

Com referência ao curso técnico em agroecologia realizado na região norte do Estado do Paraná, no Município de Maringá, o segundo termo aditivo ao termo de cooperação, assinado em 26/09/2011 e publicado no DOU em 29/09/2011, teve por objetivo:

1. Prorrogação do prazo de vigência do termo de cooperação;
2. Registrar ajustes no plano de trabalho, plano de aplicação, e cronograma de desembolso;
3. Liberação dos recursos previstos para a execução das atividades no exercício de 2011, num total de R\$ 114.179,00 (cento e quatorze mil e cento e setenta e nove reais);
4. Ajustes no número de alunos matriculados no curso de 50 para 29 e correspondente ajustes financeiros previstos para desembolso;
5. Alteração da cláusula quarta do primeiro termo aditivo - do gerenciamento, com a inclusão do servidor Ener Vaneski Filho, técnico em reforma e desenvolvimento agrário da SR(09), na realização do monitoramento e acompanhamento das atividades;
6. Alteração da cláusula quarta do termo de cooperação - dos recursos orçamentários – Recursos Orçamentários.

O repasse do financeiro ocorreu em 27/10/2011 pela PF nº2011PF000638, no valor previsto de R\$ 114.179,00(cento e quatorze mil, cento e setenta e nove reais).

Com referência ao Curso técnico em agroecologia realizado na região do Território da Cidadania do Cantuquiriguá, em Rio Bonito do Iguaçu, o segundo termo aditivo ao termo de cooperação, assinado em 21/10/2011 e publicado no DOU em 24/11/2011, registrou os seguintes objetos:

1. Adequação da meta física de 25 para 17 educandos vinculados a assentamento da Reforma Agrária;

2. Ajuste no Plano de Trabalho, Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso;
3. Liberação da parcela referente ao exercício de 2011
4. Alteração da Cláusula Décima Terceira – do gerenciamento com a inclusão de servidor da SR(09)PR para realização do acompanhamento e monitoramento;
5. Ajuste da Cláusula Quarta do termo de cooperação: dos Recursos Orçamentários, quanto ao valor total da parceria e das parcelas dos exercícios de 2011 e 2012.

O repasse financeiro ocorreu pela 2011PF000630 em 06/10/2011 no valor de R\$95.750,00 (noventa e cinco mil setecentos e cinquenta reais) repasse integral conforme o previsto.

Com referência ao curso Tecnologia em Agroecologia, realizado no Município da Lapa, o primeiro termo aditivo ao termo de cooperação, assinado em 15/12/2011 e publicado no DOU em 19/12/2011, teve os seguintes objetos:

1. Adequação da meta física de 40 para 25 educandos, vinculados a assentamento da Reforma Agrária e consequente ajuste no plano de trabalho, plano de aplicação e cronograma de desembolso;
2. liberação dos recursos financeiros relativos a 2011 e ajustes dos previsto para exercícios futuros;
3. Inclusão de servidor da SR(09) para acompanhamento e monitoramento da execução do acordo.

O valor previsto para a liberação era de R\$ 127.440,00 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta reais), contudo, como o repasse ocorreu no fim do ano e não seria possível ao IFPR realizar alguns procedimentos necessários para a execução das ações previstas, parte da Nota de Crédito 20011NC007977 foi devolvida pelo Instituto e somente foi liberada a importância de R\$46.839,71 (quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos) pela 2011PF000844.

Atividades de campo

O acompanhamento das atividades do PRONERA realizadas em 2011 foi prejudicado pela licença médica da servidora Jucemary Simplício de Araújo, asseguradora do Programa no Estado, a licença de estendeu de 13/12/2010 a 15/09/2011. O servidor Ener Vaneski Filho foi também designado como assegurador do PRONERA pela Ordem de serviço/SR(09)/nº31 de 14 de junho de 2011. As servidoras Érika Coutinho e Camila Guedes da Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania, Brasília, também auxiliaram na gestão do curso, permanecendo em Curitiba por duas semanas.



Ilustração 5: Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia

Novas Ações e Projetos

No ano de 2011 foram apresentados dois projetos ao INCRA, visando a realização de cursos vinculados ao PRONERA.

Pelo ofício 023/PROPEPG de 05/09/2011, encaminhado diretamente ao Gabinete do Presidente do INCRA, foi apresentado um projeto elaborado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, que propõem parceria ao INCRA para a realização de curso de Especialização e Extensão na produção de leite agroecológico. O projeto foi aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA, mas requer diversas correções para sua implantação.

Também a Universidade Estadual de Maringá está elaborando um projeto que visa o oferecimento de curso de graduação em Pedagogia para Educadores do Campo. Foram realizadas duas reuniões em 2011 para a construção do projeto, mas ainda há muitos pontos a serem definidos, e um dos limitantes que levou a Universidade a não dar encaminhamento na proposta em 2011 foi a previsão de contrapartida em espécie de 20% prevista na LDO.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1350.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
1.496	28.150,65	27.643,72	98,20	24.699,29	89,35	24.699,29	89,35

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Os recursos previstos no GAP do PRONERA foram utilizados na fiscalização e

acompanhamento das atividades de campo relativamente ao Convênio com a Unioeste e aos Termos de Cooperação com o Instituto Federal do Paraná, reuniões nas Universidades com participação da Chefia da Divisão e do Superintendente.

Abaixo estão relacionadas as atividades de campo realizadas para fiscalização e acompanhamento das atividades do PRONERA.

Período / Local	Objetivo das Fiscalização / Acompanhamento
20 a 25/06/2011 Cascavel e Londrina	Acompanhamento da etapa do convênio INCRA/UNIOESTE Nº 23.0000/2008, do curso de Pedagogia para Educadores do Campo, participação da 10º Jornada de Agroecologia em Londrina.
22 a 23/09/2011 São Miguel do Iguaçu.	Fiscalização e acompanhamento da etapa do curso técnico do PRONERA INCRA/IFPR da Região Oeste.
24 a 26/10/2011 Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu.	Fiscalização e acompanhamento da etapa do curso técnico do PRONERA INCRA/IFPR do território da cidadania do Cantuquiriguaçu e curso superior em Gestão de Cooperativas.
30/11 a 02/12/2011 São Paulo	Reunião regional para realização da II pesquisa nacional sobre o PRONERA
	Reuniões em Curitiba com representantes do IFPR para discussão de questões pertinentes aos cursos.
13/06 a 13/08/2011 Maringá	Acompanhamento da 4ª etapa do curso técnico em agroecologia.
29/09/2011 a 30/09/2011 Lapa	Fiscalizar atividades do curso de tecnologia em agroecologia desenvolvido em parceria como Instituto Federal do Paraná.
09/10/2011 a 11/10/2011 Maringá	Acompanhar atividades do curso técnico em agroecologia e Realizar reunião referente à proposta de novo curso de graduação em pedagogia a ser oferecida pela Universidade Estadual de Maringá, UEM.
06/11/2011 a 08/11/2011 Maringá	Acompanhar atividades do curso técnico em agroecologia, consulta aos arquivos do curso; Realizar reunião referente à proposta de novo curso de graduação em pedagogia a ser oferecida pela Universidade Estadual de Maringá, UEM.
23/11/2011 A 26/11/2011	Acompanhar atividades do curso técnico em agroecologia, consulta aos arquivos do curso; Acompanhamento de defesas de trabalhos de conclusão do curso superior tecnologia em agroecologia; Participar de cerimônia de colação de grau do superior tecnologia em agroecologia.

29/11/2011 A 02/12/2011 São Miguel do Iguáçu	Acompanhar atividade do curso técnico em agroecologia integrado ao ensino médio – região oeste. Consultar arquivos do curso.
07/12/2011 a 09/12/2011 Cascavel	Realizar reunião com nova Coordenadora do curso de Pedagogia para educadores do campo.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁶

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/100	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	11.732	2.248	11.735	13.983	119	13.983

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo de Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada: Famílias assentadas em projetos de assentamento, de iniciativa do INCRA e de outras instituições públicas de âmbito federal, estadual ou municipal reconhecidos pelo INCRA, beneficiadas com os serviços de ATES prestados de forma pública e gratuita, por instituições públicas ou privados com recursos do INCRA. Para efeito de contabilização da meta física realizada nesta ação, o Módulo de Monitoramento apontará as famílias que efetivamente estiverem sendo atendidas com os serviços de ATES (em execução), bem como àquelas que foram atendidas no exercício (concluídas), independente do ano de início da atividade.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.455.127	9.406.009,85	9.406.009,85	100,00	6.446.998,59	68,54	6.446.998,59	68,54

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
335.000,00	0,00	335.000,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Em 2011, foram beneficiadas 13.983 famílias, em 235 Projetos de Assentamento, com serviços de assistência técnica e isto equivale a 80% do total de famílias assentadas no Estado do Paraná. Os 20% restantes referem-se aos assentamentos titulados e de colonização. Dessa forma, podemos considerar que os serviços de assistência técnica foram universalizados sob o âmbito desta Superintendência Regional.

Os serviços de assistência técnica foram disponibilizados às famílias assentadas através dos seguintes instrumentos:

1) CONVÊNIO CRT/PR/ nº 105.000/08

Continuidade do Convênio de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, celebrado em 2008 entre INCRA e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR (Processo nº 54200.001222/2008-88), para o atendimento de 11.735 famílias, em 215 projetos de assentamento, cujo valor total é de R\$ 21.112.331,62, sendo R\$ 20.899.646,31 do INCRA e R\$ 212.685,31 do EMATER, tendo sua vigência de maio de 2008 até março de 2012. No exercício de 2011 foi repassado à convenente o valor de R\$ 5.868.121,52.

Este convênio previa também a confecção de 18 Planos de Recuperação de Assentamentos - PRA's, os quais foram entregues ao final do exercício de 2011, beneficiando 1.292 famílias.

Em 2011, foi assinado o terceiro termo aditivo, através do qual houve a readequação do plano de trabalho, com detalhamento das metas e adequação dos valores de repasse e contrapartida.

De acordo com os relatórios de atividades apresentados pelo EMATER, referentes ao primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de 2011, foram executados no exercício:

- 24.037 visitas técnicas;
- 688 reuniões diversas;
- 879 reuniões técnicas;
- 471 cursos;
- 50 seminários;
- 201 unidades demonstrativas de produção vegetal e animal;
- 90 dias de campo;
- 297 excursões;
- 220 oficinas;
- 632 elaboração de projetos;

- 4.725 atendimentos de escritório;
- 18 PRA's elaborados.

O acompanhamento e fiscalização realizadas pelo INCRA demonstraram que, de maneira geral, os serviços prestados são satisfatórios na opinião da maioria dos beneficiários assentados, que vislumbram a necessidade de continuidade da assistência técnica na orientação dos projetos de desenvolvimento nos assentamentos.

Dificuldades enfrentadas durante o andamento do Convênio CRT/PR/Nº 105.000/08

Entre as principais dificuldades encontradas pelo INCRA durante o ano de 2011, cita-se a reduzida capacidade de acompanhamento/fiscalização, cuja equipe de servidores designados para tal fim é insuficiente, diante da grandiosidade do convênio.

A limitação de recursos para despesas com diárias, passagens e locomoção (impostas pelo Decreto nº 7.446, de 01/03/11) também prejudicou sobremaneira o cronograma de fiscalizações dos serviços prestados nos assentamentos.

Mesmo assim, num esforço concentrado envolvendo vários servidores, foram visitados 95 assentamentos em 2011, dos 215 atendidos pelo convênio, o que equivale a 44% dos assentamentos. Estas visitas tiveram o objetivo de avaliar o nível de satisfação das famílias beneficiárias em relação aos serviços prestados pelo EMATER.

Além disso, foi dado sequência às demais formas de acompanhamento das atividades do convênio, que consiste em análises dos relatórios de atividades apresentados pelo EMATER, bem como análise da documentação comprobatória dos serviços prestados (atas, fichas de visita, listas de presença, etc).

Outra dificuldade verificada refere-se às condições de trabalho oferecidas pela convenente aos técnicos de ATES que atendem os assentamentos, em situações pontuais, como a falta de veículos apropriados e poucos recursos para custeio das atividades (combustível e manutenção dos veículos), prejudicando os trabalhos de campo.

Percebemos, ao longo do exercício, que em algumas regiões os trabalhos de campo são muito dificultados em função de outros fatores como: longa distância e condições precárias das estradas de acesso aos assentamentos; falta de interesse dos assentados; problemas de conflitos e organização interna dos assentados.

Talvez a maior dificuldade seja a situação de inadimplência em que se encontra a grande maioria dos assentados, que ficam desprovidos de capacidade de investimento produtivo, gerando um desestímulo e um desânimo geral entre os beneficiários, o que dificulta ainda mais os trabalhos da assistência técnica.

Nessas condições, por mais que haja empenho dos técnicos de ATES em realizar um bom trabalho, sempre haverá insatisfação por parte de alguns beneficiários em relação aos serviços prestados.

Segue no ANEXO II planilha com a descrição dos 215 assentamentos atendidos referido convênio.

2) CONTRATOS

Contrato CRT/PR nº 49.000/11

Este contrato foi assinado no dia 01/09/2011, celebrado entre o INCRA e o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação para a Agroecologia - CEAGRO, CNPJ nº 02.193.832/0001-05, teve seu início da execução em 26/09/2011, após emissão da Ordem de

Serviço nº 63/2011. A execução do mesmo está registrada no processo administrativo sob nº 54200.002397/2011-16.

O contrato prevê o atendimento com serviços de assistência técnica – ATER a 934 famílias regularmente assentadas no PA IRENO ALVES DOS SANTOS, em Rio Bonito do Iguaçu. O atendimento foi previsto para um ano ao custo total de R\$ 1.152.462,09, sendo possível a prorrogação por até 60 meses. Em 2011 foi repassado à contratada o valor de R\$ 153.722,54.

Contrato CRT/PR nº 50.000/11

Este contrato foi assinado no dia 16/10/2011, celebrado entre o INCRA e a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO OESTE DO PARANÁ - ADEOP, CNPJ nº 07.752.576/0001-54, teve seu início da execução em 11/11/2011, após emissão da Ordem de Serviço nº 79/2011. A execução do mesmo está registrada no processo administrativo sob nº 54200.003137/2011-50.

O contrato prevê o atendimento com os serviços de assistência técnica - ATER a 505 famílias regularmente assentadas nos PA's PA 8 DE OUTUBRO, município de Candói; PA PAINEIRA, município de Reserva do Iguaçu; PA ERNESTO CHE GUEVARA, município de Teixeira Soares; PA SÃO JOÃO MARIA, município de Mangueirinha; PA VALMIR MOTA DE OLIVEIRA, município de Cascavel; PA CONQUISTA CAMPONESA, município de Laranjal; PA ILHA DAS FLORES, município de Cândido de Abreu; PA 19 DE JUNHO, município de Cândido de Abreu; PA TERRA E VIDA, município de Cândido de Abreu; PA NOVA GERAÇÃO, município de Guarapuava. O atendimento foi previsto para um ano ao custo total de R\$ 749.818,53, sendo possível a prorrogação por até 60 meses. Em 2011 foi repassado à contratada o valor de R\$ 75.884,63.

Além dos serviços de Ater, está prevista em uma das metas do contrato a elaboração de 8 PDA's. A entrega desses documentos está prevista para o ano de 2012.

Contrato CRT/PR nº 51.000/11

Este contrato foi assinado no dia 21/10/2011, celebrado entre o INCRA e a COOPERATIVA IGUAÇU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COOPERIGUAÇÚ, CNPJ nº 81.188.724/0001-02 teve seu início da execução em 28/11/2011, após emissão da Ordem de Serviço nº 91/2011. A execução do mesmo está registrada no processo administrativo sob nº 54200.003136/2011-13.

O contrato prevê o atendimento com os serviços de assistência técnica - ATER a 638 famílias regularmente assentadas nos PA's PA MARIA LARA (ex-Trezentos e Dezoito) no município de Centenário do Sul; PA ELI VIVE I no município de Londrina; PA ELI VIVE II no município de Londrina; PA COMPANHEIRO KENO no município de Jacarezinho; PA ELY MOUTINHO no município de Jundiaí do Sul e; PA ROSA LUXEMBURGO no município de Congonhinhas. O atendimento foi previsto para um ano ao custo total de R\$ 956.878,47, sendo possível a prorrogação por até 60 meses. Em 2011, houve a emissão do empenho no valor de R\$ 956.878,47, não tendo sido efetuado nenhum pagamento à contratada naquele exercício.

Além dos serviços de Ater, está prevista em uma das metas do contrato a elaboração de 6 PDA's, ou seja, um para cada projeto atendido. A entrega desses documentos está prevista para o ano de 2012.

Contrato CRT/PR nº 52.000/11

Este contrato foi assinado no dia 21/10/2011, celebrado entre o INCRA e a COOPERATIVA IGUAÇU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- COOPERIGUAÇÚ, CNPJ nº 81.188.724/0001-02 teve seu início da execução em 28/11/2011, após emissão da Ordem de Serviço

nº 83-A/2011, de 28 de novembro de 2011. A execução do mesmo está registrada no processo administrativo sob nº 54200.003138/2011-02.

O contrato prevê o atendimento com os serviços de assistência técnica - ATER a 171 famílias regularmente assentada nos PA's PA SEBASTIÃO DA MAIA no município de Querência do Norte; PA ESTRELA DE DAVI no município de Xambrê e; PA MILTON SANTOS no município de Planaltina do Paraná. O atendimento foi previsto para um ano ao custo total de R\$ 278.453,94, sendo possível a prorrogação por até 60 meses. Em 2011, somente houve a emissão do empenho no valor de R\$ 278.453,94, não tendo sido efetuado nenhum pagamento à contratada naquele exercício.

Além dos serviços de Ater, está prevista em uma das metas do contrato a elaboração de 2 PDA's. A entrega desses documentos está prevista para o ano de 2012.

Dificuldades enfrentadas durante o andamento dos Contratos

Até o momento, não houve grandes entraves no andamento dos contratos firmados, uma vez que as atividades iniciaram nos meses de setembro a novembro de 2011 (final do exercício).

No entanto, há algumas limitações que dificultam o bom andamento dos contratos:

1. Famílias ocupando irregularmente lotes da reforma agrária, objetos de vendas irregulares;
2. Limitação de Recursos Humanos disponíveis para a fiscalização dos serviços executados pelas entidades;
3. Atrasos no pagamento dos contratos em função de atrasos financeiros;
4. Entidades com pouco capital de giro para execução do início das atividades.

Elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos - PDA'S e Planos de Recuperação de Projetos de Assentamentos – PRA'S

O PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento), constituem sub-ações do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

O PDA é o instrumento que sistematiza as informações físicas e sócio-econômicas sobre o Projeto de Assentamento, definindo sua vocação, organização espacial e social, bem como estabelece um plano de ações que aproveitem e desenvolvam os potenciais nele diagnosticados.

Já o PRA se traduz num conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição deste, voltadas para garantir aos Projetos de Assentamento mais antigos o nível desejado de desenvolvimento sustentável e a efetiva consolidação do mesmo.

Sendo um órgão da Administração Federal, o INCRA não dispõe de profissionais suficientes para atender todas as demandas exigidas pelos programas e ações sob sua atribuição, gerando a necessidade da contratação de serviços de terceiros para poder cumprir sua missão institucional. Entretanto, há trabalhos que, pela complexidade, exigem um envolvimento mais direto da equipe técnica da Autarquia.

No caso da elaboração dos PDAs, são necessários o levantamento e estudo técnico do meio físico, diagnóstico sócio-econômico das famílias, definição das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a elaboração e implementação da Proposta de Parcelamento (distribuição das famílias assentadas no imóvel rural), com a elaboração dos devidos materiais cartográficos (mapas). Tais atividades constituem uma **primeira fase** de preparação/levantamento dos dados e para checagem e implementação do parcelamento a campo. A **segunda fase** é composta pelo planejamento, com a elaboração dos programas de desenvolvimento e a redação do documento do PDA. A Superintendência do INCRA no Paraná está priorizando a realização da primeira fase por execução direta (servidores da Autarquia) por ser de maior complexidade, deixando a realização da segunda fase para empresa contratada para prestar assistência técnica nos assentamentos,

objetivando, com isso, amenizar os impactos causados pela carência de profissionais da Autarquia e propiciar que o PDA seja melhor utilizado como um instrumento de desenvolvimento dos assentamentos, por ser elaborado diretamente pelos técnicos da assistência técnica que irão trabalhar junto aos assentados.

Assim, em 2011 foi executado pela ação direta de servidores do INCRA a conclusão da primeira fase da elaboração de 10 PDAs e a conclusão completa de 01 PDA do PA Estrela de Davi, município de Xambrê, sendo que, a partir de novembro de 2011 iniciou-se a elaboração da segunda fase desses 10 PDAs, apresentados na Tabela 1, pelas empresas contratadas nesse mesmo ano através de chamada pública para prestar assistência técnica aos PAs, com a previsão de conclusão de todos os PDAs durante o exercício de 2012.

Também, a partir de novembro de 2011, iniciou-se a elaboração dos PDAs dos PAs apresentados na Tabela 2, tanto da primeira fase pelos técnicos do INCRA como da segunda fase pelos técnicos das empresas que prestam assistência técnica aos PAs, com previsão de conclusão dos trabalhos durante o ano de 2012.

No convênio da Superintendência do INCRA no Paraná com o Instituto EMATER para desenvolver o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES (CRT/PR/Nº 105.000/08) em diversos Projetos de Assentamentos, está previsto a elaboração de Planos de Recuperação de Assentamentos - PRAs, inicialmente em número de 84 PAs, sendo que após readequação do convênio o número foi reduzido para 18, apresentados na Tabela 3. Relativo a essa ação, o Instituto Emater elaborou todos os PRAs e no final de 2011 entregou ao INCRA a versão prévia para análise da equipe técnica do INCRA, sendo que após esta análise o EMATER fará as adequações e/ou correções necessárias.

Tabela 17: Projetos de Assentamento com PDAs em execução (primeira fase concluída / segunda fase iniciada)

Código do Projeto de Assentamento	Tipo	Nome do Projeto de Assentamento	Município Sede	Nº Famílias assistidas
PR0314000	PA	19 DE JUNHO	CÂNDIDO DE ABREU	51
PR0311000	PA	CONQUISTA CAMPONESA	LARANJAL	23
PR0306000	PA	ELY MOUTINHO	JUNDIAÍ DO SUL	25
PR0276000	PA	ILHA DAS FLORES	CÂNDIDO DE ABREU	30
PR0305000	PA	MILTON SANTOS	PLANALTINA DO PARANÁ	138
PR0312000	PA	ROSA LUXEMBURGO	CONGONHINHAS	53
PR0308000	PA	SÃO JOÃO MARIA	MANGUERINHA	23
PR0311000	PA	SÃOSEBASTIÃO	CASTRO	3
PR0307000	PA	TERRA E VIDA	CÂNDIDO DE ABREU	50
PR0318000	PA	MARIA LARA (318)	CENTENÁRIO DO SUL	36
TOTAL				432

Tabela 18: Projetos de Assentamento com PDAs iniciados (primeira e segunda fases iniciadas).

Código do Projeto de Assentamento	Tipo	Nome do Projeto de Assentamento	Município Sede	Nº Famílias assistidas
PR0326000	PA	ELI VIVE I	LONDRINA	426

PR0327000	PA	ELI VIVE II	LONDRINA	56
PR0325000	PA	NOVA GERAÇÃO	GUARAPUAVA	29
PR0328000	PA	8 DE OUTUBRO	CANDOI	10
PR0315000	PA	VALMIR DA MOTA DE OLIVEIRA	CASCABEL	89
PR0320000	PA	COMPANHEIRO KENO	JACAREZINHO	52
PR0317000	PA	SEBASTIÃO DA MAIA	QUERÊNCIA DO NORTE	65
TOTAL				727

Tabela 19: Relação de Projetos de Assentamento com PRAs em execução

Código do Projeto de Assentamento	Tipo	Nome do Projeto de Assentamento	Município Sede	Nº Famílias assistidas
PR0239000	PA	IRACI SALETE	ALVORADA DO SUL	59
PR0274000	PA	COLMÉIA	BARRACAO	5
PR0143000	PA	SANTA TEREZINHA	CASCABEL	41
PR0154000	PA	FAZENDA CAROLINA	GUARAPUAVA	27
PR0259000	PA	CONTESTADO	LAPA	106
PR0103000	PA	CRUZEIRO DO SUL	PALMAS	30
PR0081000	PA	SANTA MARIA	PARANACITY	22
PR0371000	PA	MARAJÓ	PEABIRU	58
PR0391000	PA	16 DE MAIO	RAMILANDIA	209
PR0258000	PA	MATA DO CAVERNOSO	CANDOI	67
PR0174000	PA	ESTRELA DO MEIO	CL DOMINGOS SOARES	20
PR0116000	PA	MASCOTE	ITAGUAJE	19
PR0213000	PA	MÃE DE DEUS	JARDIM OLINDA	53
PR0264000	PA	8 DE JUNHO	LARANJEIRAS DO SUL	72
PR0207000	PA	EDUARDO RADUAN	MARMELEIRO	364
PR0251000	PA	JERUSALEM	NOVA CANTU	22
PR0263000	PA	FAZENDA BARREIROS	RESERVA DO IGUACU	76
PR0173000	PA	NOVA UNIÃO	SAO PEDRO DO IGUACU	42
TOTAL				1292

Dificuldades Encontradas na Elaboração de PDAs e PRAs.

A principal dificuldade na elaboração dos PDAs foi encontrar a melhor estratégia para desenvolver a segunda fase dos trabalhos, pois o INCRA não dispõe de estrutura técnica suficiente para desenvolver o trabalho completo para todos os PAs sujeitos ao PDA, havendo, portanto, a necessidade da contratação para a conclusão dos planos de desenvolvimento (fase 2). Assim, a melhor solução encontrada foi prever esse trabalho para as equipes técnicas contratadas na chamada

pública da assistência técnica, estabelecendo esta meta como um dos primeiros trabalhos a serem desenvolvidos no assentamento.

2.3.8.1 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1427.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
162.044	155.497,84	154.368,61	99,27	154.368,61	99,27	154.368,61	99,27

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar R\$	Restos a Pagar Cancelados R\$	Restos a Pagar Pagos R\$	Restos a Pagar a Liquidar R\$
2.053,30	973,50	1.076,80	0,00

Fonte: SIAFI.

Os recursos do GAP do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura foram utilizados para a execução de várias atividades:

1. acompanhamento e fiscalização do Convênio de ATES INCRA/EMATER CRT/PR/nº 105.000/2008;
2. planejamento, formalização e fiscalização dos contratos de assistência técnica (CRT/PR/nº49.000/11, CRT/PR/nº50.000/11, CRT/PR/nº51.000/11, CRT/PR/nº52.000/11) realizados através de chamadas públicas ;
3. levantamentos do meio físico para elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA's;
4. realização de demarcação topográfica de parcelas (pré-parcelamento) em assentamentos.

Para tanto, foram efetuadas despesas com diárias, passagens, materiais de consumo e serviços de terceiros para a realização de reuniões com as comunidades assentadas e entidades, visitas a lotes individuais, elaboração de orçamentos e participações em eventos promovidos pela conveniente e contratadas.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁷

¹⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.122.0750.2000	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: PO2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.947.758	2.306.146,89	2.283.205,58	99,00	2.258.960,31	97,95	2.258.960,31	97,95

Fonte: PO2011, SIAFI

Execução de Restos a Pagar no exercício 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
193.707,84	-141.352,28	47.530,32	4.825,24

Fonte: SIAFI.

Como ponto positivo de alta relevância pode-se destacar que para o Programa 0750 – Ação 2000, o exercício de 2011 foi excelente em termos de disponibilização de verbas para o custeio das atividades de manutenção da Administração da Superintendência Regional do INCRA no Paraná, visto que neste ano a Diretoria de Administração, através das Coordenações de Administração e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças, adotou e cumpriu fielmente o sistema de “Planilhamento Anual”, ou seja, a Divisão de Administração da SR(09)PR encaminhou àquela Coordenações a planilha dos gastos previstos com a Manutenção da Superintendência para o exercício de 2011 e mensalmente, os recursos orçamentários e financeiros eram liberados. Sendo assim, todos os prazos foram cumpridos, a dotação orçamentária foi suficiente para cobertura de todos os gastos da administração e não houve contingenciamento de recurso.

A Divisão de Administração teve um volume de trabalho bastante intenso em funções de vários processos licitatórios que tiveram que ser realizados em face de contratos que não poderiam ser mais prorrogados por já terem esgotados os prazos previstos em lei, aquisições de materiais permanentes, de consumo e suprimentos de informática, além de outras emanadas por outras áreas e para a melhoria dos serviços e instalações da SR. Vale dizer que todas as contratações realizadas neste exercício seguiram as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através das Instruções Normativas/SLTI/nºs 02, de 30/04/08 e suas alterações.

Podemos apontar como fator negativo para a execução das atividades de Administração da Unidade a falta de servidores na área administrativa, sobre tudo no Serviço de Administração e Serviços Gerais. Situação esta, que será agravada no exercício de 2012, vez que o quadro de servidores será reduzido em razão das aposentadorias, sem que haja previsão da reposição do quadro, pois no ultimo concurso não houve o incremento de vagas para essa área.

2.3.10 Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa:

Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Programa sob a supervisão da Presidência da República (UO: 20122) e do MDA (UO: 49101).

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

- Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres
- Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres
- Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero
- Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais
- Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher
- Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher

Público-alvo (beneficiários): (Vide ações que compõe o Programa)

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁸

¹⁸Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.10.1 Ação 8402 - Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: MDA

Coordenador nacional da ação: Elisabete Busanello

Unidades executoras: Superintendências Regionais e Delegacia do MDA no Estado

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.422.1433.8402	A	3	Mulher atendida (unidade e)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Obs: Conceito da Meta Física realizada:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Empenhada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO2011, SIAFI

A ação de Documentação da Trabalhadora Rural é parte integrante dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltados para atuar no desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover os direitos econômicos das trabalhadoras rurais e das comunidades Quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania, como o acesso à documentação civil, participação e controle social¹⁹. O Programa Nacional de

¹⁹ Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/institucional/Institucional>

Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR) é uma ação fundamental para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar, uma vez que possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, através dos mutirões itinerantes de documentação. O programa também realiza ações educativas com objetivo de esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, bem como, apresentar as políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso.²⁰

A ação 8402 é uma ação conjunta do MDA e do INCRA, em que o MDA descentraliza os recursos e executa em conjunto com o INCRA, a ação e acompanhando os mutirões itinerantes nos municípios do Paraná, em conjunto com as Prefeituras Municipais, com a Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Instituto Nacional da Seguridade Social.

Em 2011, devido ao Decreto 7.446/2011, os mutirões não puderam ser realizados.

²⁰<http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/pndtr>

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta física prevista PO 2011	Meta física realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada	820	637	-	637	77,68	-
21.631.0135.8387	A	3	Área vistoriada (ha)	65.000	36.430,0398	0,00	36.430,0398	36	-
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	18	0	15	15	72,22	-
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	4.100	0	804,36	804,36	19,62	849,13
21.122.0135.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (unidade)	481	0	1.087	1.087	225,99	1.967
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida (unidade)	542	0	404	404	75,28	1.343
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	0	0	600	-	-	12.851
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido	290	1.629	0	1.629	561,72	-
21.631.0137.10YN	A	3	Projeto consolidado (unidade)	1	0	0	0	0	2
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade)	0	0	4.193	4.193	-	5.258
21.631.0137.0427	A	3	Família atendida (unidade)	556	403	1.127	1.530	275,18	1.957
21.122.0137.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	27.034	27.611	0	27.611	102,13	-
21.127.0138.4426	A	3	Área georreferenciada (ha)	37.000	0	2.904	2.904	7,85	1200
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	1.500	0	69	69	4,6	1.726

			(unidade)						
21.127.0138.8380	A	3	Área com processo impetrado (ha)	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnostica da destinada	0	0	0	0	0	0
21.122.0138.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	64	266	0	266	415,62	0
21.631.1120.2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	-	7.560	7.560	-	6.836
21.122.2103.4304	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	1.000	0	1.000	-	-
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	257	0	0	0	0	1
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	0	0	0	0
21.363.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	0	0	0	0	0	0
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado (unid)	0	0	0	0	0	0
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade)	150	0	147	147	98	127
21.122.1350.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	11.732	2.248	11.735	13.983	119	13.983
21.122.1427.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.122.0750.2000	A	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
21.422.1433.8402	A	3	Mulher atendida (unidade)	0	0	0	0	0	-

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373001 49.201.09.272.0089.0181	29.451,88	-	-
		373001 49.201.21.122.0135.2272	-	-	225.500,34
		373001 49.201.21.122.0137.2272	-	-	857.366,65
		373001 49.201.21.122.0138.2272	-	-	273.891,20
		373001 49.201.21.122.0750.2000	-	-	2.286.589,93
		373001 49.201.21.122.1120.4304	-	-	2.808,21
		373001 49.201.21.122.1350.2272	-	-	28.150,65
		373001 49.201.21.122.1427.2272	-	-	155.497,84
		373001 49.201.21.125.0138.2105	-	-	86.624,00
		373001 49.201.21.127.0138.2110	-	-	919.838,20
		373001 49.201.21.127.0138.4426	-	-	376.990,00
		373001 49.201.21.127.1336.1642	-	-	60.514,50
		373001 49.201.21.128.0139.4572	-	-	85.049,18
		373001 49.201.21.363.1350.8370	-	-	443.888,06
		373001 49.201.21.606.1427.4470	-	-	9.406.009,85
		373001 49.201.21.631.0135.8374	-	-	1.277.593,23
		373001 49.201.21.631.0135.8384	-	-	83.861,37
		373001 49.201.21.631.0135.8387	-	-	138.208,27
		373001 49.201.21.631.0137.10YN	-	-	9.578,02
		373001 49.201.21.631.0137.2B06	-	-	3.910,55
		373001 49.201.21.631.0137.4358	-	-	36.782,43
		373001 49.201.21.631.0137.8398	-	-	675.181,95
		373001 49.201.21.631.1120.2109	-	-	92.304,07
		373001 49.201.21.691.0137.4320	-	-	1.721.776,76
		TOTAIS	29.451,88	-	19.247.915,26
Movimentação Externa	Recebidos				
	Concedidos			-	-
	Recebidos			-	-
Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	373001 49.201.21.122.0138.2272	7.866,17	-	-
		373001 49.201.21.122.0750.2000	19.556,96	-	-
		373001 49.201.21.631.0135.4460	-	964.300,15	-
		373001 49.201.21.631.0137.0427	-	14.088.400,00	-
		373001 49.201.21.631.0137.10YN	50.430,00	-	-
		373001 49.201.21.631.0137.8396	2.137.294,56	-	-
		373001 49.201.21.691.0137.4320	622.900,00	-	-
		TOTAIS	2.838.047,69	15.052.700,15	-
Movimentação Externa	Recebidos			-	-
	Concedidos			-	-
	Recebidos			-	-

Fonte: SIAFI -bases 31/01/2011 e 30/01/2012

Análise crítica dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna.

1. Despesa Corrente

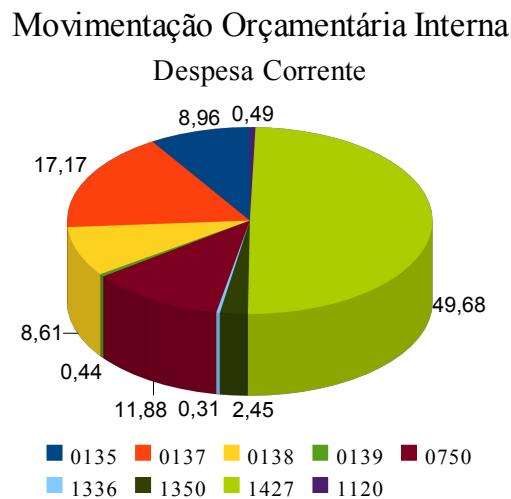


Ilustração 6: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, despesa corrente.

Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

O objetivo deste programa é promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

As ações que compõem este programa, geridas por esta UJ são 2272, 8384, 8387, 8374, que juntas receberam crédito orçamentário de **R\$ 1.725.163,21**, representando **8,96%** do total das despesas correntes.

Em 2011, os destaques foram as ações de:

- Licenciamento Ambiental de Assentamento para Reforma Agrária (8374) – que visa o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, como forma de assegurar a sustentabilidade destes espaços, mediante o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação ambiental. A contratação de elaboração de Projetos Básicos Ambientais
- Os recursos foram utilizados para pagamento de contratos, pagamento de diárias e deslocamento dos servidores para as atividades em campo, como nas ações 8387, 8374 e 8384 e ao acompanhamento e fiscalização das atividades.

Programa 0137 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

Este programa tem como objetivos específicos desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária, através das ações: 10YN/2272/2B06/4320/8396/8398. Totalizou o montante de **R\$ 2.838.048,29**, representando **17,17%** das despesas correntes, destacamos as seguintes ações:

- Demarcação topográfica em Projeto de Assentamento (8398) – valor recebido de **R\$ 675.181,95** para a fiscalização e acompanhamento do contrato iniciado em 2010, além do levantamento topográfico para o PDA dos Projetos de Assentamento criados em 2010 e a contratação de demarcação definitiva de 1.416 lotes em 04 Projetos de Assentamento, para atendimento a 1.341 famílias assentadas.
- Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - TERRA SOL (4320) - continuidade do Termo de Parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural – Fundação Terra, totalizando **R\$ 1.721.776,76**.
- O trabalho intensivo na fiscalização e no acompanhamento da aplicação do crédito instalação foi custeado pelo GAP – (2272), além da supervisão dos Projetos de Assentamento totalizando **R\$ 857.366,65**. Incluído nesta ação o custeio de parte das despesas com contratos de Tecnologia da Informação na SR, no montante de **R\$ 94.084,24**.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Este programa tem como objetivos específicos conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Através das ações: 2105/2110/2272/4426 – totalizando **R\$1.657.343,40**, representando **8,61%** das despesas correntes.

Destacamos as ações:

- Regularização Fundiária de Imóveis Rurais (2110), com o pagamento do Convênio INCRA-UNIOESTE
- Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional (4426), com o pagamento do Convênio INCRA-ITCG

2. Despesa de Capital



Ilustração 7: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, despesa de capital.

Programa 0137 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

- Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento (8396) – com a assinatura de dois novos convênios com Prefeituras Municipais, totalizando **R\$ 2.137.294,00**.
- Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - TERRA SOL (4320) – Dois novos convênio com a Prefeitura de Paranacity visando ampliar a capacidade produtiva da agroindústria da cana-de-açúcar, no PA Santa Maria e a complementação da obra e estruturação do centro de comercialização do centro de comercialização e capacitação de produtores das famílias assentadas do município, totalizando **R\$ 622.900,00**.
- Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária (10YN) – **R\$ 50.430,60**.

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

- GAP (2272) – para aquisição de equipamentos tecnologia da informação, no montante de **R\$ 7.866,17**.

3. Inversão Financeira

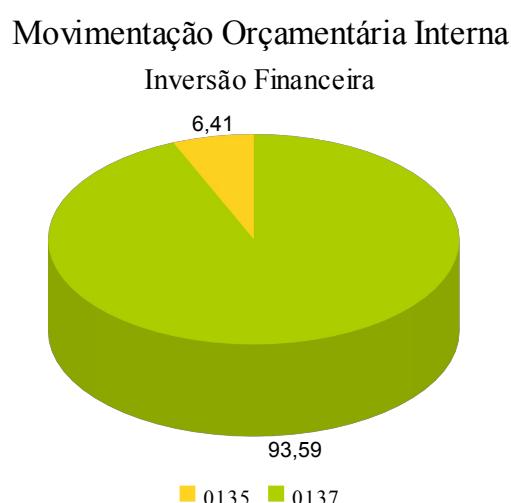


Ilustração 8: Distribuição percentual dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna, inversão financeira.

Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

- Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária (4460) – com o recebimento do valor de **R\$ 964.300,15** para pagamento de indenização de benfeitorias em uma área adquirida com capacidade para assentar 68 famílias e pagamento de sobras de TDAs.

Programa 0137 – Assentamento de Trabalhadores Rurais

- Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas (0427) – montante recebido de **R\$ 14.088.400,00**, para atendimento a 2.252 famílias assentadas, incluídas as que receberão complementação de crédito, sendo que uma família pode receber mais de uma modalidade de crédito.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		Valores em R\$ 1,00
	2011	2010	2011	2010	
Modalidade de Licitação	5.010.712,67	5.840.754,35	2.984.813,59	3.171.479,36	
Convite	12.110,32	26.999,97	12.110,32	23.439,30	
Tomada de Preços	98.402,03	256.499,30	98.402,03	252.499,30	
Concorrência	-	-	-	-	
Pregão	4.900.200,32	5.557.255,08	2.874.301,24	2.895.540,76	
Concurso	-	-	-	-	
Consulta	-	-	-	-	
Registro de Preço	-	-	-	-	
Contratações Diretas	3.972.048,93	1.316.336,46	944.876,17	1.316.336,46	
Dispensa	3.645.043,43	914.063,92	728.561,54	914.063,92	
Inexigibilidade	327.005,50	402.272,54	216.314,63	402.272,54	
Regime de Execução Especial	41.625,20	218.849,65	41.625,20	218.849,65	
Suprimento de Fundos	41.625,20	218.849,65	41.625,20	218.849,65	
Pagamento de Pessoal	929.821,33	1.671.845,73	929.821,33	1.671.845,73	
Pagamento em Folha (*)	-	-	-	-	
Diárias	929.821,33	1.671.845,73	929.821,33	1.671.845,73	
Outros (**)	27.925.196,54	39.659.831,93	14.028.273,88	23.656.974,41	

Fonte: SIAFI -bases 31/01/2011 e 30/01/2012

(*) O pagamento da Folha é realizado pelo INCRA/SEDE. Essa informação não é disponibilizada para esta UJ.

(**) Despesas extraídas pelos relatórios do SIAFI Gerencial, que não se enquadram nas demais classificações. O Relatório de Gestão 2010 não informou esses números.

2.4.2.2 Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal	29.451,88	23.606,23	29.451,88	23.606,23	-	-	29.451,88	23.606,23
1º Elemento de Despesa (319008)	29.451,88	23.606,23	29.451,88	23.606,23	-	-	29.451,88	23.606,23
2º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	19.058.608,20	16.790.057,05	13.111.509,42	14.411.353,02	5.947.098,78	2.378.704,03	13.111.509,42	14.411.353,02
1º Elemento de Despesa (333041)	9.037.710,74	8.096.890,32	8.142.150,80	8.096.890,32	895.559,94	-	8.142.150,80	8.096.890,32
2º Elemento de Despesa (339039)	6.656.305,34	3.427.051,21	1.678.753,73	1.239.892,37	4.977.551,61	2.187.158,84	1.678.753,73	1.239.892,37
3º Elemento de Despesa (339014)	929.821,33	1.671.845,73	929.821,33	1.671.845,73	-	-	929.821,33	1.671.845,73
Demais Elementos do Grupo	2.434.770,79	3.594.269,79	2.360.783,56	3.402.724,60	73.987,23	191.545,19	2.360.783,56	3.402.724,60

Fonte: SIAFI -bases 31/01/2011 e 30/01/2012

2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	2.838.048,29	3.797.092,43	483.929,49	563.445,28	2.354.118,80	3.233.647,15	483.929,49	221.445,28
1º Elemento de Despesa (444041)	2.760.194,56	2.794.769,79	407.612,76	342.000,00	2.352.581,80	2.452.769,79	407.612,76	-
2º Elemento de Despesa (449052)	77.853,73	310.880,54	76.316,73	221.445,28	1.537,00	89.435,26	76.316,73	221.445,28
3º Elemento de Despesa (449039)	-	691.442,10	-	-	-	691.442,10	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	15.052.586,87	16.878.018,21	4.403.805,95	5.219.954,53	10.648.780,92	11.658.063,68	4.403.805,95	5.219.954,53
1º Elemento de Despesa (459066)	14.088.400,00	16.354.200,00	3.835.400,00	4.696.200,00	10.253.000,00	11.658.000,00	3.835.400,00	4.696.200,00
2º Elemento de Despesa (459061)	964.186,87	523.818,21	568.405,95	523.754,53	395.780,92	63,68	568.405,95	523.754,53
3º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º Elemento de Despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Elementos do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI -bases 31/01/2011 e 30/01/2012

2.4.2.4 Análise Crítica

No geral houve um decréscimo no crédito orçamentário como um todo em relação a 2010, com exceção dos convênios e na prestação de serviços.

O incremento substancial na Natureza de Despesa 33.90.39 em relação ao exercício anterior, que em 2011 totalizou o valor de R\$ 6.656.305,34 do quadro Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, se deve substancialmente aos três contratos das duas chamadas públicas do Programa ATER (1427-4470), sendo que no quadro Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação, o valor de R\$ 3.645.043,43 em dispensa se referem a estes contratos.

A diminuição nas despesas de suprimento de fundos se deve à contratação de empresa prestadora de serviços de administração e gestão de abastecimento de combustíveis, lavagens de carros e outros serviços, com utilização de cartões eletrônicos para as viaturas oficiais do Incra/PR.

Devido ao Decreto nº 7.446/2011, houve um decréscimo considerável nas despesas com diárias, impactando nas atividades em campo, considerando que o Incra é um órgão executor.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5.868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <input type="checkbox"/> <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u>	97%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação)</u> <u>multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	16%

Índice de Regularização Fundiária ²¹	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. [69] (de processos iniciados em ex. anteriores)	-
							<input type="checkbox"/> Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

²¹ O índice zero de protocolo de processos de ratificação nos últimos anos deve-se ao impedimento imposto pela Lei Nº 9871/1999, que estabeleceu o mês de dezembro de 2003 como data-limite para que o detentor de imóvel rural situado na faixa de fronteira internacional do Estado do Paraná pudesse requerer a ratificação de título de propriedade concedido pelo Governo do Estado, ao longo dos anos;

O índice zero de protocolo de processos de regularização fundiária de imóveis rurais remanescentes de desapropriações efetuadas pelo Incra, com objetivo de conter a tensão social estabelecida na faixa de fronteira internacional, deve-se à impossibilidade da Autarquia em efetivar a regularização em virtude da ausência de normativo interno para tal. Para suprir essa dificuldade, encontra-se em análise na Procuradoria Federal Especializada do Incra em Brasília, uma minuta de Instrução Normativa.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/ hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 0135/ação 4460 – SIAFI e SIR. [R\$7.642.467,21]	8.313,90 R\$/ha
							<input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. [919,24 ha]	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. [15]	35,71%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos)</u>	<input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. [46]	

	conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.				<u>Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. [319]	
--	---	--	--	--	---	--	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]</u>	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].</u>	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0,00
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ²² <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	0,00

²²Estão em análise os 18 PRAs entregues através do Convênio INCRA/EMATER.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	$\frac{(\text{número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação})}{100}.$	<input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. [1.087]	170,64% ²³
							<input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.[637]	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	$\frac{(\text{número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação})}{100}.$	<input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; [267]	41,91%
							<input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. [637]	

²³O índice acima de 100%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	442

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	100% ²⁴
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	<u><input type="checkbox"/> Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.inca.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substitui-la.</u>	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/ Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. <input type="checkbox"/> Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	10,01%

²⁴ Desconsideramos as famílias assentadas em Projetos de Assentamento consolidados, Projetos de Assentamento Estaduais e dos Atingidos pelas Barragens.

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período no nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de consolidação de assentamentos[16]</u>	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	66,03%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	36,10 horas/servidor
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/ Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	100%

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/ Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD.	0,00%
							<input type="checkbox"/> Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

[1] Incluir processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil						Valores em R\$ 1,00
Código SIAFI		Denominação				
212192200		DEB. DIVERSOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011	
373067	114.523.070-91 (1)	R\$ -	R\$ -	R\$ 73,89	R\$ 73,89	
373067	308.985.870-34 (2)	R\$ -	R\$ -	R\$ 50,00	R\$ 50,00	
373067	607.379.949-91 (3)	R\$ -	R\$ -	R\$ 319,61	R\$ 319,61	
373067	03.981.373/0001-89 (4)	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.954,45	R\$ 1.954,45	
373067	308.007.229-49 (5)	R\$ -	R\$ -	R\$ 45,00	R\$ 45,00	
373067	05.145.844/0001-44 (6)	R\$ -	R\$ -	R\$ 219,40	R\$ 219,40	
373067	983.310.868-72 (7)	R\$ -	R\$ 117,29	R\$ 117,29	R\$ -	

Razões e Justificativas: (1) Reembolso de despesas referente recolhimento de diárias a maior (valor bruto) pelo servidor, sem o pelo servidor, em o abatimento dos descontos do vale-alimentação e do vale-transporte.
(2) Reembolso de despesas com combustível arcadas pelo servidor, em viagem ocorrida de 16 a 21/05/2011.
(3) Reembolso de despesa com remação de bilhete aéreo, arcada pelo servidor.
(4) Reembolso de despesas ocorridas no exercício de 2010, faturadas e cobradas tardiamente pela empresa (NFs 1158 e 1161).
(5) Reembolso de despesas de manutenção de veículo oficial arcadas pelo servidor, ocorridas em viagem de 16 a 20/05/2011.
(6) Reembolso de valor recolhido a maior em GRU, emitida para cobrança de valor correspondente ao fornecimento de photocópias requisitadas de processo do INCRA.
(7) Reembolso de despesas com combustível arcadas pelo servidor, em viagem ocorrida de 25/04 a 06/05/2011.

Fonte: SIAFI 2010 e SIAFI 2011.

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	342.000,00	0,00	342.000,00	0,00
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	17.270.414,86	341.466,35	14.066.540,74	2.862.407,77
2009	19.203.930,54	9.386.746,22	9.817.184,32	0,00
2008	10.132.213,20	446.190,57	9.686.022,63	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;

De acordo com o cronograma de pagamento dos convênios e dos contratos, é enviada à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças o Pedido de Recurso Financeiro para pagamento dos RP.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Os restos a pagar inscritos e reinscritos no exercício de 2011, entre processados e não processados, somaram R\$ 17.612.414,86, sendo que R\$ 341.466,35 foram cancelados e R\$ 15.069.874,09 foram pagos.

O pagamento dos RP impactou em **45,70 %** o Financeiro de 2011.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;

Não ocorreu no período.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;**

Não ocorreu no período.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP**
A falta de recurso financeiro impactou na gestão, tanto para pagamento dos RP como para o orçamento de 2011, com isso os valores vêm se acumulando ao longo dos anos.

Neste exercício o controle dos RP, para a gestão dos mesmos culminou no cancelamento de alguns valores, justamente pela necessidade de conter gastos e pela conclusão de que alguns valores poderiam ser cancelados, ou por equívoco na sua inscrição ou pelo não cumprimento dos contratos por parte dos entes contratados.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR UPAG 587

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		161	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		161	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		159	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)		3	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		164	0	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR - UPAG 587

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	
1.4. Atribuição de GSISTE	
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	7
1.6. Lei 10.683/03	
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eleutivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	1
2.6. Afastamento para Curso de Formação	
2.7. Servidores exercício provisório	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Decisão Judicial	
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	10

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR - UPAG 587

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	16	2	4
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	16	2	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	14	2	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		1		2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	1	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	17	2	4

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR UPAG 587

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	8	25	40	60	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	8	25	40	58	15
1.3. Servidores CLT (Anistiados)				2	1
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	8	5	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	7	5	1
2.3. Funções gratificadas			1		
3. Totais (1+2)	9	27	48	65	17

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR UPAG 587

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	11	0	46	92	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			10		44	92			
1.3. Servidores CLT (Anistiados)			1		2				
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	13			
2.3. Funções gratificadas					1				
3. Totais (1+2)	0	0	11	0	50	105	0	0	0
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR UPAG 587

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	88	6
1.1 Voluntária	75	6
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	13	
1.4 Outras		
2. Proporcional	95	0
2.1 Voluntária	94	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	183	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

SR-09/PR UPAG 587

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	50	4
1.1. Integral	32	2
1.2. Proporcional	18	2
2. Em Atividade	10	0
3. Total (1+2)	60	4

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

SR-09/PR UPAG 587

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	5	7	7	R\$ 37.893,83
1.1 Área Fim	6	5	7	7	R\$ 37.401,70
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 492,13
2. Nível Médio	9	8	8	9	R\$ 34.568,00
2.1 Área Fim	6	4	5	5	R\$ 20.275,46
2.2 Área Meio	3	4	3	4	R\$ 14.292,54
3. Total (1+2)	15	13	15	16	R\$ 72.461,83

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

SR-09/PR - UPAG 587

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2009	R\$ 8.110.783,61		R\$ 735.918,03	R\$ 248.221,06	R\$ 1.010.406,44	R\$ 547.808,61	R\$ 4.904,08	R\$ 9.237,78	R\$ 72.738,84	R\$ 10.740.018,45
2010	R\$ 8.946.801,65		R\$ 800.952,05	R\$ 255.550,89	R\$ 1.528.865,40	R\$ 1.140.869,57	R\$ 3.588,10	R\$ 12.064,35	R\$ 40.939,08	R\$ 12.729.631,09
2011	R\$ 9.170.143,35		R\$ 776.101,05	R\$ 263.961,42	R\$ 898.542,91	R\$ 1.544.601,69	R\$ 1.234,17	R\$ 0,00	R\$ 32.695,33	R\$ 12.687.279,92
SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS										
2009										R\$ 0,00
2010										R\$ 0,00
2011										R\$ 0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA										
2009						R\$ 970,36				R\$ 970,36
2010						R\$ 0,00				R\$ 0,00
2011						R\$ 0,00				R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR										
2009		R\$ 364.556,51			R\$ 165.019,43					R\$ 529.575,94
2010		R\$ 338.752,54			R\$ 215.321,51					R\$ 554.074,05
2011		R\$ 336.141,90			R\$ 137.478,27					R\$ 473.620,17
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2009		R\$ 5.052,11			R\$ 3.698,88					R\$ 8.750,99
2010		R\$ 5.052,12			R\$ 0,00					R\$ 5.052,12
2011		R\$ 5.052,12			R\$ 495,53					R\$ 5.547,65

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 18.833,20
2010	R\$ 88.565,78
2011	R\$ 4.364,46

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não ocorreu no período. A Superintendência Regional do Paraná não possui Contratos de Terceirização de mão de obra com funcionários terceirizados ocupando ou exercendo atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos e salários do INCRA.					

Fonte:

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Name do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

Não ocorreu no período.

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

Não ocorreu no período.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARANÁ DO INCRA/PR													
UG/Gestão: 373067 / 37201				CNPJ: 00.375.972/0011-32									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			F	M	S	Sit.	
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2006	L	O	CRT/PR/Nº 67.000/2006	07.228.643/0001-36	01/01/07	31/12/11	02	02					E
2007	L	O	CRT/PR/Nº 12.000/2007	03.981.373/0001-89	25/06/07	24/06/12	02	02					P
2010	L	O	CRT/PR/Nº 38.000/2010	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/12	08	08					P
2010	L	O	CRT/PR/Nº 81.000/2010	03.767.254/0001-28	22/11/10	21/11/12	02	02					P
2010	V	O	CRT/PR/Nº 88.000/2010	11.933.418/0001-78	27/12/10	26/12/12			04	04			P
2011	L	O	CRT/PR/Nº 71.000/2011	03.116.865/0001-06	01/12/12	31/12/12	02	02					A
Observação: A questão tratada pelo Acórdão TCU nº 1.520/2006-P, de substituição de terceirizados na Administração Pública Federal, está sob a responsabilidade dos Recursos Humanos da Sede do INCRA, em Brasília. A Regional do INCRA no Paraná tão somente cumpre as determinações repassadas por esse órgão central.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SIASG e TERMOS DOS CONTRATOS

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARANÁ DO INCRA/PR													
UG/Gestão: 373067 / 37201				CNPJ: 00.375.972/0011-32									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.					
						F	M	S					
					Início	Fim	P	C					
2006	1	O	CRT/PR/Nº 65.000/2005	73.281.404/0001-74	01/12/06	30/11/11			38	42	01	01	E
2007	1	O	CRT/PR/Nº 52.000/2007	04.624.017/0001-70	01/12/07	30/11/12			02	02			P
2009	1	O	CRT/PR/Nº 48.000/2009	08.594.305/0001-80	21/09/09	30/11/11			02	02			E
2010	2	O	CRT/PR/Nº 41.000/2010	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/12	02	02					P
2010	3	O	CRT/PR/Nº 41.000/2010	04.624.017/0001-70	05/07/10	04/07/12	01	01					P
2010	1	O	CRT/PR/Nº 54.000/2010	03.589.152/0001-60	02/08/10	01/08/11			04	04			E
2011	1	O	CRT/PR/Nº 38.000/2011	09.431.870/0001-90	02/08/11	01/08/12			04	04			A
2011	1	O	CRT/PR/Nº 59.000/2011	04.970.088/0001-25	01/12/11	30/11/12	01	01	37	37			A
Observação: A questão tratada pelo Acórdão TCU nº 1.520/2006-P, de substituição de terceirizados na Administração Pública Federal, está sob a responsabilidade dos Recursos Humanos da Sede do INCRA, em Brasília. A Regional do INCRA no Paraná tão somente cumpre as determinações repassadas por esse órgão central.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copia e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG e TERMOS DOS CONTRATOS

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, doenças ocupacionais, rotatividade, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Quanto a disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que foi implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná			Informações sobre as transferências							
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário (CNPJ)	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Situação		
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício		Início	Fim	
1	600682	07.232.670/0001-82	12.764.901,12	124.349,00	711.763,95	6.894.398,13	28/12/07	28/12/11	1 – Adimplente. As prestações de contas parciais foram analisadas e aprovadas. Falta a análise da prestação de contas parcial do exercício de 2010.	
1	601087	76.416.957/0001-85	4.355.769,80	871.153,96	0	3.484.615,84	20/12/07	31/03/11	1 – Adimplente. Em fase de prestação de contas.	
1	625145	78.133.824/0001-27	20.165.720,96	201.657,21	4.868.121,52	13.643.155,27	06/06/08	21/03/12	1 – Adimplente. Prestação de contas parcial em diligência	
1	629775	07.941.148/0001-70	4.600.000,00	2.433.000,00	0	1.300.000,00	24/03/10	31/01/12	1 – Adimplente. Convênio em execução	
1	751396	95.587.770/0001-99	434.153,85	8.753,85	429.877,36	429.877,36	24/12/10	07/03/12	1 – Adimplente. Convênio em execução	
1	747898	76.172.907/0001-08	1.083.362,40	21.667,25	1.061.695,21	1.061.695,21	29/12/10	26/05/12	1 – Adimplente. Convênio em execução	
1	748006	76.205.681/0001-96	985.382,22	19.707,64	965.674,58	965.674,58	15/12/10	25/05/12	1 – Adimplente. Convênio em execução	

1	747886	76.205.962/0001-49	349.107,85	7.107,85	342.000,00	0	29/11/10	29/02/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	723477	76.973.692/0001-16	1.241.621,20	37.248,64	0	0	21/12/09	15/02/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	723473	76.205.970/0001-95	850.338,67	29.670,00	0	0	30/12/09	28/04/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	702389	78.680.337/0001-84	1.136.577,90	237.388,00	224.797,28	455.301,04	08/01/09	08/01/13	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	701927	78.680.337/0001-84	1.948.127,41	389.625,49	432.919,00	952.419,00	02/01/09	31/01/12	1 – Adimplente. Convênio em execução. Prestação de contas parcial em diligência
1	517867	05.486.107/0001-05	22.596.197,79	2.576.474,00	0	16.878.529,03	31/12/04	30/12/11	1 – Adimplente. As prestações de contas parciais foram analisadas e aprovadas. Falta a análise da prestação de contas parcial do exercício de 2010
3	747936	04.699.470/0001-46	3.308.228,00	0	1.096.313,00	2.211.915,00	23/11/10	31/12/11	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	760467	76.205.665/0001-01	88.4978,97	17.681,58	0	0	27/12/11	27/12/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	763164	75.740.811/0001-28	1.296.833,85	25.936,68	0	0	28/12/11	31/12/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	764816	76.970.334/0001-50	304.064,23	6.164,23	82.612,76	82.612,76	31/12/11	30/06/12	1 – Adimplente. Convênio em execução
1	764858	76.970.334/0001-50	331.750,00	6.750,00	325.000,00	325.000,00	31/12/11	31/12/12	1 – Adimplente. Convênio em execução

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do INCRA no Paraná					
CNPJ:	00.375.972/0011-32					
UG/GESTÃO:	373067/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	4	5	5	10.215.774,66	13.261.966,14	10.867.650,77
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	4	5	5	10.215.774,66	13.261.966,14	10.867.650,77

Fonte: SICONV, SIAFI

Obs: Os Termos de Cooperação do PRONERA (1350-8370) são firmados via INCRA/SEDE e os valores repassados via destaque orçamentário.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Paraná		CNPJ: 00.375.972/0011-32 UG/GESTÃO:373067/37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	11	66.546.840,90	29.628.627,22	36.918.213,68	45
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Parceria	1	2.837.378,76	2.211.915,00	625.463,76	78
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0
Total	12	69.384.219,66	31.840.542,22	37.543.677,44	45,89

Fonte: SIAFI

Obs: Termos de Cooperação Técnica são firmados pelo Incra/Sede, os repasses se dão através de destaque orçamentário, diretamente para o IFPR, porém a fiscalização fica a cargo da Superintendência Regional.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Paraná - SR(09)					
CNPJ: 00.375.972/0011-32		UG/GESTÃO:373067/37201			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	4.688.988,40		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2010	Contas prestadas	Quantidade	6		
		Montante Repassado	13.261.966,14		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		

		Montante Repassado	-		
2009	Contas prestadas	Quantidade	25		
		Montante Repassado	11.166.703,02		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	68.750,87		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado	3.492.626,32		

Fonte: SIAFI

Obs: Termos de Cooperação Técnica são firmados pelo Incra/Sede, os repasses se dão através de destaque orçamentário, diretamente para o IFPR, porém a fiscalização fica a cargo da Superintendência Regional.

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional do Paraná - SR(09)						
CNPJ: 00.375.972/0011-32	UG/GESTÃO: 373067/37201					
Exercício da prestação das contas		Instrumentos				
Quantitativos e montantes repassados		Convênios	Contratos de Repasse			
2011	Quantidade de contas prestadas		2	0		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	2	0	
			Contas Não analisadas	0	0	
		Montante repassado (R\$)		4.688.988,40	0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	0	
			Quantidade Reprovada	0	0	
			Quantidade de TCE	1	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
			Montante repassado (R\$)	0	0	
2010	Quantidade de contas prestadas		6	0		
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	6	0	
			Quantidade Reprovada	0	0	

		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0
2009		Quantidade de contas prestadas	10	0
Contas analisadas		Quantidade Aprovada	2	0
		Quantidade Reprovada	8	0
		Quantidade de TCE	4	0
Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0

Fonte: SIAFI, CPTCE

6.2 Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;**

Foram realizadas reuniões com as entidades cujos convênios encontram-se inadimplentes no SIAFI, para sanar as pendências, buscando uma solução conjunta

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere;**

O Termo de Parceria SICONV 747936/2010, encontra-se Em Execução, com análises técnica e financeira efetuadas e consideradas regulares.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;**

A Superintendência Regional tem mantido a média de convênios e o volume de recursos transferidos.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;**

Realização de cursos in company no sistema SICONV, com orientações dadas aos servidores envolvidos nos convênios para a correta inserção dos dados no sistema. O devido acompanhamento e fiscalização dos convênios em execução.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;**

As prestações de contas tem sido apresentadas nos prazos regulamentares.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

A área de análise das prestações de contas conta apenas com um contador, que com o apoio dos fiscais dos convênios realiza as diligências necessárias para subsidiar as análises, e recomendando ou não a aprovação da prestação ao gestor da UJ.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.**

Não há na UJ uma estrutura definida de gerenciamento dos Convênios. O que ocorre é que cada convênio é acompanhado pelo fiscal do convênio, pelo chefe da Divisão a que se refere o programa, por um contador que analisa as prestações de contas e pelo Gestor da Unidade. Os convênios são firmados de acordo com a capacidade operacional de fiscalização dos técnicos.

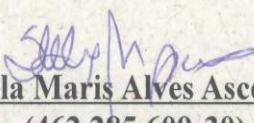
7 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Stela Maris Alves Ascenço, CPF nº 462.285.609-30, Chefe de Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(09)F, exercido na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011, por esta **Divisão**, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 22 de março de 2012.

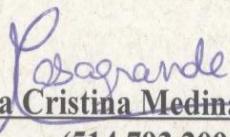

Stela Maris Alves Ascenço
(462.285.609-30)

Chefe de Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Superintendência Regional do Incra no Paraná

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Cristina Medina Casagrande, CPF nº 514.793.209-78, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Projetos de Assentamento - SR(09)D, exercido na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta **Divisão** estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, excetuando-se o Termo de Parceria 747936/2010, com a pendência de inclusão de alguns relatórios técnicos de fiscalização e de capacitação, cujo saneamento até junho de 2012.

Curitiba, 22 de março de 2012.

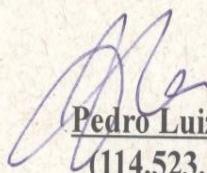

Maria Cristina Medina Casagrande
(514.793.209-78)*

Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Superintendência Regional do Incra no Paraná

DECLARAÇÃO

Eu, Pedro Luiz Kerber, CPF nº 114.523.707-91, Chefe de Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - SR(09)T, exercido na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta **Divisão** estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 22 de março de 2012.



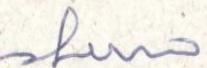
Pedro Luiz Kerber
(114.523.707-91)

Chefe de Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento /
Superintendência Regional do Incra no Paraná

DECLARAÇÃO

Eu, Suzete Stelmak Pacheco, CPF nº 470.579.989-53, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa - SR(09)A, exercido na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011, por esta **Divisão**, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 02 de março de 2012.


Suzete Stelmak Pacheco

(470.579.989-53)

Chefe de Divisão de Gestão Administrativa
Superintendência Regional do Incra no Paraná

8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	0	0
	Entregaram a DBR	20	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SR(09)A1

Análise Crítica

Os novos servidores e detentores de Cargo em Comissão fornecem autorização de acesso aos dados das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, através do modelo de formulário constante na Instrução Normativa - TCU Nº 65, de 20 de abril de 2011. Também utilizamos o modelo de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física fornecido através da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, publicada no DOU de 11/09/2007 seção 1, PG. 51. As autorizações são entregues em papel e guardadas em controle próprio.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.		x			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x		
Monitoramento	1	2	3	4
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x		
Considerações gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Critérios de descarte de materiais					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? A				x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				x
Considerações Gerais: Itens 1, 2, 3 e 4: - Aspectos sobre a gestão ambiental - a) Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia, do Incra/Sede. b) As aquisições realizadas nos exercícios 2010/2011, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	PARANÁ	11	11
	Curitiba	2	2
	Cruz Machado	1	1
	Francisco Beltrão	4	4
	Cascavel	2	2
	Campo Largo	1	1
	Sertaneja	1	1
	Subtotal Brasil	11	11
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		11	

Fonte: SPIUnet

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PARANÁ	2	2
	Curitiba	1	1
	Laranjeiras do Sul	1	1
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SR(09)A

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373067	7481.00014.500-9	5	3	128.932,56	18/08/2009	453.619,06	0	0
373067	7493.00063.500-0	21	3	102.568,98	18/08/2009	771.906,85	0	0
373067	7493.00064.500-5	21	7	36.848,29	18/08/2009	2.848.760,10	0	0
373067	7533.00004.500-0	5	3	34.116,99	01/08/2006	238.000,00	0	0
373067	7535.00241.500-6	4	5	177.039,20	18/08/2009	2.018.884,61	0	0
373067	7535.00271.500-0	21	2	94.243,29	18/08/2009	1.977.349,20	0	0
373067	7565.00038.500-4	13	2	1,00	18/08/2009	455.914,06	0	0
373067	7565.00039.500-0	13	2	1,00	18/08/2009	1.924.634,45	0	0
373067	7565.00047.500-3	10	5	16.543,80	18/08/2009	169.287,30	0	0
373067	7565.00048.500-9	21	5	489.843,62	18/08/2009	1.426.730,07	0	0
373067	7903.00003.500-9	23	4	32.320,00	18/08/2009	60.128,00	0	0
Total							0	0

Fonte: SPIUnet

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

- Valor Histórico dos Bens Imóveis, correspondente a 31 de Dezembro de 1996.
- Informamos que no exercício de 2012, estaremos providenciando a atualização das avaliações dos Bens Imóveis.

Análise crítica:

1 - RIP DO IMÓVEL: 7481.00014.500.9

O terreno original foi desmembrado em três áreas como segue:

- Área “A” – Medindo 8.983,14 m², localizado à Rua Francisco Alves Mendes Junior, s/nº, foi doado ao IBAMA através do processo nº CR(09) nº 02370/80 cadastrado sob o nº 21400.004301/94-23 e retomado por inadimplência das cláusulas do Termo de Doação. Atualmente,

em novo procedimento administrativo, protocolado sob o nº 54200.002970/2009-69, foi destinado ao Município de Campo Largo, através de um Contrato de Cessão de Uso Graciosa, objeto do Título de Domínio INCRA/SR(09)Nº 02/2010, que já iniciou uma obra no terreno com 2.191,78 m², para abrigar o Centro da Juventude com recursos do Programa PARANACIDADE.

Este imóvel deverá ser reincorporado ao patrimônio do INCRA, uma vez que não foi doado, apenas cedido.

- Área “B” – Medindo 16.039,70 m², localizado à Rua Francisco Alves Mendes Junior, foi doado ao Município de Campo Largo, através do Termo de Doação INCRA/DFT/Nº 15/99, para a construção de uma escola municipal, que não foi construída à época. Em maio de 2004, consultou o Município em promover outra destinação do imóvel, agora para abrigar as instalações do quartelamento do Corpo de Bombeiros – fls. nºs 126/127 do processo nº 54200.000351/99-42. Não existe qualquer registro de resposta à citada solicitação. O fato é que, autorizado ou não o Município cedeu parte do imóvel para a implantação do Corpo de Bombeiros, cujas instalações foram inauguradas e setembro de 2000. O Objetivo da doação, qual seja, a construção da escola, somente se efetivou em julho de 2009, com a denominação de “Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade Educação Infantil e Ensino Fundamental”, inaugurada em 02/07/2009. Haverá de proceder a uma divisão do terreno, objeto da doação, posto que a regularização no Corpo de Bombeiro deverá ser efetivada para o Estado do Paraná, por tratar-se de uma instituição ligada à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

- Área “C” – Medindo 2.411,20 m², localizado à Rua Prefeito Ivaí Martins, pertencente ao Patrimônio do INCRA, Este terreno se encontra na condição de vago, bem conservado, com a predominância de vegetação rasteira, cercada por tela e murada nos fundos.

2 - RIP DO IMÓVEL: 7493.00063.500-0

Imóvel localizado a Rua Presidente Bernardes, 1419 Bairro Neva em Cascavel/PR. Atualmente encontra-se instalado o Serviço de Regularização Fundiária, Serviço este vinculado a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, tendo em vista a extinção da Unidade Avançada de Cascavel e parte do terreno está sendo utilizada para guarda de 22 (vinte e dois) veículos apreendidos pela Receita Federal e Polícia Federal de Cascavel/PR e por 05 (cinco) ônibus de grande porte que foram doados ao MDA pela Receita Federal de Cascavel.

3 - RIP DO IMÓVEL: 7493.00064.500-5

Imóvel localizado a Rua Presidente Bernardes, 1419 Bairro Neva em Cascavel/PR, parte do imóvel onde está instalado o Serviço de Regularização Fundiária, Serviço este vinculado a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Parte do terreno está sendo utilizada para guarda de 22 (vinte e dois) veículos apreendidos pela Receita Federal e Polícia Federal de Cascavel/PR e por 05 (cinco) ônibus de grande porte que foram doados ao MDA pela Receita Federal de Cascavel.

Existem nesta área 07 (sete) Benfeitorias construídas em madeira que se encontram em estado bastante precário de conservação, das quais 04 (quatro) e foram baixadas através do Processo nº 54200.001915/2009-51.

Tombo nº 4100-9 – Área de 580,34 m² - Prédio de madeira, utilizado como Sede Administrativa;
Tombo nº 4101-7 – Área de 156,75 m² - Prédio de madeira, utilizado antigamente como almoxarifado, atual Arquivo de Processos de Regularização Fundiária;
S/Tombo – Área de 10,00 m² - Prédio de Madeira, utilizado como Guarita dos Vigilantes.

4 - RIP DO IMÓVEL: 7533.0004.500.0

Imóvel localizado a Rua Interventor Manoel Ribas, s/n Bairro Centro em Cruz Machado/PR. Concluído o processo administrativo nº 54200.001932/1998-referente a doação de um imóvel urbano com área de 719,52m² para a Prefeitura Municipal de Cruz Machado, que construirá nesta área o Centro do Agricultor, destinado a comercialização de produtos agrícolas e artesanais. O TERMO DE DOAÇÃO/INCRA/SR/09/Nº003/11, foi publicado no D.O.U. em 01/08/2011.

5 - RIP DO IMÓVEL: 7535.00241.500.6

Imóvel localizado a Rua Desembargador Motta, 2791 Bairro Centro em Curitiba/PR. Concluído o processo administrativo nº 54200.002352/2010-52, objetivando a ocupação do imóvel localizado à Rua Desembargador Motta e todas as benfeitorias, na forma de Termo de Concessão de Uso, pelo prazo de 20 anos, para o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFÚRIA, para a instalação de sua sede, que funcionara tanto como escritório e centro de memória, quanto para a realização das atividades de educação, articulação, exposição e trocas solidárias de produtos da agroecologia e da economia popular solidária, cessão esta formalizada através do TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 70.000/11 publicado no D.O.U. em 16/12/11.

6 - RIP DO IMÓVEL: 7535.00271.500.0

Imóvel localizado a Rua Mateus Leme, 1511 Bairro Centro em Curitiba/PR, terreno sem benfeitorias, de forma irregular, foreiro à Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, é bem arborizado é o local onde se pretende construir a Sede Própria da Superintendência Regional do Paraná quando da liberação de recursos pela Administração Central. Atualmente está sendo utilizado como estacionamento dos funcionários da Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, que ocupam o imóvel diuturnamente, vez que essa companhia tem expediente 24 horas por dia. Foi colocada uma guarita logo após a entrada, onde fica um vigilante contratado pela Companhia, guardando os veículos dia e noite. Foi construída uma ponte de madeira no lado direito do terreno que dá acesso aos funcionários e seus carros. O terreno vem sendo bem conservado, com roçadas frequentes. É todo cercado com muro de concreto, exceto na lateral esquerda que cercada com arame farpado.

7 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00038.500.4

Imóvel localizado a Rua São Benedito, s/n Bairro Cango em Francisco Beltrão/PR. Este terreno encontra-se em processo de doação para o Ministério da Defesa, através do processo nº 542002.001137/99-84 e 54200.000892/2005-34, para regularizar as ocupações da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro – Unidade de Francisco Beltrão, visando à ampliação das suas instalações. A doação ainda não se efetivou, porém já o utiliza e até já fez algumas construções sobre o mesmo.

Os terrenos, correspondentes aos RIP's nº 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

8 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00039.500.0

Imóvel localizado a Rua São Benedito esquina com General Osório, s/n Bairro Cango em Francisco Beltrão/PR. O imóvel está sendo utilizado pela Unidade do Exército de Francisco Beltrão que até já fez algumas construções sobre o mesmo. As 06 (seis) casas de madeiras que havia no terreno foram doadas à Prefeitura de Francisco Beltrão, através do processo nº 54202.000109/97-41. Os terrenos, correspondentes aos RIP's nº 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

9 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00047.500.3

Imóvel localizado a Avenida General Osório, s/n Bairro Cango em Francisco Beltrão/PR. Este terreno já foi objeto de destinação ao Município de Francisco Beltrão, através do Título de Domínio INCRA/SR(09)Nº 01/2008, na forma de um Contrato de Cessão Gratuita, consoante ao processo nº 54202.000188/2006-42, para ampliação do Centro de Comercialização de hortifrutigranjeiros, já existente no lote contíguo de domínio do Município de Francisco Beltrão.

10 - RIP DO IMÓVEL: 7565.00048.500.9

Imóvel localizada a Avenida General Osório, 330 Bairro Cango em Francisco Beltrão/PR Instalação da Unidade Avançada de Francisco Beltrão. Trata-se de uma construção de alvenaria, com laje e concreto armado, piso de cerâmica e habite-se nº 84/96, medindo 952,00 m², contendo ao todo 28 peças, sendo 19 salas, 06 banheiros, 01 recepção, 01 cozinha e 01 garagem coberta para 06 veículos. O prédio foi edificado num terreno que mede 2.010,30 m². Encontra-se em excelente estado de conservação, necessitando apenas substituir de algumas lajotas do piso cerâmico que apresentam rachaduras. O terreno é bem conservado, limpo e cercado, com a frente gramada. Os terrenos, correspondentes aos RIP's nº 7565.00038.500.4, 7565.00039.500.0 e 7565.00048.500.9 são áreas contíguas e recentemente foi erguido um muro em alvenaria separando a duas primeiras da última que pertencente à Sede Administrativa da Unidade Avançada de Francisco Beltrão.

11 - RIP DO IMÓVEL: 7903.00003.500.9

Imóvel localizado a Rua Presidente Vargas, s/n Bairro Centro em Sertaneja/PR. Terreno sem benfeitorias do INCRA.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.				4	
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					x
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.				70%	
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
Item: Planejamento					
1. Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada.					
2. Planejamento Estratégico – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada.					
3. O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.					
Item: Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Quatro servidores atuando em outras funções além da área de TI, na Sede, Unidade Avançada de Francisco Beltrão e Serviço de Regularização Fundiária em Cascavel.					
5. Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição.					

Item: Segurança da Informação

6. Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI.

7. Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição.

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

8. Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI.

9. O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades.

10. Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos.

11. Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG.

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

12. O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos.

13. Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, alem do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações.

14. Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.

15. Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--	--

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00					
Código da UG	373067		Limite de Utilização da UG		R\$ 82.610,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	UTILIZAÇÃO		Total
			Saque	Fatura	
ADEMIRO MINGORI	336.532.409-72	R\$ 1.050,00	R\$ 150,00	R\$ 222,72	R\$ 372,72
ALBERTO BIESEMAYER	170.131.009-00	R\$ 900,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALCIDES GABOARDI JUNIOR	666.056.799-20	R\$ 1.850,00	R\$ 570,00	R\$ 848,63	R\$ 1.418,63
ALEXANDRE MAURÍCIO SANDRI	723.387.179-53	R\$ 1.100,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ALVARO BROCHADO FORTES	302.348.249-72	R\$ 1.800,00	R\$ 740,00	R\$ 407,00	R\$ 1.147,00
AMAURI CESAR DE QUADROS	152.694.509-68	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 584,04	R\$ 584,04
ARIANE MARIA AGNER	023.187.569-02	R\$ 350,00	R\$ 20,00	R\$ 214,98	R\$ 234,98
CELSO DUDECKI	535.850.549-00	R\$ 2.100,00	R\$ -	R\$ 1.409,54	R\$ 1.409,54
DANIEL SIMEONI DE OLIVEIRA	023.038.299-17	R\$ 500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DIRCEU SASSO	253.708.479-91	R\$ 900,00	R\$ 94,00	R\$ 120,00	R\$ 214,00
GETÚLIO DE PAULA SOUZA	232.392.719-15	R\$ 10.000,00	R\$ 4.210,00	R\$ -	R\$ 4.210,00
IDALINA FRANCO RODRIGUES DE SOUZA	649.136.609-00	R\$ 4.200,00	R\$ 636,00	R\$ 1.834,74	R\$ 2.470,74
JOÃO CARLOS SFENDRYCH	232.438.309-82	R\$ 2.300,00	R\$ 50,00	R\$ 1.614,15	R\$ 1.664,15
JORGE PORFÍRIO DINIZ	297.470.079-91	R\$ 7.660,00	R\$ 1.450,00	R\$ 1.043,28	R\$ 2.493,28
JOSÉ JORGE DA LUZ	491.945.189-04	R\$ 15.450,00	R\$ 8.771,00	R\$ 492,91	R\$ 9.263,91
JOSÉ LOURENÇO FERREIRA LEITE	359.278.879-53	R\$ 4.000,00	R\$ 1.893,00	R\$ 1.070,58	R\$ 2.963,58
JOSÉ VOLPI XAVIER DA SILVEIRA	294.174.499-15	R\$ 2.500,00	R\$ 1.400,00	R\$ -	R\$ 1.400,00
JURANDIR GUIMARÃES MERCER	168.082.409-06	R\$ 450,00	R\$ 100,00	R\$ 106,20	R\$ 206,20
LENOIR MENDES	192.652.559-00	R\$ 1.100,00	R\$ -	R\$ 298,17	R\$ 298,17
MATIAS PEREIRA RODRIGUES	086.864.957-02	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 446,11	R\$ 446,11
MAURÍCIO RODRIGUES	983.310.686-72	R\$ 1.800,00	R\$ 266,00	R\$ 103,00	R\$ 369,00
MIGUEL MARTINS NETO	221.999.266-72	R\$ 500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
MILTON PADILHA DE ALMEIDA	028.584.609-49	R\$ 2.600,00	R\$ 85,00	R\$ 1.398,38	R\$ 1.483,38
NILCEU RODOLFO MULLER	297.941.459-04	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00
OMAR GUILHERME GAUZA FILHO	270.783.370-34	R\$ 400,00	R\$ -	R\$ 193,65	R\$ 193,65
OSMAR NELSON AREND	308.007.229-49	R\$ 450,00	R\$ -	R\$ 369,87	R\$ 369,87
PAULO CEZAR DONATTI	220.781.009-78	R\$ 1.550,00	R\$ -	R\$ 707,80	R\$ 707,80
PEDRO SEBASTIÃO CORDEIRO	447.655.509-82	R\$ 3.400,00	R\$ -	R\$ 932,30	R\$ 932,30
PLÍNIO VALFREDO R. DE MOURA	126.682.902-44	R\$ 2.250,00	R\$ 580,00	R\$ 1.071,56	R\$ 1.651,56

RAUL CEZAR BERGOLD	043.987.769-58	R\$ 1.500,00	R\$ 606,00	R\$ 188,60	R\$ 794,60
ROBERTO TAKAO UYEMURA	396.969.289-04	R\$ 550,00	R\$ 105,00	R\$ 388,75	R\$ 493,75
RODRIGO ALCÂNTARA SILKA	053.665.189-78	R\$ 500,00	R\$ 50,00	R\$ 333,19	R\$ 383,19
ROGÉRIO AUGUSTO TILLE	275.519.899-00	R\$ 650,00	R\$ -	R\$ 556,92	R\$ 556,92
RONOEL MARTINELLI D'AMICO	307.427.739-49	R\$ 550,00	R\$ -	R\$ 297,73	R\$ 297,73
SÉRGIO ELOI SCHULTZ	478.691.789-34	R\$ 1.200,00	R\$ -	R\$ 920,62	R\$ 920,62
VENDELINO ODIR ANTES	335.210.009-82	R\$ 650,00	R\$ -	R\$ 600,61	R\$ 600,61
WALTER ALBERTO CADORE	430.984.289-53	R\$ 3.650,00	R\$ -	R\$ 503,17	R\$ 503,17
Total utilizado pela UJ/UG			R\$ 22.376,00	R\$ 19.249,20	R\$ 41.625,20

Fonte: Faturas CPQF Visa/Banco do Brasil

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	161	R\$ 22.376,00	242	R\$ 19.249,20	R\$ 42.028,20
2010	261	R\$ 26.951,46	1989	R\$ 191.898,19	R\$ 218.849,65
2009	282	R\$ 130.151,38	1376	R\$ 33.781,00	R\$ 163.932,38

Fonte: Faturas CPGF Visa/Banco do Brasil

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.530/2007-3	37/2011			Ofício nº 49/2011-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034
Descrição da Deliberação:					
<p>Encaminha cópia do Acórdão nº 37/2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, adotada pelo Tribunal em Sessão do Plenário de 19/01/2011, ao apreciar o processo de Monitoramento nº (TC 027.530/2007-3), para conhecimento e adoção das medidas abaixo relacionadas, previsto no item 9.1:</p> <p>“9.1. Determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Paraná que, no prazo de 30 dias, providencie a remessa à CGU das tomadas de contas especiais instauradas em cumprimento aos itens 9.8.7, 9.8.2, 9.9.2 do Acórdão 1957/2007 – Plenário – TCU, formalizadas de acordo com o art. 4º da Instrução Normativa TCU 56/2007, sob pena de aplicação de multa por descumprimento de determinação deste Tribunal;”</p> <p>2. Informo que o Acórdão nº 1957/2007-TCU - Plenário, foi exarado no Processo de Representação nº (TC 020.587/2005-8), formulada por esta Secretaria de Controle Externo acerca de possíveis irregularidades em convênios firmados pela Superintendência do INCRA no Paraná com entidades privadas para execução de objetos relacionados e projetos de assentamento no âmbito de reforma agrária.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial					
Síntese da providência adotada:					
<p>Dos três processos de Tomada de Contas Especial avocados pelo TCU, o Processo nº 54200.001163/2009-29 (Convênio CRT/PR nº 11.000/2003) e o Processo nº 54200.000307/2008-49 (Convênio CRT/PR nº 15.000) já estavam na SFC/CGU – Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União desde o ano de 2010, com vistas a final encaminhamento ao TCU, conforme comprovantes de protocolo anexos ao OF.INCRA/SR(09)G nº 582/2011 (enviado ao Tribunal de Contas da União). Quanto ao Processo nº 54200.000307/2008-49 (Convênio CRT/PR nº 79.000/2004), por duas vezes no ano de 2010 ele chegou até a CGU (com vistas a posterior encaminhamento ao TCU), mas retornou à Superintendência Regional do INCRA/PR devido recursos interpostos pela convenente (COTRARA). Por fim, após re-análise da prestação de contas (solicitada pela CGU) e prorrogação do prazo inicialmente estabelecido pelo TCU (Acórdão nº 1.623/2011 – 2ª Câmara), o processo foi tramitado com vistas ao Tribunal, chegando à SFC/TCU (último local que conseguimos rastrear) em 08/04/2011.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Dos três processos solicitados, dois já tinham seguido rumo ao TCU em data anterior ao Acórdão nº 37/2011. O Processo nº 54200.000307/2008-49 (Convênio CRT/PR nº 79.000/2004), que também teve esse encaminhamento no ano de 2010, mas que retornou em virtude de recurso interposto pela convenente (COTRARA), seguiu rumo ao</p>					

Tribunal no início de abril/2011, dentro do prazo estabelecido pelo Acórdão nº 1.623/2011 – 2ª Câmara.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Dos três processos reclamados pelo Tribunal de Contas da União, dois já tinham sido remetidos ainda no ano de 2010, sem maiores complicações. Quanto ao Processo nº 54200.000307/2008-49 (Convênio CRT/PR nº 79.000/2004), que se encontrava em re-análise das contas determinada pela CGU justamente na recepção do Acórdão nº 37/2011, fez-se necessário pleitear a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido pelo Tribunal, cujo deferimento veio através do Acórdão nº 1.623/2011 – TCU – 2ª Câmara.

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:			Código SIORG					
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA			1799					
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
2	000.719/2005-1				Ofício nº 73/2011-TCU/SECEX-PR			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG					
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ			4034					
Descrição da Deliberação:								
Em atenção ao Ofício/INCRA/SR(09) nº 153/11, informo que esta Superintendência deve providenciar os lançamentos necessários para dar baixa à responsabilidade dos envolvidos no presente processo, uma vez já exauridos os procedimentos por parte deste TCU na solução da lide.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação			Código SIORG					
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial								
Síntese da providência adotada:								
Colocação da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR na situação “Adimplente” e retirada do nome do ex-prefeito municipal – sr. Vicente José da Costa da situação “Diversos Responsáveis” no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, conforme solicitado pelo OFÍCIO nº 73/2011 – TCU/SECEX-PR. Confecção dos OF.INCRA/SR(09)TCE nºs. 16 e 17/2011 comunicando as providências requisitadas, destinados, respectivamente, aos senhores João Elinton Dutra (prefeito municipal de Laranjal/PR) e Vicente José da Costa (ex-prefeito municipal de Laranjal/PR). Dada a ausência do prefeito na cidade durante o período da viagem da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, o OF.INCRA/SR(09)TCE nº 16/2011 foi recepcionado na Secretaria de Administração da Prefeitura de Laranjal/PR, em 13/04/2011. Nesta mesma data, foi empreendida diligência com vistas a localizar o sr. Vicente José da Costa e/ou parentes que pudessem receber o OF.INCRA/SR(09)TCE nº 17/2011. Foi informado o								

seu falecimento e que não se tinha conhecimento do endereço de familiares e/ou pessoas próximas à família em Laranjal/PR e região.

Síntese dos resultados obtidos

Baixa da “Inadimplência” da Prefeitura de Laranjal/PR, retirada do nome de seu ex-prefeito – sr. Vicente José da Costa da situação “Diversos Responsáveis” no SIAFI, comunicação das providências em questão à Prefeitura Municipal através do OF.INCRA/SR(09)TCE nº 17/2011 e busca frustrada do sr. Vicente José da Costa e/ou familiares, para a comunicação dessas ações demandadas pelo OFÍCIO nº 73/2011 – TCU/SECEX-PR.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A baixa da “Inadimplência” da Prefeitura, do cadastro em “Diversos Responsáveis” do ex-prefeito e a entrega do ofício destinado ao atual prefeito de Laranjal/PR não tiveram obstáculos e ocorreram facilmente. Já a entrega do OF.INCRA/SR(09)TCE nº 17/2011 ao sr. Vicente José da Costa e/ou seus resultou frustrada, dado o seu falecimento e à não localização de parentes e/ou pessoas ligadas a família que pudessem recepcioná-lo.

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:			Código SIORG					
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA			1799					
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
3	021/984/2007-9	1164/2011	9.2		Ofício nº 234/2011-TCU/SECEX-PR			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG					
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ			4034					
Descrição da Deliberação:								
Cópia de Acórdão nº 1164/2011, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentaram, adotado por este Tribunal 2ª câmara de 22/02/2011, ao apreciar o processo de Tomada de Contas Especial nº (TC 021.984/2007-9), de responsabilidade do Sr. João Adolfo Schereiner, ex-prefeito, e do Município de Santa Maria do Oeste/PR, resultante da conversão de processos de representação no qual foi anunciada a este Tribunal a ocorrência de possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 36.000/2004 firmado com o INCRA/PR.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação			Código SIORG					
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial								
Síntese da providência adotada:								
Exclusão de responsabilidade dos senhores Celso Lisboa de Lacerda e Daniel Marques Moreira (servidores do INCRA) e aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, na Tomada de Contas Especial em questão. Inscrição do senhor João Adolfo Schereiner – ex-prefeito de Santa Maria do Oeste/PR, na conta contábil do SIAFI 112290300 – Desfalques ou Desvios (Diversos Responsáveis). Emissão e entrega do								

OF.INCRA/SR(09)TCE nº 18/2011 ao atual prefeito de Santa Maria do Oeste/PR – sr. Cláudio Leal, em 14/04/2011, repassando cópia do Acórdão nº 1.164/2011 – TCU – 2ª Câmara e comunicando as providências adotadas pelo INCRA/PR.

Síntese dos resultados obtidos

Pleno atendimento às solicitações do Acórdão nº 1.164/2011 – TCU – 2ª Câmara, baixando responsabilidade dos senhores Celso Lisboa de Lacerda e Daniel Marques Moreira, além da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste/PR (aprovação das contas). Inscrição em “Diversos Responsáveis” (SIAFI), do ex-prefeito municipal – sr. João Adolfo Schereiner.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As providências demandadas pelo TCU foram atendidas facilmente, sem obstáculos ou complicadores.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:		Código SIORG		
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799		

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	032.244/2011-8	11853/2011			Ofício nº 1538/2011-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034

Descrição da Deliberação:

Encaminha para conhecimento e adoção de medidas, cópia do acórdão nº 11853/2011, TCU 2ª Câmara de 06/12/2011, Ata nº 43/2011, Relação 30/2011, do Gabinete do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, ao apreciar o processo de tomada de contas especial nº (TC032.244/2011-8) autuado para apurar irregularidades no Convênio nº CTR/PR 15000/2003, firmado entre a Fundação da Universidade Federal do Paraná – Funpar e o INCRA-PR.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial	

Síntese da providência adotada:

Inadimplência da FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná suspensa, em atendimento à determinação do Acórdão nº 11.853/2011 – TCU – 2ª Câmara. O processo de Tomada de Contas Especial aberto para esta TCE encontra-se na SECEX/PR desde 06/12/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Inadimplência da conveniente suspensa, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houveram complicadores ou obstáculos dificultando o cumprimento da determinação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:		Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	018.877/2011-7	5453/2011			Of. Nº 984/2011-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ					4034
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 5453/2011, adotado por este TCU 2ª Câmara, de 02/08/2011, no processo de representação (TC 018.877/2011-7), Ata nº 27/2011, Relação 24/2011, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foi determinado ao INCRA/PR, que:					
<ul style="list-style-type: none"> a) No prazo de 60 dias, nos termos dos artigos 179 e 187 do Regimento Interno do TCU, se pronuncie quanto à ocorrência de acumulação ilegal de cargos descritos no § 7.2 da instrução desta Unidade Técnica. b) Adote, desde já, as providências previstas no art. 133 da Lei 8.112/90, nas situações em que ficar comprovada a ocorrência da irregularidade, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 dias, relatório conclusivo de todos os casos apurados. 					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Superintendência					
Síntese da providência adotada:					
Respondido através de MEMO/INCRA/SR(09)G/Nº 20 de 18/01/2012 com informações a respeito dos servidores citados e solicita esclarecimentos/orientações quanto a eventuais providências que sejam exigidas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada							
Denominação completa:		Código SIORG					
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA				1799			
Deliberações do TCU							
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
1	018.877/2011-7	5453/2011			Of. Nº 984/2011-TCU/SECEX-PR		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ				4034			
Descrição da Deliberação:							
Acórdão nº 5453/2011, adotado por este TCU 2ª Câmara, de 02/08/2011, no processo de representação (TC 018.877/2011-7), Ata nº 27/2011, Relação 24/2011, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foi determinado ao INCRA/PR, que: No prazo de 60 dias, nos termos dos artigos 179 e 187 do Regimento Interno do TCU, se pronuncie quanto à ocorrência de acumulação ilegal de cargos descritos no § 7.2 da instrução desta Unidade Técnica. Adote, desde já, as providências previstas no art. 133 da Lei 8.112/90, nas situações em que ficar comprovada a ocorrência da irregularidade, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 dias, relatório conclusivo de todos os casos apurados.							
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento							
Setor responsável pela implementação				Código SIORG			
Gabinete da Superintendência							
Justificativa para o seu não cumprimento:							
Dentro do prazo estabelecido pelo TCU, as providências demandadas estarão concluídas no ano de 2012.							
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor							

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (CGU)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	Of. Nº 18.059/2011-CGU-Regional/PR Of. Nº 18.495/2011-CGU-Regional/PR	3	Ofício		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
<p>Recomenda-se ao INCRA/PR que na formalização dos Convênios</p> <ul style="list-style-type: none"> atente para a caracterização suficiente e precisa de cada meta constante do Plano de Trabalho; estruture de forma detalhada o orçamento previsto para a consecução do objeto; delimite o cronograma de execução para as fases de cada meta; e proceda à celebração do Convênio somente quando dispuser de todas essas informações definidas. 					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Gabinete da Superintendência Regional					
Síntese da providência adotada:					
Encaminhamento para as Divisões da recomendação para conhecimento e adoção das medidas necessárias para a formalização de convênios desta Superintendência Regional.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aprovação das propostas de Convênios no SICONV, apenas após as peças técnicas (Projeto Básico/Termo de Referência), o Plano de Trabalho, os Cronogramas físico e de Desembolso estiverem de acordo com as recomendações exaradas pela CGU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O convênio que gerou a recomendação foi o primeiro de ATES (1427-4470). A falta na época de informações sobre procedimentos para convênios de ATES dificultou a elaboração deste primeiro.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA		1799			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	201103209-01	1	Nota de Auditoria		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ		4034			
Descrição da Recomendação:					
<p>1. Constatação: Ausência de indicação no preâmbulo do edital da Tomada de Preços nº 01/2011, o local, dia e hora para início da abertura dos envelopes.</p> <p>Fato: Verificou-se que a Unidade não informou no preâmbulo do edital da Tomada de Preços nº 01/2011, o local, dia e hora para início da abertura dos envelopes, havendo apenas menção quanto ao recebimento dos mesmos, fato que contraria o dispositivo no Art. 40, caput, da Lei 8666/1993.</p> <p>Recomendação: Recomenda-se que todos os editais de licitação expedidos contenham em seu preâmbulo os requisitos obrigatórios no Art. 40 da Lei 8666/1993.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento					
Síntese da providência adotada:					
O edital contido no processo físico da Tomada de Preços nº 01/2011 realmente não continha em seu preâmbulo os requisitos de local, dia e hora para o início da abertura dos envelopes. Porém, foi constatado que no edital da Tomada de Preços no sítio do Incra/PR o edital continha a informação obrigatória.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada														
Denominação completa:						Código SIORG								
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA						1799								
Recomendações do OCI														
Recomendações expedidas pelo OCI														
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria			Item do RA	Comunicação Expedida									
3	201103209-02			1	Nota de Auditoria									
Órgão/entidade objeto da recomendação						Código SIORG								
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ						4034								
Descrição da Recomendação:														
Fato: Verificou-se que as informações referentes a contratos ou outros instrumentos congêneres encontram-se desatualizados no SIASG. Segue exemplos:														
a) Data do fim da vigência do aditivo contratual não preenchida no SIASG – Campo “em branco”:														
Nº Contrato	Início Vigência	Fim Vigência	Fim Vigência Aditivo Contratual	CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Valor Inicial								
38000/2011	5/jul/11	4/jul/11	-	2395403000102	Máxima Serv. Esp. Ltda.	120.150,00								
41000/2010	5/jul/10	5/jul/11	-	7730256000101	Máxima Serv. Esp. Ltda.	47.053,56								
81000/2010	0/jan/00	21/nov/11	-	33530486000129	Agile Serv. Gerais Ltda. - Me	46.078,40								
88000/2010	27/dez/10	26/dez/11	-	7825063000126	Segplus – Sist. De Seg. Ltda.	131.499,84								
b) Valor do Contrato não preenchido no SIASG – campo “em branco”:														
Nº Contrato	Início Vigência	Fim Vigência	CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Valor Inicial	Valor Final								
18000/2011	5/abr/11	4/abr/12	7887866000105	Trivale Adm. Ltda.	0	0								
c) Valor de contato no SIASG diferente do valor informado na planilha encaminhada pelo INCRA/PR em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201103209-05:														
Nº Contrato	Início Vigênci a	Fim Vigênci a	CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Valor Inicial – SIASG	Valor Final – SIASG	Valor Inicial - Planilha	Valor Final - Planilha						
33000/2011	1/08/11	30/07/12	4624017000 170	Auto Mecânica Jorginho Ltda.	90.500,95	90.500,95	68.173,75	-						
41000/2010	5/07/11	5/07/11	7730256000 101	Máxima Serv. Esp. Ltda.	47.053,56	59.014,32	30.027,00	59.014,34						
96000/2010	27/12/10	27/12/11	5945216000 143	NC Turismo Ltda. ME	234.450,00	234.450,00	95.000,00	-						
d) Contratos com mais de um problema nos dados alimentados no SIASG, dentre eles, valor do contrato e do aditivo e/ou vigências (contrato e aditivo) diferentes do informado na planilha encaminhada pelo INCRA/PR em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201103209-05:														
Razão Social	CNPJ		CRT/Nº	Valor Cont.	Vigênci a	Venc.	Venc. Final	Dt. Aditivo	Valor Aditivo					
Lerner Engenharia	76.522.192/000 1-68		73.000/06	353.713,33	1/1/11	31/12/10	31/12/10	20/12/10	Sem Reajuste					
Imatec – Microfilmagem Ltda.	96.669.460/000 1-37		54.000/07	37.700,00	3/12/11	2/12/11	2/12/11	3/12/11	49.800,00					
Hot Swap Informatica	01.191.323/000 1-72		14.000/07	60.000,00	1/7/11	30/6/12	30/6/12	1/7/11	246,40					
Ticcolor Video Foto	77.986.321/000 1-31		28000/07	30.000,00	1/11/11	31/10/12	31/10/12	1/11/11	*					

Shael Papelaria	82.600.784/000 1-53	40.000/0 7	17.298,0 0	5/11/11	4/11/12	4/11/12	4/11/11	9.753,6 0
Netinst all	05.038.861/000 1-02	148.00/0 8	8.960,00	22/7/11	21/7/12	20/7/13	18/7/11	
EBCT – Correios	34.028.316/002 0-76	106.000/ 08	12.000,0 0	2/6/11	1/6/12	1/6/13	2/6/11	12.000, 00
Simpress Comércio Locação	07.432.517/000 1-07	60.000/0 9	44.300,0 0	14/12/1 0	13/12/1 4	13/12/1 4	-	-
Modern Service Locação mão de obra Ltda.	08.594.305/000 1-80	48.000/0 9	39.297,6 5	21/9/11	30/11/1 1	30/11/1 1	31/8/11	8.468,6 4
Planservice Terceirização de Serviços	04.970.088/000 1-25	59.000/1 1	855.138, 72	1/12/11	20/11/1 2	30/11/1 6	-	-

e) Ademais, observamos que diversos contratos, vigentes durante o exercício de 2011, não foram listados na planilha encaminhada pelo INCRA/PR em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201103209-05, conforme exemplos abaixo:

Nº Contrato	Início Vigência	Fim Vigência	CNPJ Fornecedor	Nome Fornecedor	Valor Inicial	Valor Final
10000/2010	24/2/10	23/2/11	2813119000109	Posto Oceano Ltda.	75.605,28	75.605,28
10100/2010	29/12/10	28/12/11	78708625000108	3 a rural engenharia s/s Ltda.	178.799,00	178.799,00
16000/2010	29/3/10	28/3/11	7516961000100	Posto Beira Rio Ltda.	45.023,76	45.023,76
23000/2010	17/3/10	16/5/11	7730256000101	Auto Posto Gralha Azul Ltda.	59.269,97	59.269,97
24000/2010	17/3/10	16/5/11	6251852000138	Algo Mais Comércio de Combustíveis Ltda.	13.008,60	13.008,60
40000/2010	7/7/10	6/7/11	4624017000170	Fattoria Santa Ângela Comércio de Café Ltda.	10.489,00	10.489,00
47000/2009	15/10/09	14/1/11	8594305000180	Visa pres. De serv. Em engenharia, meio amb. e reflorestamento Ltda.	689.637,99	689.637,99
52000/2010	29/7/10	29/11/13	8820802000150	Itautec S.A – Grupo Itautec	125.490,00	125.490,00
53000/2010	22/7/10	21/11/11	96669460000186	Capital Tec. e equipamentos Ltda.	33.730,00	33.730,00
54000/2010	2/8/10	1/8/11	10314416000138	Ampla Sul Service Ltda. – EPP	55.002,22	63.308,40
73000/2010	14/10/10	13/10/11	3767254000128	Malv do Br distribuição e importação Ltda.	115.566,62	115.566,62
99000/2010	29/12/10	28/12/11	3981373000189	VPC/BR Tec. Amb. e Urbanismo Ltda.	1.330.777,00	1.330.777,00

Recomendação:

Recomenda-se à Unidade que faça as correções necessárias para que as informações referentes a contratos ou outros instrumentos congêneres esteja, disponíveis e atualizados no SIASG.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração	
Síntese da providência adotada:	

Encaminhamento para os Serviços Gerais – SR(09)A2, para que os servidores responsáveis pelo lançamento dos dados no SIASG verifiquem as inconsistências encontradas.

Síntese dos resultados obtidos

Nos esclarecimentos encaminhados pelos servidores responsáveis, fica evidenciado que dados sobre o final da vigência de termos aditivos embora constem no SIASG, não apareceram no relatório do SIASG/COMPRASNET. E a falta de alguns valores de contratos ou inconsistências encontradas nos valores de contratos no SIASG foram verificadas pelo Serviço, as inconsistências foram corrigidas e as informações necessárias prestadas ao Órgão de Controle.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201103209-03	1	Nota de Auditoria
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ			4034
Descrição da Recomendação:			
Fato: Verificou-se que o INCRA/PR não mantém em seu sítio eletrônico página denominada Transparência Pública Federal, para divulgação de dados e informações relativas à sua execução orçamentária e financeira, para fins de controle social. As páginas de Transparência Pública dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, estão previstos no Decreto nº 5.482, de 30 de Junho de 2005 e na Portaria Interministerial nº 140, de 16 de Março de 2006, tendo por conteúdo mínimo informações sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias.			
Recomendação: Recomenda-se à Unidade a implantação em seu sítio eletrônico de sua Página de Transparência Pública, nos moldes da legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Planejamento e Controle – Núcleo de Tecnologia da Informação			
Síntese da providência adotada:			
Encaminhada Nota de Auditoria 201103209-03 para a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Incra/Sede – DET, em Brasília, considerando que as alterações no sítio do INCRA e da Regional dependem da DET.			
Síntese dos resultados obtidos			
A DET, na atualização do Portal do Incra, inclui o link da Transparência Pública Federal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O desconhecimento de tal sítio e a confusão com o Portal da Transparência.			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Descrição da Recomendação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não ocorreu no período.

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria da Gestão N° 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.2
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná
Descrição da Recomendação	1.1.2 Em análise ao processo administrativo nº 54200.000226/2010-63, que tratou da inexigibilidade visando a Prestação de serviços de monitoramento eletrônico, via linha física telefônica e via ondas de rádio na U.A. Laranjeiras , foi verificado a ausência de consulta ao SICAF por ocasião da emissão de Nota de Empenho e assinatura do Contrato, estando, entretanto, os autos devidamente formalizado e constituído das demais peças exigíveis nos termos da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
As certidões estavam válidas quando da assinatura do Termo de Inexigibilidade, em 02/02/2010. Não foram efetuadas novas consultas para a emissão dos empenhos, em 03/02/2010, e assinatura do Contrato, em 08/02/2010, pela proximidade das datas e por não ser um procedimento habitual nesta Superintendência, prática essa que será adotada nas próximas contratações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Adoção das práticas recomendadas pela Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria da Gestão N° 15/2011

Data do Relatório de Auditoria	29/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.3
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
Descrição da Recomendação	<p>Em análise ao processo administrativo nº 54200.001580/2010-13, que tratou da inexigibilidade visando a Prestação de serviços de Manutenção em Equipamentos rastreadores de equipamentos de satélite, foi verificado a ausência de consulta ao SICAF por ocasião da emissão de Nota de Empenho e assinatura do Contrato, estando, entretanto, os autos devidamente formalizado e constituído das demais peças exigíveis nos termos da Lei nº 8.666/93.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi esclarecido que não houve formalização de Contrato, tendo em vista que a despesa foi liquidada em pagamento único. As certidões obrigatórias foram consultadas quando da análise jurídica da inexigibilidade, quando da liquidação da despesa e seu consequente pagamento. Não foram efetuadas novas consultas para a emissão dos empenhos, pela proximidade das datas e por não ser um procedimento habitual nesta Superintendência, prática essa que será adotada nas próximas contratações.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Adoção das práticas recomendadas pela Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria de Gestão nº 015/2011.
Data do Relatório de Auditoria	04/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.6
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
Descrição da Recomendação	

	Em análise ao processo administrativo nº 54200.003014/2010-38 que tratou da licitação na modalidade Pregão Eletrônico visando a Aquisição de Licenças de Programas Computacionais e Capacitação de Servidores nas Atividades de Geoprocessamento junto às empresas Imagem Geosistemas e Comércio Ltda, e União Brasil Informática e Projetos para Construções Ltda. , ambas vencedoras do certame, foi verificado as seguintes irregularidades: Ausência de aprovação do Projeto Básico e ausência de autorização para a realização da licitação pela autoridade competente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
Foi esclarecido de que a aprovação do Projeto Básico e a Autorização para a deflagração do processo licitatório encontram-se no DE ACORDO do Senhor Superintendente, às fls 58 verso do processo administrativo em questão, cópia anexada ao Plano de Providências Permanente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria de Gestão nº 015/2011.
Data do Relatório de Auditoria	04/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.7
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
Descrição da Recomendação	Em análise ao processo administrativo nº 54200.000284/2009-53 que tratou da modalidade Convite visando o Fornecimento de Combustíveis, óleos lubrificantes, lavagens e lubrificação de viaturas junto a empresa J. Pegoraro & Cia Ltda. , vencedora do certame, foi verificado as seguintes irregularidades: Ausência de consulta ao SICAF por ocasião da emissão da nota de empenho e assinatura do Contrato, ausência de cópia do extrato publicado no DOU, ausência de rubricas na numeração sequencial de

	fls. 146 a 159 dos autos. Convém registrar, finalmente, que as Notas de Empenho insertas às fls. 146, 147 e 148 dos autos, não correspondem aos empenhos do Contrato firmado com a empresa Pegoraro & Cia Ltda.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi esclarecido de que as certidões encontravam-se válidas quando do julgamento do Convite, em 06/04/2009, não sendo efetuadas novas consultas para a emissão dos empenhos, em 09/04/2009 e, assinatura do Contrato, em 27/04/2009, pela proximidade das datas e por não ser um procedimento habitual nesta Superintendência, prática essa que será adotada nas próximas contratações. A cópia do extrato do DOU foi anexada ao final do processo, tendo em vista que a mesma não foi anexada após o lançamento no SICON. As fls 146, 147 e 148 foram retiradas do processo por não fazerem parte do mesmo, bem como procedemos a renumeração do processo com as devidas rubricas.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Adoção das práticas recomendadas pela Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria de Gestão nº 015/2011.
Data do Relatório de Auditoria	04/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.8
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
Descrição da Recomendação	<p>Em análise ao processo administrativo nº 54200.000152/2010-65 que tratou da concessão de Suprimento de Fundos ao servidor Plínio Valfredo Rodrigues de Moura, foi verificado que a SR-09/PR adotou a rotina de lançamento dos dados e informações (comprovantes das despesas) dos gastos realizados, no módulo SCP – Sistema de Cartão de Pagamento, no site do COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br), não sendo detectadas nos autos do processo analisado, situações que pudessem comprometer a integralidade do mesmo, entretanto foi detectada a ausência de data nos atestos nos recibos conforme verificado às fls. 15 a 18, fls 152 a 157, fls 244 e 245, fls 261 a 264 dos autos e finalmente ausência de</p>

	assinatura do suprido na proposta de concessão de suprimento de fundos conforme verificado às fls. 57, 86, 122, 146, 167, 198, 226 e 283 dos autos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
Foram efetuadas as assinaturas faltantes do suprido na Proposta e Concessão de Suprimento de Fundos, bem como os atestos nos recibos foram providenciados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Adoção das práticas recomendadas pela Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria de Gestão nº 015/2011.
Data do Relatório de Auditoria	04/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	2.1.4
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/Nº 333
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARANÁ
Descrição da Recomendação	2.1.4 Em análise ao processo administrativo nº 54200.001751/2008-81 , que tratou do Convênio celebrado com o Instituto de Terras e Geociências do Estado do Paraná – ITCG, tendo como objeto a Regularização Fundiária da Situação Dominial de Imóveis Públicos Ocupados irregularmente por Famílias de Pequenos e Médios Agricultores Familiares , bem como a Elaboração do Cadastro Gráfico Digital, no Estado do Paraná , foi detectado irregularidade na liberação de recursos financeiros referente à 1a. Parcela sem a devida autorização do gestor, em face da existência de pendências do conveniente junto ao CAUC, ou seja, não identificamos expressa autorização do gestor para a liberação dos recursos. Foi detectada ainda a ausência de relatórios de fiscalização e acompanhamento do objeto pactuado, bem como a inexistência de prestação de contas referente à 1a. Parcela liberada; <u>Considerando as alterações produzidas nas respectivas Cláusula Primeira – Do Objeto, Cláusula Quarta – Dos Recursos e da Dotação Orçamentária, Cláusula Quinta – Da Liberação e Aplicação dos Recursos e Cláusula Sexta – da Vigência</u> , todas consignadas no 1º Termo Aditivo, bem como os efeitos produzidos pela assinatura do 2º Termo Aditivo ao Convênio, e no intuito de salvaguardar os interesses da Autarquia, nos objetivos a serem alcançados conforme os termos pactuados, RECOMENDAMOS à SR-09/PR para que

	proceda a devida e efetiva fiscalização e acompanhamento do termo conveniado e respectivos aditivos, sobretudo naqueles que produzam peças técnicas requeridas, em especial ao que se refere à regularização fundiária, cadastro rural, georreferenciamento dos imóveis rurais e cadastro gráfico digital, cujos elementos serão peças indispensáveis por ocasião da prestação de contas parciais e final do instrumento de convênio pactuado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	
Síntese das providências adotadas	
Foram encaminhados os seguintes esclarecimentos. - autorização para pagamento em despacho de próprio punho da Superintendente Regional no dia 25/11/2008, fls. 700 do processo administrativo nº 54200.001751/2008-81 . - Relatório de Execução/Fiscalização de 22/03/2011, inserido no processo às fls. 903 a 913; - solicitação para apresentação de prestação de contas enviada por meio do ofício SR(09)G / N° 3320 de 14/06/2011. - A fiscalização e o acompanhamento do Processo administrativo estão sendo realizados, sendo que o processo está em prestação de contas parcial.	
Síntese dos resultados obtidos	
Adoção das práticas recomendadas pela Auditoria Interna.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Não ocorreu no período.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR					
Denominação completa (UJ)		Código da UG			
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Paraná		373067			
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.					
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.					
Local	Curitiba/PR	Data	31/12/2011		
Contador Responsável	IZAURA DE PAULA VILELA Técnico em Contabilidade	CRC nº	CRC/PR nº 19.538		

17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas²⁵, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

²⁵Tendo em vista a consolidação contábil a ser realizada pela Sede, reunindo informações de todas as suas unidades regionais, as Notas explicativas dos demonstrativos exigidos pela Lei nº 4.320/64 constarão da Unidade Central do INCRA, em Brasília.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2011	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
02/03/2012	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	89.044,06	34.420,69	DESPESAS CORRENTES	19.088.060,08	16.813.663,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.044,06	34.420,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.451,88	23.606,23
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.941.846,80	16.648.907,16
DEDUICOES DA RECEITA	-1.092,42	-31,50	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	6.872.045,92	7.500.788,96
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	19.634.643,70	16.617.525,04	OUTRAS DESPESAS	12.069.800,88	9.148.118,20
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	17.774.841,22	15.533.372,19	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	116.761,40	141.149,89
SUB-REPASSE RECEBIDO	17.774.841,22	15.533.372,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.761,40	141.149,89
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	17.774.841,22	15.533.372,19	DESPESAS DE CAPITAL	17.890.635,16	20.675.110,64
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.859.802,48	1.084.152,85	INVESTIMENTOS	2.838.048,29	3.797.092,43
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.857.617,64	1.084.089,85	INVERSOES FINANCEIRAS	15.052.586,87	16.878.018,21
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.857.617,64	1.084.089,85	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	987.936,48	1.758.252,19
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.184,84	63,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	987.936,48	1.758.252,19
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	62.212.567,06	68.415.851,94	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	897.800,00	1.723.800,00
VALORES EM CIRCULACAO	18.445.405,33	20.795.080,28	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	380.200,00	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.445.405,33	20.787.600,41	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	517.600,00	1.723.800,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	7.479,87	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	90.136,48	34.452,19
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	22.324.852,24	29.189.311,77	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	43.968.530,68	45.820.740,06
FORNECEDORES	0,00	342.000,00	VALORES EM CIRCULACAO	21.814.893,31	18.445.405,33
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	0,00	342.000,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	21.814.893,31	18.445.405,33
RESTOS A PAGAR	22.324.852,24	28.847.205,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.444.833,62	20.795.439,43
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	21.812.406,27	18.102.727,83	FORNECEDORES	342.000,00	994,00
CANCELADO	512.445,97	10.744.478,15	DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	994,00
VALORES EM TRANSITO	0,00	105,79	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	342.000,00	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	21.442.309,49	18.431.459,89	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	18.102.727,83	20.794.445,43
INCOPORACAO DE DIREITOS	21.441.833,46	18.429.136,95	VALORES EM TRANSITO	105,79	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	21.441.833,46	18.429.136,95	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	3.708.803,75	6.579.895,30
DESINCOPORACAO DE OBRIGACOES	476,03	2.322,94	BAIXA DE DIREITOS	3.708.803,75	6.572.415,43
EXERCICIOS ANTERIORES	476,03	2.322,94	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.708.803,75	6.572.415,43
			AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	7.479,87
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	7.479,87
INGRESSOS	81.935.162,40	85.067.766,17	DISPENDIOS	81.935.162,40	85.067.766,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09		2011	DEZ(FECHADO)	
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			02/03/2012	1	
ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	21.814.893,31	18.445.405,33	PASSIVO FINANCEIRO	21.812.406,27	18.444.833,62
CREDITOS EM CIRCULACAO	21.814.893,31	18.445.405,33	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	21.812.406,27	18.444.833,62
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	373.059,85	16.268,38	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	342.000,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	21.441.833,46	18.429.136,95	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.130.690.153,36	1.113.453.028,29	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	0,00	342.000,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	136.241,48	4.412.202,43	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	21.812.406,27	18.102.727,83
CREDITOS EM CIRCULACAO	21.226,96	4.311.974,82	A LIQUIDAR	21.812.406,27	18.102.727,83
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-21.441.833,46	-18.429.136,95	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00	105,79
DIVERSOS RESPONSAVEIS	12.977.230,79	17.436.743,61	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-21.809.743,92	-18.102.727,83
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.485.829,63	5.304.368,16	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-21.809.743,92	-18.102.727,83
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	115.014,52	100.227,61	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ESTOQUES	115.014,52	100.227,61	OUTROS DEBITOS A PAGAR	2.662,35	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.102.963.532,97	1.087.784.426,84	RETIFICAÇÃO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-21.812.406,27	-18.102.727,83
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.102.963.532,97	1.087.784.426,84	PASSIVO REAL	2.662,35	342.105,79
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	139.646.354,79	125.910.954,79	PATRIMONIO LIQUIDO	1.152.502.384,32	1.131.556.327,83
CREDITOS A RECEBER	963.317.178,18	961.873.472,05	PATRIMONIO/CAPITAL	1.131.556.327,83	1.026.787.251,15
PERMANENTE	27.590.378,91	21.256.399,02	PATRIMONIO	1.131.556.327,83	1.026.787.251,15
IMOBILIZADO	26.898.936,81	21.256.399,02	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.539,15	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	27.007.763,80	21.297.649,19	RESULTADO DO PERIODO	20.935.517,34	104.769.076,68
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-108.826,99	-41.250,17	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.152.505.046,67	1.131.898.433,62
INTANGIVEL	691.442,10	0,00	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.131.569.529,33	-1.027.129.356,94
ATIVO REAL	1.152.505.046,67	1.131.898.433,62			
ATIVO COMPENSADO	101.725.451,28	100.164.247,01	PASSIVO COMPENSADO	101.725.451,28	100.164.247,01
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	101.725.451,28	100.164.247,01	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	101.725.451,28	100.164.247,01
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	61.953,64	61.953,64	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	61.953,64	61.953,64
GARANTIAS DE VALORES	351.543,39	288.495,28	VALORES EM GARANTIA	351.543,39	288.495,28
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	86.942.573,16	95.175.346,29	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	86.942.573,16	95.175.346,29
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.706.645,24	4.455.391,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.706.645,24	4.455.391,00
OUTRAS COMPENSACOES	7.662.735,85	183.060,80	COMPENSACOES DIVERSAS	7.662.735,85	183.060,80
ATIVO	1.254.230.497,95	1.232.062.680,63	PASSIVO	1.254.230.497,95	1.232.062.680,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS					EXERCICIO	MES		
SUBTITULO	373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09					EMISSAO	PAGINA		
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO					02/03/2012	1		
RECEITA						DESPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTO DESPESSAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCI OUTRAS DESPESSAS CORREN DESPESSAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSOES FINANCEIRAS	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	37.168.115,58 19.277.367,14 29.451,88 19.247.915,26 17.890.748,44 2.838.048,29 15.052.700,15	36.978.695,24 19.088.060,08 29.451,88 19.058.608,20 17.890.635,16 2.838.048,29 15.052.586,87	189.420,34 189.307,06 0,00 189.307,06 113,28 0,00 113,28
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	37.168.115,58	36.978.695,24	189.420,34
TOTAL					TOTAL	0,00	37.168.115,58	36.978.695,24	189.420,34
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	36.978.695,24	-36.978.695,24	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	36.978.695,24	-36.978.695,24	TOTAL GERAL	0,00	37.168.115,58	36.978.695,24	189.420,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES	
SUBTITULO	373067/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO PARANA-INCRA/SR-09		2011	DEZ(FECHADO)	
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		EMISSAO	PAGINA	
			02/03/2012	1	
VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	51.456.671,09	41.486.275,79	ORCAMENTARIAS	37.019.359,62	37.708.371,81
RECEITAS CORRENTES	89.044,06	34.420,69	DESPESAS CORRENTES	19.088.060,08	16.813.663,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.044,06	34.420,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.451,88	23.606,23
DEDUÇOES DA RECEITA	-1.092,42	-31,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.941.846,80	16.648.907,16
INTERFERENCIAS ATIVAS	17.774.841,22	15.533.372,19	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	116.761,40	141.149,89
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.774.841,22	15.533.372,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.761,40	141.149,89
SUB-REPASSE RECEBIDO	17.774.841,22	15.533.372,19	DESPESAS DE CAPITAL	17.890.635,16	20.675.110,64
MUTACOES ATIVAS	33.593.878,23	25.918.514,41	INVESTIMENTOS	2.838.048,29	3.797.092,43
INCORPORACOES DE ATIVOS	14.643.762,44	8.648.099,55	MUTACOES PASSIVAS	15.052.586,87	16.878.018,21
AQUISICOES DE BENS	8.606.056,02	1.532.450,36	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	40.664,38	219.597,89
INCORPORACAO DE CREDITOS	6.037.706,42	7.115.649,19	LIQUIDACAO DE CREDITOS	40.664,38	219.597,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	18.950.115,79	17.270.414,86	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	40.664,38	219.597,89
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	57.288.519,83	232.752.424,87	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	50.790.313,96	131.761.252,17
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.888.008,05	81.138.731,11	INTERFERENCIAS PASSIVAS	987.936,48	1.768.738,10
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	28.205,57	80.054.578,26	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	10.485,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.857.617,64	1.084.089,85	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	897.800,00	1.723.800,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	2.184,84	63,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	90.136,48	34.452,19
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	55.400.511,78	151.613.693,76	ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	49.802.377,48	129.992.514,07
INCORPORACOES DE ATIVOS	54.887.589,78	140.866.892,67	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	33.185.634,56	109.922.301,59
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	731.178,44	BAIXA DE BENS IMOVEIS	405.727,07	669.375,10
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	19.691,72	142.650,12	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.227.797,47	953.040,26
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	691.442,10	0,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00	82.229.185,38
INCORPORACAO DE DIREITOS	54.176.455,96	139.993.064,11	BAIXA DE DIREITOS	31.552.110,02	26.070.700,85
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	512.922,00	10.746.801,09	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	78.115,97	100.600,15
DEFICIT			DEVALORIZACAO DE BENS	0,00	59.349,98
			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	78.115,97	41.250,17
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	15.243.099,70	19.962.132,46
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.295.527,25	7.479,87

			AJUSTES FINANCEIROS	0,00	7.479,87
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	1.295.527,25	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	20.935.517,34	104.769.076,68
			SUPERAVIT	20.935.517,34	104.769.076,68
VARIACOES ATIVAS	108.745.190,92	274.238.700,66	VARIACOES PASSIVAS	108.745.190,92	274.238.700,66

**Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão –
Superintendências Regionais do INCRA**

18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.^º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.^º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

Não ocorreu no período.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Não houve cancelamento de matrículas, considerando que não houve decisão judicial para tanto.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

- 906.085.017.388-0, o interessado suposto proprietário, não comprovou a existência do imóvel, que encontra-se superposta a imóveis regulares. Foi encaminhado Ofício ao Delegado de Polícia Federal de Guaíra, em 02/03/2010.
- 706.043.281.654-9, conforme parecer da AGU, o processo em análise cujo imóvel abrange 128 Matrículas/Transcrições, onde não foi possível detectar a origem de todos registros, face a deterioração ou outras falhas insuperáveis, o que inviabilizou uma declaração de regularidade dominial. Assim, o mesmo foi enviado ao Serviço de Cartografia em, 24/01/2003, com vistas ao Georreferenciamento.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

- 705012.010618-2, 10.023,0 hectares, Adrianópolis, Luiz Alves Ribeiro, cadastro cancelado por não apresentar os documentos exigidos para comprovação regular.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

- 702013.265098-1, 50.094,0 hectares, Antonina, Lafayete Luis Chandelier, Encaminhado Ofício à Procuradoria do Estado do Paraná, sem resposta quanto ao ajuizamento de Ação Discriminatória ou cancelamento da Transcrição 855 livro 3-B da 6ª Circunscrição de Imóvel de Curitiba.

23 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no §3º do artigo 4º da DN/TCU/Nº 108/2010.

Forma de escolha do parceiro: A escolha da Fundação Terra como parceira foi embasada no Art. 23 do Decreto nº 3.100/99, que facilita a Administração Pública realizar concurso de projetos para obtenção de serviços, consultorias, cooperação técnica e assessoria e na Orientação Normativa da AGU nº 29/2010, que impõe à Administração o dever de motivar a escolha feita, no caso de não ser realizado concurso, conforme parecer técnico do assegurador do Termo de Parceria, datado de 25/10/2010, fls. 215-219 do Processo Administrativo 54200.002028/2010-34.

A justificativa da escolha da parceira foi motivada pelo vasto conhecimento da entidade nas ações de assessoria técnica social e ambiental, atuando juntamente com o Instituto Emater em todo o Estado, especificamente em áreas de assentamento, realizando o levantamento das demandas específicas no âmbito das agroindústrias e por ser dispor em entender uma necessidade apontada há muito pelos assentados da reforma agrária no Paraná.

Esta situação foi considerada também por não estar implantando no estado do Paraná o Conselho de Política Pública para tratar desta questão e, em vista do contido no art. 10 da lei 9.790/99, parágrafo segundo: “*caso não exista conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, o órgão estatal parceiro fica dispensado de realizar a consulta, não podendo haver substituição por outro conselho*”.

Execução do cronograma físico-financeiro:

As metas do cronograma físico-financeiro seguem a seguir:

Número da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	1. Assessoramento especializado com vistas ao diagnóstico das potencialidades de processamento de produtos agrícolas, assim como, análise de pré-viabilidade de projetos de constituição de unidades agroindustriais e processos de comercialização, avaliando conjuntamente com o público-alvo a existência das pré-condições para sua sustentabilidade econômica, social e ambiental e definindo a taxa de retorno possível para o investimento;	R\$ 15.828,14	22/11/10	30/04/11
2	2. Assessoria especializada juntos aos gestores e operadores do empreendimento para as unidades agroindustriais e de comercialização em implantação e agroindustrias em funcionamento, de processo de controle de qualidade das matérias primas e da produção; planejamento da produção com vistas ao processamento e comercialização de produtos agrícolas, incluindo as ações de gestão e desenvolvimento do plano de marketing, envolvendo embalagens, rotulagens, construção de marcas e estratégias promocionais adequadas para cada mercado potencial, propiciando aos operadores a vivência necessária para a construção de conhecimentos operacionais;	R\$ 2.771.550,62	01/03/11	30/06/12
3	3. Assessoria especializada junto aos gestores e operadores dos empreendimentos na gestão administrativa, econômico-financeira, jurídica e ambiental do empreendimento. buscando definir metodologia de acompanhamento às agroindústrias familiares com responsabilidade técnica em espaço permanente de aprendizagem.	R\$ 50.000,00	01/04/11	30/06/12

As etapas da Meta 1:

Número da Etapa	Especificação	Valor Texto (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	Formação de equipes coordenadora e executora do projeto, conhecimento do processo de agroindustrialização e concepção da ação Terra Sol. (Publicação; Passagem; Dária; Exame)	R\$ 6.064,80	22/11/10	30/03/11
2	Mapeamento e definição dos projetos a serem desenvolvidos e apoio as unidades já em funcionamento. (Diária)	R\$ 2.640,00	01/03/11	30/04/11
3	Conhecimento da demanda da Ação Terra Sol e diagnóstico da situação da agroindustrialização e comercialização dos produtos de origem animal e vegetal. (Combustível; Diária;	R\$ 7.123,34	01/04/11	30/04/11

As etapas da Meta 2:

Número da Etapa	Especificação	Valor Texto (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	4. Acompanhamento e assessoramento dos Empreendimentos Agroindustriais já em funcionamento e em processo de implantação; e Acompanhamento dos Empreendimentos Agroindustriais implantados e em implantação pelo projeto. (Salários; Encargos; Combustível; Diária; M.Expediente; Passagem; Publicação; Laboratório; A.Contábil; A.Jurídica; A.Técnica)	R\$ 2.750.550,62	01/03/11	30/06/12
2	5. Auditoria Externa: Lei 9.790/99 art. 04; e Decreto 3.100/1999, art. 19.	R\$ 21.000,00	01/04/12	30/06/12

As etapas da Meta 3:

Número da Etapa	Especificação	Valor Texto (R\$)	Data de Início	Data de Término
1	6.Módulo II: Cursos de Qualificação de 24 horas (Combustível; Diária; M.Expediente; Passagem; e demais custeios absorvido pelas atividades da Meta 02 e das Cooperativas);	R\$ 45.000,00	01/04/11	30/06/12
2	6.Módulo I: Capacitações de curta duração (Reuniões, Excursões, Encontros). (Combustível; e demais custeios absorvidos pelas atividades da Meta 02 e das Cooperativas);	R\$ 5.000,00	01/05/11	11/02/12

Resultados da parceria:

Espera-se que ao final da parceria, os gestores das 14 agroindústrias estejam capacitados a gerir e administrar os empreendimentos. Além disso, espera-se que todas as agroindústrias estejam com os seus procedimentos técnicos, administrativos e financeiros estejam estabelecidos em cada uma das agroindústrias.

19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

As principais dificuldades decorrem da capacidade operacional reduzida em algumas áreas, principalmente na Divisão de Gestão Administrativa, no Serviço de Contabilidade, com a aposentadoria de dois técnicos em contabilidade e nos Serviços Gerais, cuja principal atividade tem sido a gestão e fiscalização dos contratos para a Manutenção da Sede e das Unidades Avançadas. Uma das ações da atual gestão é a de contingenciar os gastos com as despesas contratuais de serviços, principalmente da área de Tecnologia da Informação.

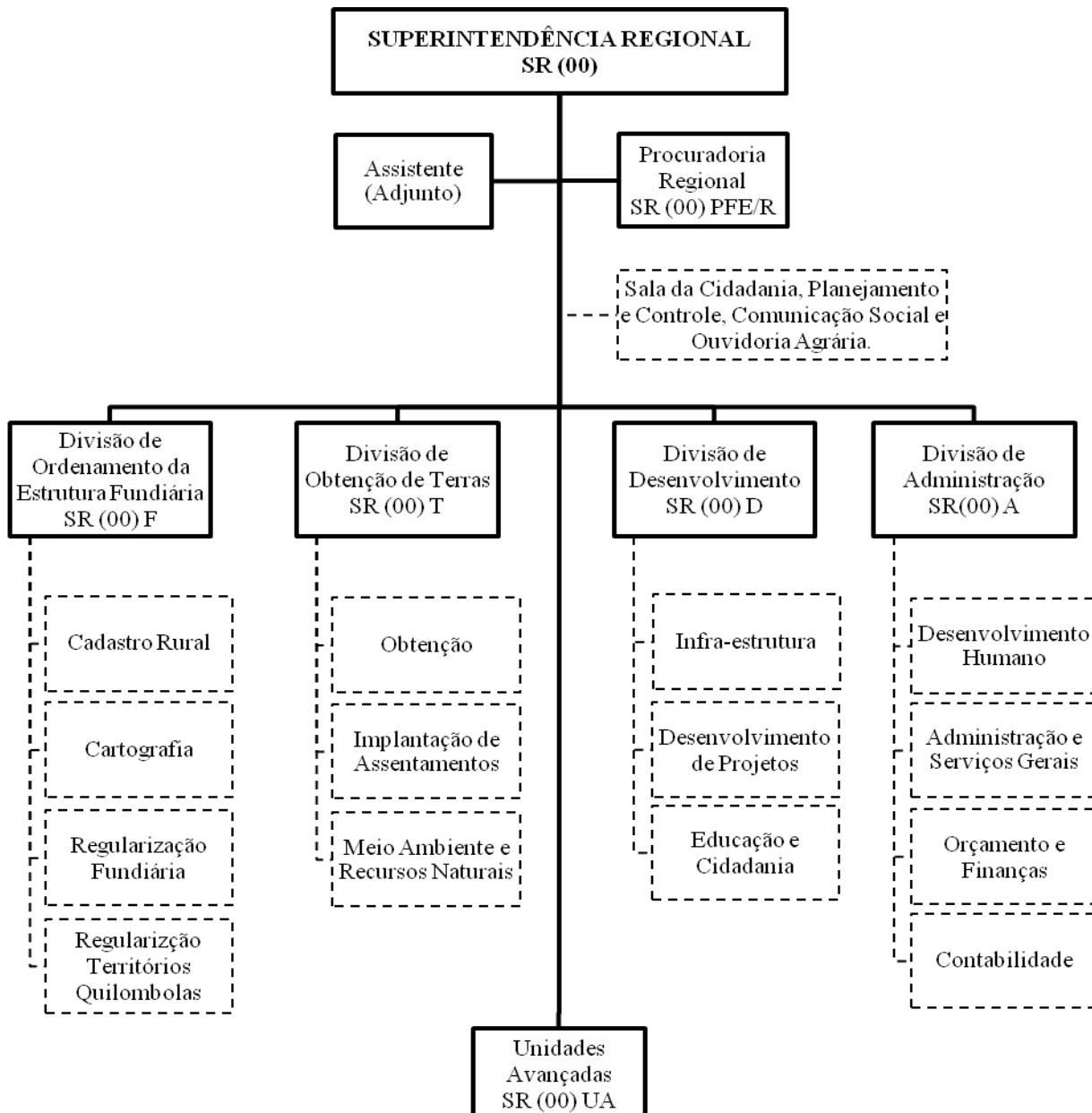
ANEXOS

I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006.

II – Relatório SIPRA, famílias assentadas em 2011, Programa 0135-Ação 8384.

III – Famílias atendidas com Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, Programa 1427 – Ação 4470.

**Anexo I - Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de
27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006**



A estrutura organizacional do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** apresentada através do organograma acima foi definida através dos **Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006** e **Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006**, sendo esses normativos alterados pelo **Decreto nº 6.812 de 3/4/2009** e **Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece

desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;

Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e

tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a

promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente

liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a

participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.



Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2011 Até 31/12/2011

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)									
PR0007000	PA SERRANO	CLEVELANDIA	1.984	127	-	1	-	-	1
PR0013000	PA NHUNDIAQUARA	MORRETES	1.986	145	1	-	-	-	2
PR0017000	PA VITÓRIA DA UNIÃO DO PARANÁ	MANGUEIRINHA	1.986	373	-	-	-	-	1
PR0022000	PA JACIRETÁ	RENASCENCA	1.987	79	-	-	-	1	-
PR0026000	PA VASTO HORIZONTE	TIBAGI	1.987	26	-	-	-	1	-
PR0028000	PA FAZENDA PERSEVERANÇA	MARMELEIRO	1.987	34	-	-	-	1	2
PR0029000	PA SANTA MADALENA	WENCESLAU BRAZ	1.987	18	-	-	-	-	1
PR0069000	PA BOM RETIRO BUTIA	PALMAS	1.992	73	-	-	-	1	-
PR0086000	PA MODELO	IBAITI	1.994	114	-	-	-	1	5
PR0095000	PA MATIDA	JUNDIAI DO SUL	1.995	83	1	-	-	-	1
PR0118000	PA PONTAL DO TIGRE	QUERENCIA DO NORTE	1.995	359	-	-	-	-	1
PR0121000	PA MANDAÇAIA	TAMARANA	1.996	30	-	-	-	-	2
PR0129000	PA LIBERTAÇÃO CAMPONESA	ORTIGUEIRA	1.996	380	-	-	-	-	4
PR0132000	PA UNIÃO CAMPONESA	TAMARANA	1.997	27	-	-	-	-	1
PR0134000	PA IRENO ALVES DOS SANTOS	RIO BONITO DO IGUACU	1.997	934	1	2	3	3	9
PR0140000	PA BELA MANHÃ	PALMITAL	1.997	160	-	1	-	-	1
PR0141000	PA COLINA VERDE	GENERAL CARNEIRO	1.997	60	-	-	-	-	1
PR0144000	PA QUEBRA-BRAÇO	RENASCENCA	1.997	22	-	-	-	-	1
PR0157000	PA ERNESTO CHE GUEVARA	TEIXEIRA SOARES	1.997	110	-	-	-	1	-
PR0164000	PA TRÊS BARRAS	FAXINAL	1.998	36	-	-	-	-	1
PR0165000	PA PAULO FREIRE	SAO JERONIMO DA SERRA	1.998	72	-	-	-	1	-
PR0174000	PA ESTRELA DO MEIO	CORONEL DOMINGOS SOARES	1.998	20	-	-	-	-	3
PR0179000	PA MARCOS FREIRE	RIO BONITO DO IGUACU	1.998	578	-	1	3	1	5
PR0194000	PA JANGADINHA	CASCAVEL	1.998	31	-	-	-	1	-
PR0207000	PA EDUARDO RADUAN	MARMELEIRO	1.998	436	-	1	2	9	12
PR0212000	PA SÃO PAULO	TERRA RICA	1.998	17	1	-	-	1	2
PR0213000	PA MÃE DE DEUS	JARDIM OLINDA	1.999	53	-	-	-	-	1



Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2011 Até 31/12/2011

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre					Total
					I	II	III	IV		
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)										
PR0220000	PA ARIXIGUANA	SAO JERONIMO DA SERRA	1.999	26	1	-	-	1	-	2
PR0225000	PA JOSÉ GOMES DA SILVA	FERNANDES PINHEIRO	1.999	16	-	-	-	1	-	1
PR0228000	PA RANCHO ALEGRE	TIBAGI	1.999	15	-	-	-	1	-	1
PR0229000	PA ROSELI NUNES	SAO JERONIMO DA SERRA	1.999	19	1	-	-	2	-	3
PR0231000	PA LUZ	LUZIANA	1.999	24	-	-	1	-	-	1
PR0232000	PA ILDO LUIZ PERRUZO	SANTA MONICA	1.999	37	-	-	-	-	1	1
PR0233000	PA CRETAN	SAO JERONIMO DA SERRA	1.999	18	-	-	-	2	-	2
PR0235000	PA ROSA	GUARAPUAVA	1.999	32	-	-	-	2	2	4
PR0242000	PA NOVO MUNDO	MAUA DA SERRA	1.999	64	-	-	-	-	1	1
PR0253000	PA VIDA NOVA	TERRA RICA	1.999	25	-	-	-	-	1	1
PR0259000	PA CONTESTADO	LAPA	2.000	110	-	-	-	19	4	23
PR0261000	PA NOVA ITAÚNA	MANOEL RIBAS	1.999	120	-	2	-	-	1	3
PR0264000	PA 8 DE JUNHO	LARANJEIRAS DO SUL	2.000	74	-	-	-	-	3	3
PR0268000	PA DORCELINA FOLADOR	ARAPONGAS	2.000	94	1	-	-	1	-	2
PR0272000	PA SUMATRA	PLANALTINA DO PARANA	1.999	45	-	-	1	-	-	1
PR0277000	PA JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS	NOVA CANTU	2.000	58	1	-	-	-	-	1
PR0279000	PA MARGEM DO IRATIM	PALMAS	2.000	57	-	-	-	2	5	7
PR0280000	PA PARAISO DO SUL	PALMAS	2.000	58	-	-	-	3	6	9
PR0281000	PA SÃO LOURENÇO	PALMAS	2.000	58	1	-	-	1	5	7
PR0283000	PA COM CULTIVO DE ESPECIES FLORESTAIS CELSO FURTADO	QUEDAS DO IGUACU	2.004	1.095	1	4	4	3	12	
PR0284000	PA OLGA BENARIO	SANTA TEREZA DO OESTE	2.005	10	-	-	-	-	1	1
PR0285000	PA VITÓRIA	MANGUEIRINHA	2.005	42	-	-	-	1	1	2
PR0299000	PA IRACI SALETE STROZAKE II	ORTIGUEIRA	2.006	35	-	-	-	1	1	2
PR0305000	PA MILTON SANTOS	PLANALTINA DO PARANA	2.007	130	-	-	-	-	44	44
PR0306000	PA ELY MOUTINHO	JUNDIAI DO SUL	2.007	25	-	-	-	2	-	2
PR0307000	PA TERRA E VIDA	CANDIDO DE ABREU	2.007	50	-	-	-	1	-	1
PR0309000	PA NANGO VIVE	JUNDIAI DO SUL	2.011	68	-	-	-	-	58	58



Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2011 Até 31/12/2011

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - SR (09)		UF: PR						
PR0312000	PA ROSA LUXEMBURGO	CONGONHINHAS	2.008	53	2	5	3	-	10
PR0315000	PA VALMIR MOTA DE OLIVEIRA	CASCABEL	2.010	106	-	-	-	53	53
PR0317000	PA SEBASTIÃO DA MAIA	QUERENCIA DO NORTE	2.010	65	-	-	-	16	16
PR0318000	PA MARIA LARA	CENTENARIO DO SUL	2.008	36	30	-	-	-	30
PR0320000	PA COMPANHEIRO KENO	JACAREZINHO	2.010	53	-	16	3	-	19
PR0325000	PA NOVA GERAÇÃO	GUARAPUAVA	2.010	29	29	-	-	-	29
PR0326000	PA ELI VIVE I	LONDRINA	2.010	426	-	-	55	53	108
PR0327000	PA ELI VIVE II	LONDRINA	2.010	115	-	-	66	12	78
PR0372000	PA RONCADOR	QUINTA DO SOL	2.000	65	-	1	-	-	1
PR0374000	PA AGUSTINHO EDERLI	ITAGUAJE	2.000	56	-	-	-	1	1
PR0375000	PA EVANDRO FRANCISCO	INACIO MARTINS	2.000	77	-	-	1	-	1
PR0382000	PA DOM ELDER CAMARA	SAO JERONIMO DA SERRA	2.001	124	1	-	1	-	2
PR0387000	PA ANTONIO TAVARES PEREIRA	QUERENCIA DO NORTE	2.001	73	-	-	1	-	1
PR0390000	PA CARLOS LAMARCA	CONGONHINHAS	2.001	138	-	-	-	1	1
PR0395000	PA ANDER RODOLFO HENRIQUE	DIAMANTE DO OESTE	2.004	108	-	-	2	1	3
PR0401000	PA ANTONIO COMPANHEIRO TAVARES	SAO MIGUEL DO IGUACU	2.002	80	-	-	3	1	4
PR0407000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	MARILUZ	2.002	235	-	1	-	-	1
PR0418000	PA 13 DE NOVEMBRO	GUARAPUAVA	2.004	48	-	-	1	-	1
PR0420000	PA JOÃO DE PAULA	RENASCENCA	2.004	95	-	-	-	1	1
PR0421000	PA 8 DE ABRIL	JARDIM ALEGRE	2.004	555	-	1	5	10	16
Total da Superintendência : 74				9.339	72	38	201	326	637



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
Fonte: SDM
Usuário:
Relatório: Rel_0229
Data: 30/03/2012

Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

Famílias Assentadas de : 01/01/2011 Até 31/12/2011

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre				
					I	II	III	IV	Total
		Total Geral : 74	Projetos	9.339	72	38	201	326	637

II – Famílias atendidas com Assistência Técnica – Programa 1427 – Ação 4470.

Território / Jurisdição	Município	Projeto de Assentamento	Nº de Beneficiários
TERRITÓRIO	CAMPO BONITO	FAZENDA CENTENARIO	41
TERRITÓRIO	CAMPO BONITO	FAZENDA AGROIBEMA	48
TERRITÓRIO	CANDOI	ÁGUAS DE SANTA CLARA	25
TERRITÓRIO	CANDOI	MATA DO CAVERNOSO	67
TERRITÓRIO	CANDOI	UNIÃO SÃO PEDRO	44
TERRITÓRIO	CANTAGALO	SANTA LUZIA	19
TERRITÓRIO	CANTAGALO	NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS (*)	140
TERRITÓRIO	CATANDUVAS	FAZENDA VARGUINHAS	44
TERRITÓRIO	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	I ^a CONQUISTA DE BRACATINGA	23
TERRITÓRIO	GOIOXIM	VOLTA GRANDE	10
TERRITÓRIO	GOIOXIM	TUNAS E TUNINHAS	9
TERRITÓRIO	GOIOXIM	NOVA ESPERANÇA DO PÍQUIRI	9
TERRITÓRIO	GOIOXIM	ÁGUA FRIA	15
TERRITÓRIO	LARANJEIRAS DO SUL	BUGRE MORTO	9
TERRITÓRIO	LARANJEIRAS DO SUL	8 DE JUNHO	72
TERRITÓRIO	MARQUINHO	FAZENDA GUAMPARA	7
TERRITÓRIO	NOVA LARANJEIRAS	TERRA LIVRE	30
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS RIBEIROS QUINHÃO 1- A	44
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS RIBEIROS QUIN. I- C	24
TERRITÓRIO	PINHAO	FAXINAL DOS SILVÉRIOS	44
TERRITÓRIO	QUEDAS DO IGUACU	CELSO FURTADO (*)	1.083
TERRITÓRIO	RESERVA DO IGUACU	RODEIO	19
TERRITÓRIO	RESERVA DO IGUACU	FAZENDA BARREIROS	76
TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	FAZENDA TRES BARRAS	27
TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	FAZENDA LIASI	26
TERRITÓRIO	TRES BARRAS DO PARANA	PROCOPIACK	22

TERRITÓRIO	CARLOPOLIS	RIBEIRÃO BONITO	10
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	HO CHI MINH	10
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	CARLOS LAMARCA	132
TERRITÓRIO	CONGONHINHAS	ROBSON DE SOUZA	40
TERRITÓRIO	IBAITI	MODELO	106
TERRITÓRIO	IBAITI	VALE VERDE	76
TERRITÓRIO	RIBEIRAO DO PINHAL	SÃO FRANCISCO	48
TERRITÓRIO	SANTANA DO ITARARE	FAZENDA BEBEDOURO	11
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	SOL NASCENTE	7
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	PAULO FREIRE	73
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	AMÉLIA (*)	35
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	JUCAPÉ	8
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	PALMARES	15
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	ARIXIGUANA	25
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	ROSELI NUNES	19
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	CRETAN	16
TERRITÓRIO	SAO JERONIMO DA SERRA	DOM ELDER CAMARA	118
TERRITÓRIO	SAPOPEMA	BOA ESPERANÇA	14
TERRITÓRIO	ALTAMIRA DO PARANA	PINGO DE OURO	43
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	ACOPAM	4
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	NOVO PARAÍSO	31
TERRITÓRIO	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	NOVE DE JULHO	49
TERRITÓRIO	IRETAMA	ÁGUAS DE JUREMA	40
TERRITÓRIO	IRETAMA	NATA	24
TERRITÓRIO	IRETAMA	MUQUILÃO	123
TERRITÓRIO	LARANJAL	FAZENDA CHAPADÃO	205

TERRITÓRIO	LARANJAL	PEDRA BRANCA	60
TERRITÓRIO	MANOEL RIBAS	NOVA ITAÚNA	118
TERRITÓRIO	NOVA CANTU	JERUSALEM	22
TERRITÓRIO	NOVA CANTU	JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS	56
TERRITÓRIO	PALMITAL	SÃO CARLOS	4
TERRITÓRIO	PALMITAL	NOVA ALIANÇA	22
TERRITÓRIO	PALMITAL	BELA MANHÃ	159
TERRITÓRIO	PITANGA	NOVA ESPERANÇA	35
TERRITÓRIO	RONCADOR	RIO AZUL	33
TERRITÓRIO	SANTA MARIA DO OESTE	RECANTO FELIZ	16
TERRITÓRIO	SANTA MARIA DO OESTE	ESTRELA DO OESTE	94
JURISDIÇÃO	ALVORADA DO SUL	IRACI SALETE	59
JURISDIÇÃO	AMAPORA	ANTONIO CONSELHEIRO	36
JURISDIÇÃO	AMAPORA	COMPANHEIRA ROSELI NUNES	58
JURISDIÇÃO	ARAPONGAS	DORCELINA FOLADOR	94
JURISDIÇÃO	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	40
JURISDIÇÃO	BARRACAO	COLETIVO DA FRONTEIRA	9
JURISDIÇÃO	BARRACAO	COLMÉIA	5
JURISDIÇÃO	BITURUNA	ETIENE	21
JURISDIÇÃO	BITURUNA	SANTA BÁRBARA	47
JURISDIÇÃO	BITURUNA	12 DE ABRIL	204
JURISDIÇÃO	BITURUNA	CRICIUMINHA	23
JURISDIÇÃO	BITURUNA	SONHO DE ROSE	31
JURISDIÇÃO	BOA ESPERANCA DO IGUACU	FAZENDA BOA ESPERANÇA	19
JURISDIÇÃO	CASCABEL	SANTA TEREZINHA	41
JURISDIÇÃO	CASCABEL	JANGADINHA	22
JURISDIÇÃO	CASCABEL	COLÔNIA PENAL TORMENTA	12
JURISDIÇÃO	CASCABEL	FAZENDA BARATTER	27

JURISDIÇÃO	CASCAVEL	FAZENDA REFOPÁS	85
JURISDIÇÃO	CASCAVEL	FAZENDA FLAMAPEC	233
JURISDIÇÃO	CASTRO	ABAPAN	41
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	PASSO FUNDO	41
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	TERRA BOA	20
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	ESTRELA DO MEIO	20
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	27 DE OUTUBRO	159
JURISDIÇÃO	CORONEL DOMINGOS SOARES	RETIRO I	18
JURISDIÇÃO	FAROL	FAROL	8
JURISDIÇÃO	FAROL	SITIO SÃO JOÃO	6
JURISDIÇÃO	FAXINAL	TRÊS BARRAS	36
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	AVENCAL	11
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	FAXINAL DOS MINEIROS	7
JURISDIÇÃO	FERNANDES PINHEIRO	JOSÉ GOMES DA SILVA	16
JURISDIÇÃO	FLORESTOPOLIS	FLORESTAN FERNANDES	29
JURISDIÇÃO	FRANCISCO BELTRAO	MISSÕES	134
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	COLINA VERDE	53
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	RECANTO BONITO	66
JURISDIÇÃO	GENERAL CARNEIRO	RIO CATEQUESE	20
JURISDIÇÃO	GUAMIRANGA	ROLA PEDRA	9
JURISDIÇÃO	GUAMIRANGA	PEDRA PRETA	11
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	FAZENDA CAROLINA	27
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	PAIOL DE TELHA	61
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	EUROPA	23
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	ROSA	32
JURISDIÇÃO	GUARAPUAVA	FAZENDA BANANAS	61

JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM II	70
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM III	19
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	CHOPIM IV	21
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	NOVA TERRA	72
JURISDIÇÃO	HONORIO SERPA	TUPY	23
JURISDIÇÃO	ICARAIMA	RIBEIRINHO	21
JURISDIÇÃO	ICARAIMA	ZARANTONELLO	17
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	BOM RETIRO	11
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	FAXINAL DOS RODRIGUES	20
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	JOSÉ DIAS	106
JURISDIÇÃO	INACIO MARTINS	EVANDRO FRANCISCO	74
JURISDIÇÃO	IPIRANGA	SANTANA DO IPIRANGA	23
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	MASCOTE	19
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	SALETE STROZAKE	56
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	UNIÃO SANTA ADÉLIA	13
JURISDIÇÃO	ITAGUAJE	AGUSTINHO EDERLI	55
JURISDIÇÃO	JACAREZINHO	JACAREZINHO	9
JURISDIÇÃO	JARDIM ALEGRE	8 DE ABRIL	564
JURISDIÇÃO	JARDIM OLINDA	MÃE DE DEUS	53
JURISDIÇÃO	LAPA	CONTESTADO	106
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	FAZENDA VITORIA	152
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	CAPÃO VERDE	20
JURISDIÇÃO	LINDOESTE	CERRO AZUL	19
JURISDIÇÃO	LONDRINA	PÓ DE SERRA	14
JURISDIÇÃO	LUIZIANA	LUZ	24
JURISDIÇÃO	LUIZIANA	RIO LARANJEIRAS	17
JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	FAZENDA MACHADO	12
JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	NATAL DA ESPERANÇA	25

JURISDIÇÃO	MANGUEIRINHA	VITÓRIA	41
JURISDIÇÃO	MARILENA	SEBASTIÃO CAMARGO FILHO	41
JURISDIÇÃO	MARILENA	SANTO ANGELO	36
JURISDIÇÃO	MARILENA	QUATRO IRMÃOS	28
JURISDIÇÃO	MARILUZ	NOSSA SENHORA APARECIDA	235
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	SÃO JORGE	17
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	ANJO DA GUARDA	19
JURISDIÇÃO	MARMELEIRO	EDUARDO RADUAN	364
JURISDIÇÃO	MAUA DA SERRA	NOVO MUNDO	58
JURISDIÇÃO	MIRADOR	MONTE AZUL	27
JURISDIÇÃO	MORRETES	NHUNDIAQUARA	145
JURISDIÇÃO	NOVA LONDRINA	BRIZANTA	27
JURISDIÇÃO	NOVA PRATA DO IGUACU	FAZENDA NOVA PRATA	30
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	VOLTA GRANDE/ ESTRELA	3
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	FAZENDA ESTRELA	23
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	LIBERTAÇÃO CAMPONESA	380
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	PADRE JOSINO	10
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	IRACI SALETE STROZAKE II	42
JURISDIÇÃO	ORTIGUEIRA	ÍNDIO GALDINO	35
JURISDIÇÃO	PALMAS	BOM RETIRO BUTIA	55
JURISDIÇÃO	PALMAS	CRUZEIRO DO SUL	30
JURISDIÇÃO	PALMAS	MARGEM DO IRATIM	48
JURISDIÇÃO	PALMAS	PARAISO DO SUL	56
JURISDIÇÃO	PALMAS	SÃO LOURENÇO	54
JURISDIÇÃO	PALMEIRA	PINHEIRAL	14
JURISDIÇÃO	PALMEIRA	PALMARES II	10
JURISDIÇÃO	PARANACITY	SANTA MARIA	22
JURISDIÇÃO	PEABIRU	SANTA RITA	83

JURISDIÇÃO	PEABIRU	MONTE ALTO	17
JURISDIÇÃO	PEABIRU	MARAJÓ	58
JURISDIÇÃO	PLANALTINA DO PARANA	SUMATRA	29
JURISDIÇÃO	PRIMEIRO DE MAIO	BARRA BONITA	13
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	PONTAL DO TIGRE	338
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	CHICO MENDES	81
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	ZUMBI DOS PALMARES	23
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	LUIZ CARLOS PRESTES	50
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	FAZENDA SANTANA	21
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	ANTONIO TAVARES PEREIRA	41
JURISDIÇÃO	QUERENCIA DO NORTE	IRMÃ DOROTHY	77
JURISDIÇÃO	QUINTA DO SOL	RONCADOR	62
JURISDIÇÃO	RAMILANDIA	16 DE MAIO	209
JURISDIÇÃO	RENASCENCA	QUEBRA-BRAÇO	22
JURISDIÇÃO	RENASCENCA	SANTA TEREZA	20
JURISDIÇÃO	RESERVA	FIO DE OURO	11
JURISDIÇÃO	RESERVA	RENASCENÇA	10
JURISDIÇÃO	RESERVA	RECANTO DA AMIZADE	26
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	OZIEL ALVES PEREIRA	13
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	17 DE ABRIL	74
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	PARANÁ	28
JURISDIÇÃO	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	TEIXEIRINHA	24
JURISDIÇÃO	SANTA MONICA	ILDO LUIZ PERRUZO	34
JURISDIÇÃO	SANTA TEREZA DO OESTE	SEPÉ TIARAJÚ	19
JURISDIÇÃO	SANTA TEREZA DO OESTE	OLGA BENARIO	10
JURISDIÇÃO	SANTO INACIO	NORTE SUL	15
JURISDIÇÃO	SANTO INACIO	NOVO HORIZONTE	51

JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO CAIUA	TAPERIVA	32
JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO TRIUNFO	JOSÉ MARIA	19
JURISDIÇÃO	SAO JOAO DO TRIUNFO	MADRE CRISTINA	12
JURISDIÇÃO	SAO PEDRO DO IGUACU	NOVA UNIÃO	42
JURISDIÇÃO	SAUDADE DO IGUACU	NOVA FARTURA	169
JURISDIÇÃO	TAMARANA	MANDAÇAIA	29
JURISDIÇÃO	TAMARANA	MUNDO NOVO	27
JURISDIÇÃO	TAMARANA	UNIÃO CAMPONESA	26
JURISDIÇÃO	TAMARANA	DO TESOURO	24
JURISDIÇÃO	TAMARANA	CRUZ DE MALTA	14
JURISDIÇÃO	TAMARANA	CACIQUE	11
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	ERNESTO CHE GUEVARA	102
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	SÃO JOAQUIM	96
JURISDIÇÃO	TEIXEIRA SOARES	JOÃO MARIA DE AGUSTINHO	35
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	NOSSA SENHORA DA PENHA	36
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SANTO ANTONIO DAS ÁGUAS DO CORVO I	52
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SÃO PAULO	17
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	VIDA NOVA	26
JURISDIÇÃO	TERRA RICA	SÉTIMO GARIBALDI	37
JURISDIÇÃO	TIBAGI	VASTO HORIZONTE	26
JURISDIÇÃO	TIBAGI	FAZENDA RETIRO	8
JURISDIÇÃO	TIBAGI	BOA VISTA	18
JURISDIÇÃO	TIBAGI	MENINO JESUS	31
JURISDIÇÃO	TIBAGI	RINCÃO	30
JURISDIÇÃO	TIBAGI	RANCHO ALEGRE	15
JURISDIÇÃO	TIBAGI	DONA TONIA	36